

A TRÍPLICE FRONTEIRA

DESENVOLVIMENTO, IDENTIDADES E
CONFLITOS TERRITORIAIS



(Organizadores)
Júlio da Silveira Moreira
Lavínia Raquel Martins de Martins



Programa
Agenda Tríplice
PRPPG



A Tríplice Fronteira

Desenvolvimento, Identidades e Conflitos Territoriais

© 2021, Programa Agenda Tríplice, PRPPG-UNILA

Arte e Design de Capa

Cleise Vidal

Projeto Gráfico e Diagramação

André Crepaldi

Revisão

Júlio da Silveira Moreira

Lavínia Raquel Martins de Martins

Ficha Catalográfica elaborada pelo setor de tratamento
da informação da Biblioteca da Unila

T835 A tríplice fronteira [recurso eletrônico]: desenvolvimento, identidades e conflitos territoriais / Organização [de] Júlio da Silveira Moreira, Lavínia Raquel Martins de Martins. - Foz do Iguaçu: LAFRONT, c2021.

Textos re-elaborados e revisados a partir do Congresso Internacional sobre
Integração Regional, Fronteiras e Globalização (17.:2019: Foz do Iguaçu).
2,08 MB ; PDF
ISBN: 978-65-00-25438-9

1. Territorialidade humana – tríplice fronteira. 2. Geopolítica. 3. Conflito social.
4. Trabalhadores Informais. I. Moreira, Júlio da Silveira. II. Martins, Lavínia Raquel
Martins de.

CDU: 316.48(1-04)
911.3:32(1-04)

Bibliotecária Lucia Giacomoni CRB 9/1799

O projeto gráfico e diagramação desse livro foram feitos com recursos do Edital PRPPG/UNILA 137/2018 - Programa Institucional Agenda Tríplice, através do projeto “Uso do território argentino e controle aduaneiro na fronteira entre a Província de Misiones (Argentina) e Brasil”, coordenado pelo Prof. Roberto França.

Organização

Júlio da Silveira Moreira

Lavínia Raquel Martins de Martins

Júlio da Silveira Moreira
Lavínia Raquel Martins de Martins

A Tríplice Fronteira
Desenvolvimento, Identidades e Conflitos Territoriais

LAFRONT

Laboratório de ensino, pesquisa e extensão
“Fronteiras, Estado e Relações Sociais”.

Conselho Editorial

- Adriana Dorfman - UFRS
- André Luiz Faisting - UFGD
- Brígida Renoldi - UNAM
- Camilo Pereira Carneiro - UFGD
- Cíntia Fiorotti Lima - UNILA
- Edilma de Jesus Desidério - UNAM
- Eric Gustavo Cardin - UNIOESTE
- Gustavo Biasoli Alves - UNIOESTE
- José Lindomar de Albuquerque - UNIFESP
- Júlio Moreira - UNILA
- Leandro de Araújo Crestani - UNESPAR/FAG
- Paulo Roberto Azevedo - UNIOESTE
- Regina Coeli Machado e Silva - UNIOESTE/UNILA
- Sandra Cristiana Kleinschmitt - UNIOESTE
- Silvio Antônio Colognese - UNIOESTE

Todos os textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores. São permitidas cópias desse material, para fins educativos, desde que citadas as fontes.

Sumário

Apresentação	5
---------------------------	----------

Unidade 1 – Sujeitos e contradições no desenvolvimento local

Marco das Três Fronteiras em Foz do Iguaçu e o modelo de acumulação capitalista na escala local	13
Júlio da Silveira Moreira	

Che ñe ã: a língua Guarani nas escolas de Foz do Iguaçu	45
Ivanilda da Silva Mongelos	
Juliana Pirola da Conceição Balestra	

Trabalhador informal e empreendedorismo: uma contradição ao desenvolvimento na fronteira Brasil e Paraguai	73
Bruno Rogerio Silva Cavalcante	
Cibele Lessa Alves	
Sambite Santos Cabi	

Análises de uma feira na fronteira: feirantes, comidas e línguas	95
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	

Unidade 2 – Territórios, conflitos e regulações

A representação da mídia e o contrabando de agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai117

Gabriel Antonio Camarão

Eric Gustavo Cardin

Região e nação: O caso da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina139

James da Silva Desiderio

Território transfronteiriço Guarani: mobilidade e resistência 163

Osmarina de Oliveira

Clovis Antonio Brighenti

A cooperação na Tríplice Fronteira em face às novas ameaças..... 205

Flávia Carolina de Resende Fagundes

Bruna Azevedo

Daphne Castilhos Prigol

Gabriela Sitta Cappellaro

Leticia Marcarini Costa

Roberta Dalan

Mapeamento e análise da paisagem da bacia hidrográfica Águas do Papagaio - Campo Mourão - PR 239

Taila Lorena de Souza

Sobre os organizadores261

Sobre os autores 265

Apresentação

O presente livro é a continuidade de um projeto de publicações resultantes do 17º Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização, em Foz do Iguaçu, em novembro de 2019, que contou com mais de 40 mesas temáticas, oficinas, reuniões técnicas, conferências magistrais e eventos culturais.

“É importante publicar um livro com os trabalhos de pesquisadores dessa região.” Assim sugeriu o professor mexicano Juan Manuel Sandoval Palacios, ao final do congresso. Essa colocação chamou atenção para o papel que a realização do congresso cumpria para impulsionar a pesquisa sobre integração regional e estudos de fronteiras no território onde o congresso fora realizado. Abriu-se então uma etapa de trabalho que somente agora vai se concluindo. Fizemos a prospecção dos participantes do congresso vinculados a universidades locais (onde se destacaram a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná e o Instituto Federal do Paraná).

O trabalho de editoração, organização e revisão foi extenso, e ainda adiado muitas vezes pelas situações causadas pela atual pandemia do Coronavírus. Mas essa demora representou também um exercício de paciência, diálogo e prática universitária. A cada vez que fizemos a revisão dos artigos, nos empolgamos novamente com os temas abordados e a qualidade das pesquisas. Esse trabalho só foi possível graças ao profissionalismo e dedicação do nosso diagramador, André Crepaldi, com grande experiência com textos acadêmicos.

Os produtos que agora apresentamos são dois livros temáticos de grande qualidade e originalidade: um sobre integração regional, com ênfase para o Mercosul, e outro sobre questões relacionadas à Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

A Tríplice Fronteira não é só um polo econômico, populacional e cultural, mas também abriga várias instituições universitárias de alto nível, cada qual com quadros docentes e programas de pós-graduação de destaque. Há muitos grupos de pesquisa sediados nessas instituições, dedicados a pesquisar as questões das fronteiras, da integração e do desenvolvimento local. Há também iniciativas mais amplas e de alcance e repercussão internacional, como o Laboratório de ensino, pesquisa e extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (Lafront), da UNIOESTE, e o Programa Agenda Tríplice, da UNILA.

Esperamos que este livro seja uma boa fonte de pesquisa, de leitura e de aprendizagem. Nesse sentido, é uma obra perene.

Que tal falarmos um pouco sobre os capítulos da obra?

O primeiro capítulo discorre sobre o “Marco da Três Fronteiras em Foz do Iguaçu e o modelo de acumulação capitalista na escala local”, analisando o comportamento dos capitais turísticos, à luz de teorias críticas e de diferentes escalas espaciais. Estuda o caso da transformação do Marco das Três Fronteiras em um produto do mercado turístico local

O segundo capítulo “Che Ñe’ Ë: A língua guarani nas escolas de Foz do Iguaçu”, investiga os motivos de que falar Guarani na escola seja um “problema” e por que seus falantes vão parar em classes especiais, destinadas a pessoas com deficiências.

O terceiro capítulo, “Trabalhador Informal e Empreendedorismo: uma contradição a desenvolvimento na Fronteira Brasil e Paraguai”, traz a compreensão da contradição entre trabalho informal, empreendedorismo e a ausência do papel do Estado na promoção de políticas públicas de geração de emprego e renda na fronteira Brasil e Paraguai. Destaca questões sobre o termo Empreendedorismo, além de evidenciar a livre circulação dos trabalhadores para o desenvolvimento econômico em zonas de fronteira e a importância do Mercosul para

economia local fronteiriça na função de inserção social dos trabalhadores informais.

O quarto capítulo “Análises de uma Feira na Fronteira: feirantes, comidas e línguas” levantou questões fronteiriças na Feirinha da Av. JK em Foz do Iguaçu. Estes indícios giram em torno dos feirantes, das comidas e das línguas presentes neste caldeirão cultural.

O quinto capítulo, “A representação da mídia e o contrabando de agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai”, busca de compreender a racionalidade da produção por meio de agrotóxicos, estudando sujeitos que vivenciam cotidianamente as relações de poder que permeia o consumo desses insumos, e problematiza as disputas que ocorrem nesse campo. Propõe pensar no papel da imprensa na construção das percepções sobre o assunto, mais especificamente do Jornal do Oeste no período de 2013 a 2017. O periódico escolhido possui sua circulação fundamentalmente na cidade de Toledo/Paraná, município altamente dependente da produção de grãos e, conseqüentemente, dos pacotes agroquímicos.

O sexto capítulo “Região e Nação: o caso da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina” apresenta o conceito de região pelos geógrafos, e o de nação pelos governos nos Estados-nação, analisando os impactos deles sobre a tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O sétimo capítulo “Território Transfronteiriço Guarani: mobilidade e resistência” faz um apanhado histórico da

percepção de território e fronteiras para os povos guaranis que habitavam e habitam as regiões ao sul do Brasil.

O oitavo capítulo “A cooperação na Tríplice Fronteira em face às novas ameaças” aborda a cooperação Brasil-Argentina-Paraguai no combate ao narcotráfico e ao tráfico humano na Tríplice Fronteira, considerada como uma região transfronteiriça com nítidos padrões de interdependência de seus problemas de segurança.

O último capítulo “Mapeamento e análise da paisagem da bacia hidrográfica Águas do Papagaio – Campo Mourão – PR” apresenta, através de técnicas cartográficas, a análise da paisagem dessa bacia hidrográfica no estado do Paraná.

Com agradecimentos e desejos de ótimas leituras,

Júlio da Silveira Moreira

Lavínia Raquel Martins de Martins

Unidade 1 – Sujeitos e contradições no desenvolvimento local

Marco das Três Fronteiras em Foz do Iguaçu e o modelo de acumulação capitalista na escala local

Júlio da Silveira Moreira

1 INTRODUÇÃO

Analisar o comportamento dos capitais turísticos, à luz de teorias críticas e de diferentes escalas espaciais, é um trabalho importante para as Ciências Sociais. Essa pesquisa se incorpora ao projeto de pesquisa coletivo e internacional que se reúne em torno do Grupo de Trabalho Fronteiras, Regionalização e Globalização, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), o qual esteve à frente do 17º Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano.

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa que vem se desenvolvendo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) desde 2015, e se baseia no estudo das realidades locais de Foz do Iguaçu e da chamada Tríplice Fronteira, à luz dos conceitos de planos

geoestratégicos e escalas de acumulação e expansão do capital transnacional. O caso da transformação do Marco das Três Fronteiras em um produto do mercado turístico local é apresentado dentro de processos, conceitos e escalas mais amplas de análise.

Para tanto, teremos inicialmente tópicos com abordagem mais teórica e conceitual, em que serão discutidas as escalas de acumulação de capital, as dinâmicas territoriais, o funcionamento dos capitais turísticos e o papel do Estado nesses processos. Em seguida, com a explicitação dos referenciais de análise, passaremos aos elementos empíricos do estudo, abordando as dinâmicas territoriais e processos de gestão dos capitais turísticos em Foz do Iguaçu.

2 ESCALAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O conceito de acumulação capitalista foi elaborado por Marx (1988), observando a formação do capitalismo na Inglaterra e a supressão dos traços feudais. Os camponeses foram expulsos de suas terras, em paralelo à ascensão da burguesia ao poder. A terra, feita mercadoria, era inserida como um dos componentes do modo de produção, arrendada para a instalação da empresa capitalista. As terras tradicionalmente ocupadas foram incendiadas e devastadas, com o respaldo do poder estatal, que aplicou leis de criminalização para submeter seus moradores ao regime de trabalho assalariado. Marx chamou esse

processo de acumulação primitiva de capital: a forma violenta como o modo de produção capitalista foi instalado.

Ele identificou não só um fato histórico, mas uma tendência, dinâmica ou lei universal do desenvolvimento capitalista em relação ao território, no mesmo movimento histórico de universalização da forma valor. Nesse processo, a burguesia “deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX, 2010). As grandes navegações e a colonização da América a partir do século XVI se dá nesse contexto. Rosa Luxemburgo (*apud* HARVEY, 2014) encontrou como característica essencial da acumulação de capital que o capitalismo precisa se relacionar constante com modos de produção não capitalistas, através da política colonial, do sistema internacional de empréstimos e da guerra.

Para Harvey (2014, p. 118) “o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se”, num processo de reprodução expandida; o sistema “sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação” (p. 119). Essa dinâmica inclui o desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). Para conter a tendência à queda da taxa de lucro, a indústria transnacional migra seus capitais para regiões onde há mais desemprego, menor média salarial e menor organização dos sindicatos. O sistema precisa encontrar meios de travar o desenvolvimento em certas regiões inseridas nessa cadeia internacional, para assegurar as condições favoráveis à manutenção da taxa de lucro.

Harvey (2012, p. 124) introduz o conceito de acumulação por espoliação (ou por despossessão), cujo objetivo é “liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)”. Ou seja, espoliar continuamente os trabalhadores dos meios de vida e torná-los disponíveis para a empresa capitalista.

Ele enfatiza que não se trata de um processo acabado historicamente, já que a tendência à sobreacumulação é intrínseca ao modo de produção, assim como a necessidade de dispor de algo “fora de si mesmo”, ter sempre à sua disponibilidade os “ativos a custo baixo”, contando para isso com a incorporação de relações de produção não capitalistas por todo o mundo.

Em termos de metodologia, os cientistas sociais podem observar, em casos concretos, atuais ou passados, a aplicação dessas teorias e conceitos. Uma ferramenta a se considerar é o trabalho com escalas. A geografia crítica pode identificar essas regiões e dinâmicas, e aportar para as ciências sociais o trabalho com escalas. Isso significa que o processo contínuo e persistente de acumulação de capital pode ser percebido em escalas macro, observando as cadeias de exploração e acumulação, e em escalas locais, observando quais empreendimentos e casos de estudo se identificam com essa dinâmica global.

Jaime Osorio (2001) aprofundou nessa ferramenta, com base na totalidade social como unidade complexa e na Dialética do concreto de Karel Kosik (1967). Para ser

compreendido, um objeto de estudo, que é uma totalidade complexa, pode ser desmembrado em três dimensões fundamentais, que são as camadas, o tempo e o espaço. O pesquisador pode transitar entre elas, buscando explicações em diferentes níveis para um conhecimento e abordagem mais integrais. As dimensões e níveis são as seguintes:

Camadas	Tempo	Espaço
superfície	curto	local
intermediária	médio	regional
profunda	longo	macrorregional

O trabalho com as camadas é muito importante na pesquisa social, pois tanto o nível profundo como o superficial são importantes. Os métodos marxistas têm dado ênfase aos níveis profundos da realidade. O propósito da crítica da economia política era revelar as relações de exploração que a economia clássica deixava de considerar por ficar na aparência dos processos. Por outro lado, o primeiro contato direto com um objeto ou fenômeno é no nível superficial. Por exemplo, as revelações do trabalho de campo, as falas dos entrevistados, podem ser percebidas como um nível superficial, de onde o pesquisador pode partir para chegar a níveis mais profundos de entendimento. Para Osorio (2001), a pesquisa que só transita nos níveis profundos pode ser chamada

de essencialismo, e a pesquisa que transita só nos níveis superficiais pode ser chamada de empirismo.

Na dimensão tempo, a primeira consideração é diferenciar e descoincidir o tempo social do tempo cronológico. No tempo social, há períodos de dilatação e condensação dos fatos históricos, como, por exemplo, períodos longos sem grandes transformações e períodos curtos com transformações intensas. Depois, Osorio diferencia as noções de tempo cíclico, linear e espiral, o que não aprofundarei aqui, pois o foco para esse trabalho é na escala espacial.

Na dimensão espacial, Osorio traz elementos de Marx, retomando as considerações feitas acima sobre relação entre capitalismo e espaço mundial, culminando com a teoria do sistema-mundo de Wallerstein (1979). Considera importante também observar o espaço do Estado-nação, dentro do qual são geradas normatividades e identidades que interferem nas demais escalas espaciais. Assim como deduzem os geógrafos com a metodologia do trabalho com escalas espaciais, os fundamentos de análise social de Osorio remetem à possibilidade de o pesquisador transitar entre diferentes dimensões espaciais, trazendo elementos da conjuntura mundial para pensar práticas ao nível local, por exemplo, ou relacionando práticas locais com condicionantes regionais, nacionais e mundiais.

Meu propósito é demonstrar que existe uma repetição nas formas de explorar o mercado de turismo na cidade de Foz do Iguaçu, que remete a lógicas e tendências de

acumulação capitalista em escala mundial. Como foco para essa demonstração, trarei o caso do empreendimento do Marco das Três Fronteiras.

3 DINÂMICA TERRITORIAL E GESTÃO DO TURISMO: ASPECTOS TEÓRICOS

Barbosa e Gomes (2016, p. 334) trazem importantes conceitos para analisar as atividades de acumulação de capital relacionadas ao crescimento urbano e à especulação imobiliária. Os agentes produtores do espaço urbano incluem

agentes do setor imobiliário e financeiro; agentes institucionais da esfera governamental e não governamental; empresas de locação, comercialização e administração predial; incorporadoras; empresas que atuam no ramo de gestão da obra; empresas construtoras; consultorias de *marketing*, meio ambiente e de responsabilidade social; e empresas de elaboração dos projetos de engenharia e de projetos arquitetônicos [...]

Esses agentes buscam influir no mercado de várias maneiras e estratégias: “sua atuação concorre para a estratificação social do espaço urbano, visto que certos espaços tornam-se alvo potencial ou real de investimentos imobiliários ao passo que outros tendem a manter o quadro de carências”. As cidades se formam como uma teia de oportunidades reais ou potenciais oferecidas pelo mercado, atraindo investimentos públicos e privados,

numa marcha contraditória de crescimento econômico e acumulação de capital.

A primeira complicação que surge em uma proposta que analisa as formas de acumulação de capital é entender a natureza do capital turístico, como um mercado de serviço que não envolve necessariamente a produção de bens corpóreos, mas inclui a apropriação da natureza, dos territórios e das paisagens, assim como a exploração de trabalhadores e a mercantilização da vida.

Para Marcelo Taveira (2016, p. 4),

o turismo é uma das principais atividades produtivas no campo econômico na contemporaneidade e concentrador de riquezas, incluindo e excluindo segmentos da sociedade, quer seja pelo processo de turistificação do espaço geográfico, quer seja por meio da dinâmica de construção de territórios turísticos, ou por ambos os fatores.

Para Luzia Coriolano (2006, p. 368), o turismo é “atividade produtiva moderna que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais”. Em sua análise do turismo como prática social de apropriação e dominação de territórios, observa vários fenômenos que podem ser confirmados empiricamente com os grandes empreendimentos de Foz do Iguaçu. Os patrimônios culturais e as riquezas naturais são transferidos da população local para os visitantes de fora, enquanto objeto do olhar, do prazer e do

desejo. Ainda assim, os conteúdos vendidos pelo turismo são uma visão reformatada para atender ao formato de mercado. O espaço local é padronizado como mercadoria global, “desvalorizando o uso pela troca”.

A construção das vias, obras de infraestrutura e edifícios previstos no projeto Beira Foz traz esses significados. O projeto busca nomear elementos da cultura local, como as árvores de araucária, as culturas indígenas, a história das reduções jesuíticas e os elementos culturais associados aos rios, porém os reconstrói com um formato plástico, cenográfico, como uma mercadoria padronizada para venda, um espetáculo a ser desfrutado.

O turismo convencional se baseia na construção e transformação de lugares geográficos e sociais em lugares de visitação. A partir do momento em que se dá essa transformação e representação desses lugares, incorporando-os ao circuito turístico, que são oferecidos ao visitantes como a proposta de experiência vivida durante a estadia.

As potencialidades turísticas são colocadas em oferta às grandes empresas, para explorá-las sem nenhuma responsabilidade social e atenção à política pública. Essa forma de gestão coloca toda a geração de renda do turismo em Foz em um circuito fechado que não se comunica com as necessidades urbanas e os direitos sociais, coletivos e comunitários.

Dessa forma, o modelo de gestão turística e gestão dos espaços públicos se dá com ganho da rede hoteleira

e das empresas que prestam serviços turísticos, com um tipo de turismo que se fecha nesse circuito, que passa pela cidade sem olhar para ela.

4 O PAPEL DO ESTADO E AS CONCESSÕES

Em diferentes épocas, os estudiosos da acumulação de capitais (Marx, Luxemburgo, Harvey) se referiram ao papel do Estado nesse processo: “o poder político, o governo territorializado e a administração se constituem numa variedade de escalas geográficas e compõem um conjunto hierarquicamente organizado de ambientes politicamente carregados no âmbito dos quais ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital” (HARVEY, 2014, p. 81).

Sobre o papel do Estado na acumulação capitalista, há que se falar nos processos de transferência de recursos públicos e das frações burguesas (ou setores da economia) que se beneficiam desses processos.

Essa dinâmica se dá nas privatizações e nas concessões. No caso da privatização, uma empresa ou negócio que inicialmente funcionava como empresa pública, é passada para propriedade e administração privada. Todo o investimento anterior na construção da empresa, os parques industriais, sedes administrativas, os ativos da empresa, constituídos a partir dos recursos dos contribuintes de tributos, são vendidos, muitas vezes a preços rebaixados. É possível, por exemplo, calcular

quanto de recursos públicos foram investidos em grandes empresas de infra-estrutura, como a Companhia Vale do Rio Doce (1997) e a rede de telefonia Telebrás (1998), e concluir sobre a depredação dos recursos públicos com a venda dessas companhias. Isso é demonstrado, por exemplo, com a sub-avaliação dos ativos durante o processo de privatização (BRASILINO, 2007, MEMORIAL, 2020). O que a empresa Vale retorna hoje em tributos ao país é irrisório em relação aos lucros, além do dano ambiental e humano que tem sido evidenciado em acidentes como os de Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

No caso das concessões, a propriedade imobiliária continua pertencendo ao Estado, mas a administração e a apropriação dos lucros é privada. O exemplo mais evidente é das concessões rodoviárias, que gera o enorme sistema de pedágios em rodovias brasileiras. Aqui também se dá a transferência de recursos públicos, ou seja, a subtração na conta entre investimento público e lucros privados. Nos serviços objetos de concessão, assim como nos monumentos naturais ou arquitetônicos concessionados e transformados em lugares de visita turística, há investimento público que é aproveitado para as empresas concessionárias, que arrecadam com a venda de ingressos.

O Estado, através de seus diversos órgãos (muitas vezes com funções diferenciadas) atua como regulador e garantidor da validade dos negócios capitalistas. Em vez promover um equilíbrio e isonomia entre grandes e pequenos capitais, os órgãos do Estado atuam como

favorecedores da centralização e monopolização de capitais, como acontece no turismo:

Sob concorrência oligopolista, os investidores sofrem restrições de mega-operadoras internacionais, em função dos altos níveis de concentração e de integração de grandes conglomerados atuantes nos principais mercados emissores. Criam-se, muitas vezes, barreiras à sobrevivência e entrada de novas operadoras e de pequenos destinos turísticos. O turismo produz espaços estandardizados e controlados pelas redes mercantis transnacionais que dificultam o crescimento das empresas locais e regionais. (CORIOLANO, 2006, p. 371)

Estados neoliberais se comprometem com o turismo internacional, esperando a entrada de divisas, sem verificar seus resultados sobre as “exclusões sociais”, pois, na prática, as formas de se obter emprego e renda que garantam a grande maioria da população são poucas. (CORIOLANO, 2006, p. 373)

No caso das concessões para explorar serviços turísticos, o Estado entra com recursos públicos, como obras de construção, faz os investimentos com recursos públicos, mas os resultados financeiros são aproveitados pela iniciativa privada. Na verdade, o Estado atua desde um processo anterior, que é a dinâmica territorial com a qual se relacionam o ordenamento do espaço urbano e a especulação imobiliária. A partir dessas dinâmicas de valorização do solo urbano, zoneamentos e planos diretores, já se dá a preparação de terreno para a acumulação de capitais turísticos.

5 DINÂMICA TERRITORIAL E GESTÃO DO TURISMO EM FOZ DO IGUAÇU

Faremos um resumo histórico e geográfico do município de Foz do Iguaçu, para demonstrar as aplicações do que foi exposto acima.

A constituição atual do município de Foz do Iguaçu tem origem na instalação da Colônia Militar em 1889, a partir de uma expedição que saiu de Guarapuava (centro do Paraná), numa política nacional de ocupação/militarização das fronteiras brasileiras, especialmente no contexto após a Guerra da Tríplice Aliança. A Colônia Militar ordenou seu traçado urbano, e as primeiras propriedades usadas para residência e comércio eram concedidas por títulos emitidos pela administração militar.

A região costeira da cidade, formada pelo “L” do percurso dos rios Paraná e Iguaçu, nunca foi incluída nessa malha urbana, permanecendo como espaço de contenção e fiscalização das atividades de segurança fronteiriça. Isso ajuda a explicar porquê os rios não fazem parte do cotidiano central da cidade, a diferença de outras cidades brasileiras, como Recife, Petrolina, Juazeiro e Governador Valadares, onde os rios cortam as cidades e estabelecem uma relação simbiótica com a população e a geografia local.

As margens dos rios Paraná e Iguaçu têm se constituído como regiões de ocupações “ilegais”, com marginalização dos moradores ribeirinhos e moradias

precárias. O senso comum local, assim como as forças policiais e midiáticas, relacionam essas regiões com lugares de passagem ilegal de mercadorias (descaminho e contrabando), rotas de fuga e varejo de drogas ilícitas. O acesso e passagem pela famosa Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai, se dão sem nenhum contato direto com o Rio Paraná, além do visual. As margens físicas nas imediações da ponte são vigiadas pelas instalações fiscais ou militares de cada país.

A ocupação não reconhecida das margens dos dois rios tem sido acompanhada por processos e políticas de reestruturação urbana, com deslocamentos (remoções) de bairros inteiros para bairros novos e precários criados pelo poder público com essa finalidade, na zona de expansão urbana do município - a região nordeste. Esses processos têm provocado a valorização do solo urbano, tanto nos bairros novos, como nas regiões costeiras, que atualmente são uma reserva imobiliária para empreendimentos de intensa acumulação de capital, especialmente no mercado de turismo.

A maior parte dos lugares turísticos em Foz está concentrada na região sudeste, ao longo da BR-469 (Rodovia das Cataratas), incluindo as Cataratas do Iguaçu, o Parque das Aves, o Museu de Cera, a loja de Artesanato e Chocolate Caseiro, o aeroporto e os grandes hotéis. O circuito se fecha com a região de bares e restaurantes da Avenida Jorge Schimmelpfeng e Avenida das Cataratas, que são apenas o começo da região central. Logo, as outras

regiões e bairros ficam excluídas do modelo de visitação turística, regiões por onde o turista geralmente não passa. O circuito se estende ao extremo norte apenas para chegar até a barragem da Itaipu Binacional, passando, ocasionalmente, pelo Templo Budista. Em casos de turistas que queiram “fazer compras”, é acrescentado o acesso à zona comercial de Ciudad del Este. No sudoeste, o deslocamento até a cidade argentina de Puerto Iguazu é estandarizado como região de bares noturnos, e, em alguns casos, para quem queira visitar o lado argentino das Cataratas do Iguaçu.

O eixo rodoviário de uma só avenida que liga o sul ao norte da cidade (Av. JK/Tancredo Neves) se torna apenas um lugar de passagem, e não de vivência. Assim, a experiência de vida dos moradores de Foz do Iguaçu e a experiência do turismo se formam em mundos paralelos; não há sobreposição de vivências nesses processos. A maior parte dos bairros vive numa lógica paralela à lógica do turismo. Mesmo sendo uma cidade que faz fronteira com outros dois países, é comum que os habitantes passem anos sem cruzar as fronteiras e não vejam um propósito relevante nisso.

Portanto, a dinâmica territorial em Foz do Iguaçu tem implicações na gestão e no mercado do turismo na cidade.

O Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu, ou Fundo Iguaçu, é uma associação privada sem fins lucrativos e sem vínculos políticos, fundada em

2009 com o objetivo de promover a cidade como destino turístico, promover as redes empresariais ligadas ao turismo (atrações, parques, hotéis, museus, shoppings, restaurantes, etc.) e, especialmente a partir de 2014, “elaborar projetos para mudar a infraestrutura do Destino Iguaçu e alavancar grandes investimentos públicos e privados” (ACIFI, 2014). O Fundo recebe uma taxa que vai incluída nos preços dos ingressos para as atrações turísticas e nas diárias de hotéis.

O ano de 2014 marcou uma importante transição na gestão de infraestrutura urbana e turística de Foz do Iguaçu. Naquele momento, a prefeitura deixou público que não tinha objetivo de investir recursos públicos diretamente nas atrações turísticas da cidade, e que os investimentos seriam através de parcerias público-privadas e concessões de espaços públicos. A política de concessões foi promovida pelo Fundo Iguaçu e pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Também nesse ano foi trabalhado o projeto Beira-Foz, apresentado em 2015.

O Projeto Beira Foz foi idealizado junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ), pela articulação de órgãos municipais, associações empresariais e escritórios de arquitetura, assim como pela diretoria brasileira da Itaipu Binacional - um agente fundamental nos processos urbanos e territoriais da cidade.

A reportagem de um meio informativo local reúne elementos para entender as dimensões e implicações do projeto:

uma proposta estratégica de desenvolvimento urbano e ocupação pública e privada das margens do Rio Paraná e do Rio Iguaçu, que prevê uma plataforma de investimentos públicos e particulares por meio de operações urbanas consorciadas e parcerias público-privadas (PPPs) (MELO, 2015).

O projeto final entregue ao município foi elaborado pelo escritório transnacional Arup, com sede no Reino Unido, “uma das maiores consultorias do mundo em projetos urbanísticos”. A reportagem também destacou a preocupação com um marco normativo para as relações público-privadas que resultariam nos grandes empreendimentos.

Apontado como de longo prazo, o projeto Beira Foz, busca a revitalização da região costeira do município, através da implantação dos grandes empreendimentos, e reforçando, por outro lado, a lógica de marginalização dos agrupamentos urbanos ribeirinhos, deslocamentos forçados e valorização do solo urbano. Nos materiais e vídeos de divulgação do projeto, as populações ribeirinhas são literalmente apagadas ou invisibilizadas.

O projeto não se trata de uma medida ou construção única, mas de um slogan, arcabouço ou guarda-chuva para um conjunto de obras, algumas que já estavam em curso e foram incorporadas, e outras que ainda

não haviam sido iniciadas. Essas obras têm incluído: a revitalização da Ponte da Amizade, a concessão do Marco das Três Fronteiras, a construção da segunda ponte entre o Brasil e Paraguai, a avenida Perimetral Leste, a nova pista do aeroporto, a concessão do Centro de Convenções, a duplicação e revitalização da Rodovia das Cataratas.

6 O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

O lugar onde o Rio Iguaçu termina, desembocando no Rio Paraná, é propriamente a foz do Iguaçu. É aí onde se podem ver ao mesmo tempo os três países, o seu ponto de união. É bom lembrar da história da região, posterior à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, quando Brasil e Argentina instalaram destacamentos militares para estabelecer o poder sobre o território. Por isso, os núcleos urbanos dos três países têm origem em propósitos militares, e até por isso os marcos de fronteira são elementos comuns. Geralmente, o marco é uma sinalização da linha que separa os territórios de dois países. Nesse caso, como a separação já é dada pelos rios, não existem marcos fronteiriços, mas sim três marcos nacionais, um em cada lado/país.

Os marcos brasileiro e argentino foram instalados em 1903, poucos anos após a solução do conflito diplomático chamado Questão de Palmas, que durou entre 1890 e 1895. As regiões oeste do Paraná e de Santa Catarina estavam

no litígio com a Argentina, e ambos países submeteram o caso à arbitragem do então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, que decidiu a favor do Brasil. As colocações desses dois marcos, portanto, tiveram um sentido simbólico de assegurar os territórios dos dois países após a recente definição. O marco no território paraguaio foi instalado quase sessenta anos depois, em 1961, completando a simbologia da região como fronteira trinacional.

Cada marco passou a ter uma história própria, de acordo com as diferentes instâncias de governo de cada país. O certo é que os três marcos têm permanecido como monumentos do patrimônio histórico e representações das respectivas soberanias nacionais.

A partir daqui podemos perceber um processo interessante, de transformação de marcos de fronteira, símbolos de soberania política, em atrações turísticas. Afinal, a fronteira desperta atenção: a possibilidade de estar no limite entre dois ou mais países, a experiência da transnacionalidade, a conquista de um lugar distante, no imaginário dos viajantes, e a história de como cada país expandiu seus territórios até ali. Em algumas situações, o marco de fronteira pode simbolizar integração regional, e pode até “desaparecer”, como nas conurbações das cidades Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), ou Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Na linha que separa Ciudad Juárez (México) e El Paso (Estados Unidos), o único lugar que não possui muros,

cercas ou controles aduaneiros está no entorno de um marco de fronteira binacional.

Historicamente, a visitação turística na região que atualmente inclui Foz do Iguaçu se iniciou, no séc. XIX, com as Cataratas do Rio Paraná (ou Saltos de Sete Quedas, na cidade de Guaíra, submersos pelo lago reservatório da Usina de Itaipu) e as Cataratas do Rio Iguaçu. Um importante registro do interesse contemplativo das Cataratas do Iguaçu foi a viagem de Alberto Santos Dumont ao local. Segundo a narrativa da visitação ao parque, o inventor foi a chave fundamental para que o governo brasileiro comprasse as terras de um particular, tornando públicas as Cataratas.

Por muitas décadas, o marco brasileiro ficou fora do circuito turístico de visitação, o que se relaciona com as características da região sudoeste e do bairro Porto Meira, que, apesar de ser o berço da cidade, ficou marginalizado de muitas dinâmicas urbanas de valorização de capital imobiliário ao longo do século XX. O marco estava instalado numa praça pública, cercada de bosques. A área era considerada perigosa, dentro de um imaginário social construído a partir da desvalorização e revalorização imobiliária de toda a região. Com pouca movimentação, e sem contatos ou visitas de moradores de outros bairros.

7 O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS: CONCESSÃO

Em 2014, através da lei municipal n. 4281, a prefeitura de Foz do Iguaçu foi autorizada a ceder o uso e exploração do Marco das Três Fronteiras à iniciativa privada. O terreno objeto da concessão possui um total de 31.881,31 m². O edital previa a concessão pelo prazo de 15 anos, renovável por mais 5. Em um primeiro edital de licitação, 11 empresas manifestaram interesse na concessão do espaço. O referido edital foi suspenso e lançado um novo (WOJCIECHOWSKI, 2015), que teve proposta única da empresa Cataratas S.A. (MELO, 2015); o contrato de concessão foi assinado em 10 de junho.

A empresa Cataratas S.A. foi criada em 1998 para assumir a concessão do Parque Nacional do Iguaçu. Com sua expansão na administração de negócios turísticos, se tornou o Grupo Cataratas, incluindo os empreendimentos Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, o Paineiras Corcovado (no Parque Nacional da Tijuca), o BioParque do Rio e o Aquário Marinho do Rio.

Em dezembro de 2014, a empresa também ganhou a licitação para gerir o Aquário do Pantanal, cuja construção segue inacabada por impasses judiciais entre o governo do Mato Grosso do Sul e a empresa de engenharia contratada (Egelte Engenharia Ltda.). O término e entrega da obra está previsto para o final de 2020 (VACCARI, 2019).

Ainda em 2014, o fundo de investimentos Advent International havia comprado participações na Cataratas S.A., passando a compor 50% do seu capital.

Essa empresa, com sede nos Estados Unidos, foi fundada em 1984 e atua no Brasil desde 1997, nos setores de saúde, educação, supermercados e turismo. Em 2009, reuniu 29% dos capitais da companhia Kroton (o maior grupo de educação privada do mundo) e em 2018, 13,5% dos capitais do grupo Estácio. Ainda em 2018, assumiu 80% das ações da rede Walmart no Brasil, com 438 lojas em 15 estados brasileiros (SALOMÃO, 2018).

Com a concessão do Marco das Três Fronteiras ao Grupo Cataratas, foi dada largada para a transformação do território do marco de fronteira em um produto turístico nos padrões do mercado internacional, inserindo o local no roteiro das atrações turísticas mais visitadas. Inicialmente, o local assumiu o nome de Marco das Américas, voltando posteriormente ao nome comercial de Marco das Três Fronteiras.

A título de crítica social, é necessário comentar que o monumento não se trata nem de um marco das Américas, nem de um marco de três fronteiras. É um monumento brasileiro, no território e nas cores de um só país, que divide um espaço regional com os outros dois marcos nacionais. O marco brasileiro é o único concessionado à gestão empresarial privada. O marco argentino, na cidade de Puerto Iguazú, está localizado em uma região de visitação pública e de acesso aberto, ao final da Av. Río Iguazú, que é uma via costeira frequentada especialmente pelos moradores locais, que se sentam nas paradas e mirantes por longas horas tomando mate. A região do marco

foi reformada entre 2015 e 2016, possuindo bancas de artesanatos de comerciantes locais, ambulantes e hippies, e foram também instaladas fontes de água e projetores de hologramas em 3D.

Enquanto isso, do lado brasileiro, o significado do marco se dissolve nas atrações do parque turístico, que são projetadas com o fim de justificar o investimento de R\$ 26,50 pagos no ingresso (a entrada é gratuita para moradores de Foz). O espaço, cercado de muros, possui entre suas construções: um prédio central, onde se encontram bilheteria e loja de souvenirs. No prédio ao lado, após a entrada pelas catracas, possui um memorial dedicado ao explorador europeu Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e postos de comida. Ambos os prédios construídos ao estilo das reduções jesuíticas antigas. A praça central, com o mesmo estilo arquitetônico e uma fonte de água, dá de frente para o monumento original do marco brasileiro. Todo o conjunto é servido de jogos de luzes que reforçam o carácter cenográfico. A praça possui estátuas de índios. Atrás do marco estão as cercas de contenção de onde se avistam os rios Paraná e Iguaçu, assim como os marcos dos demais países. À esquerda, um espaço de brinquedos infantis, um túnel de pinturas contemporâneas com motivos dos três países, e, à frente, o Restaurante Cabeza de Vaca.

A vista dos rios inclui os restos da construção do antigo Espaço das Américas, uma plataforma de piso circular bem próxima aos rios. Tal espaço fora abandonado ainda

na configuração anterior do marco. O projeto de reforma é parte do contrato de licitação, onde ali seria um espaço para eventos, rodeado de torres de cimento e metal em forma de araucárias que se interligariam, formando um circuito suspenso de visitação e mirantes.

Tudo no espaço reformado parece realidades simuladas, como a arquitetura em lembrança às ruínas jesuíticas e as estátuas de índios, chamando a atenção dos visitantes e convidando a boas fotos. Atrás do marco, um conjunto de placas, simulando placas de rodovias, apontando a direção dos países, é um dos locais mais fotografados. Afinal, para o turismo estandarizado, mais importante que experimentar a vida cotidiana nos três países, é contar a história de que estiveram ali. Vale lembrar ainda as apresentações artísticas diárias: o violinista ao pôr do sol, a dança medieval europeia do minueto, o show de danças típicas que reforçam as identidades dominantes nos três países (o tango, o samba e a polka) mas que passam longe das identidades locais, e a apresentação cenográfica da “lenda das cataratas” uma história de amor que muito superficial e esquematicamente se refere à presença dos povos indígenas na região.

O cenário natural, de mata atlântica preservada e encontro dos rios, é vendido como parte dos atrativos privados, juntamente com os demais atrativos dispostos em miscelânea para atrair e agradar turistas em busca de tudo que exaspere os sentidos, muitas fotos e pouca reflexão.

8 CONCLUSÃO: PENSANDO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A concessão do Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu, foi apresentada nesse trabalho como um estudo de caso para se trabalhar com o conceito de acumulação capitalista em diferentes escalas espaciais. O caso demonstra como o capital turístico está entrelaçado com os investimentos internacionais, destacando-se aqui a renda obtida com a venda de ingressos em locais de visitação, e também como a própria dinâmica territorial e a gestão pública das atividades turísticas são balizadas por esses investimentos.

O Grupo Cataratas possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental Corporativa, que inclui o desenvolvimento sustentável, respeito ao meio ambiente e relacionamento com as comunidades locais. Além disso, conforme verificado nas matérias jornalísticas consultadas, os gestores públicos e representantes de grupos empresariais e associações privadas têm falado muito de sustentabilidade e geração de emprego e renda para a população local. É certo que os negócios turísticos, incluindo os locais de visitação e as redes hoteleiras, geram um número considerável de empregos ou outras formas de relações de trabalho, além de mover uma enorme dinâmica de negócios e empreendimentos complementares associados às demandas turísticas.

Por outro lado, verifica-se um processo de monopolização através das concessões e da estandarização das atrações turísticas, que não abre canais para outras experiências de gestão e relacionamento entre população local e visitantes. Como explica Coriolano (2006, p. 371), “o turismo produz espaços estandarizados e controlados pelas redes mercantis transnacionais que dificultam o crescimento das empresas locais e regionais”, e ainda, “produz contradição ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares, e proteger as culturas, obtendo, ao contrário, a transformação do espaço em mercadoria, massificação das culturas; atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam.

A geografia do turismo em Foz do Iguaçu é um exemplo importante. O circuito estandarizado se baseia no modelo de um turista que viaja à cidade com o objetivo de se hospedar em um grande hotel e conhecer as Cataratas do Iguaçu, o que se dá na fração de um dia, sendo portanto curta a permanência na cidade. O desafio dos gestores públicos e privados é o de gerar atrativos que promovam a extensão da permanência desse turista. Em função disso, as redes empresariais, bem como agências e guias de turismo, formam uma carta de atrativos a serem oferecidos no planejamento da viagem, ou após sua chegada. Dificilmente uma atividade fora desse circuito sequer chegará ao seu conhecimento.

As redes de negócios turísticos não possuem canais de capilarização nos bairros da cidade, onde a vida se

reproduz em dinâmicas alheias a toda essa movimentação. A Foz do Iguaçu dos moradores não é nem de perto a Foz do Iguaçu dos turistas. Exceções a esses monopólios podem ser pensadas observando os aplicativos de hospedagem em residências, como Airbnb e os populares serviços de transporte em veículo pessoal, como a Uber. Contraditoriamente, os dois serviços mencionados têm trilhado o caminho de quebrar monopólios e constituir-se em novos e mega monopólios transnacionais.

Os negócios turísticos também falam muito em valorizar e reconhecer as culturas locais, porém, não há nenhuma aproximação ao que representa uma cultura local na cidade. Tendo sido uma cidade fundada tardiamente em relação a outros destinos turísticos, não há uma identidade consolidada sobre o que seja, por exemplo, um prato típico ou um ritmo musical local. O Marco das Três Fronteiras, assim como outros negócios, ao apresentar a ideia de três países, reforça as identidades já estandarizadas nas regiões centrais desses países, como o tango, na Argentina, o samba, no Brasil e a polka, no Paraguai.

Mas isso não tem nada a ver (ou terá muito pouco) com Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. A população de Foz vai aos bailões de música gauchesca ou shows de *Funk*; em Puerto Iguazú dançam mais a chacarera que o tango; em Ciudad del Este se escuta mais cachaca do que polka. A população de Foz come shawarma (um sanduíche árabe), e também está presente

a rica culinária paraguaia, com a chipa e a sopa paraguaia (que não é sopa), além do tereré.

A presença da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, fundada em 2010, reforçou a presença de estudantes, trabalhadores da educação e intelectuais de muitos países da América Latina, que costumeiramente formam comunidades locais, como os peruanos, os bolivianos, os venezuelanos, os colombianos e os haitianos. Nem mesmo os moradores mais antigos da cidade se acostumaram com essas comunidades migrantes.

Além disso, Foz tem sido historicamente uma receptora de dezenas de nacionalidades desde décadas anteriores, valendo lembrar dos árabes, chineses e taiwaneses que chegaram com a ascensão do comércio em Ciudad del Este.

Esses elementos da cultura local tampouco são visibilizados no circuito predominante da gestão do capital turístico.

Com a influência da Itaipu Binacional na região, museus da empresa reforçam uma narrativa de que a região possuía uma riqueza de culturas e povos indígenas no passado, até a chegada da modernidade com os milhares de operários e as toneladas de cimento na construção da barragem. Vale lembrar que diversas etnias e comunidades Guarani seguem em grande número na região, abrangendo uma grande área que inclui o Brasil, o Paraguai, a Argentina e a Bolívia.

Todos esses elementos demonstram que a

sustentabilidade, o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda, embora presentes nos discursos, não são atendidos pelo modelo de gestão do turismo em Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Adauto Gomes; GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Reflexão sobre o papel do setor imobiliário na acumulação urbana. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 333-346, Dec. 2016.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORDEIRO, Itamar José Dias; GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. A produção do espaço turístico via acumulação por despossessão: o caso de Fernando de Noronha (Pernambuco). *TURyDES – Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local*, 22, 1-20 (2017).

CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, Dec. 2006.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

KOSIK, Karel. *Dialéctica de lo concreto*. México: Grijalbo, 1967.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tradução Regis

Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Tomo II. (Os economistas).

_____. Manifesto do Partido Comunista. 2. ed.. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MOREIRA, Júlio da Silveira. Direito Internacional: para uma crítica marxista. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

OSORIO, Jaime. Fundamentos de analisis social. La realidad social y su conocimiento, México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. Capital Turístico e as Teorias Sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. Revista Turismo em Análise., São Paulo , v. 27, n. 1, p. 4-21, abr. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. México: Siglo XXI, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

ACIFI (Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu). Fundo Iguaçu investe em projetos de infraestrutura. Revista ACIFI, n. 4, dez. 2014. Disponível em <www.revistaacifi.com.br>. Acesso em 16 abr. 2020.

BRASILINO, Luís. Venda da Vale: um golpe no Brasil. ALAI, América Latina en Movimiento, 25 ago. 2007. Agencia Latinoamericana de Información. Disponível em <alainet.org/active/19267>. Acesso em 16 abr. 2020.

MELO, Lauane de. Codefoz entrega masterplan do Projeto Beira Foz à Prefeitura. Portal Click Foz do Iguaçu, 24 jul. 2015. Disponível em <www.clickfozdoiguacu.com.br/codefoz-entrega-masterplan-do-projeto-beira-foz-a-prefeitura/>. Acesso em 16 abr. 2020.

MELO, Lauane de. Cataratas S/A administrará Marco das Três Fronteiras em Foz. Portal Click Foz do Iguaçu, 5 jun. 2015. Disponível em <www.clickfozdoiguacu.com.br/cataratas-sa-administrara-marco-das-tres-fronteiras-em-foz/>. Acesso em 16 abr. 2020.

MELO, Lauane de. Contrato de concessão do Marco das 3 Fronteiras é assinado. Portal Click Foz do Iguaçu, 11 jun. 2015. Disponível em <www.clickfozdoiguacu.com.br/contrato-de-concessao-do-marco-das-3-fronteiras-e-assinado/>. Acesso em 16 abr. 2020.

MEMORIAL da Democracia. Vale é privatizada a preço de banana. Disponível em <memorialdademocracia.com.br/card/vale-e-privatizada-a-preco-de-banana>. Acesso em 16 abr. 2020.

SALOMÃO, Karin. Conheça o Advent, fundo que agora vai mandar no Walmart no Brasil. Exame, 4 jun. 2018. Disponível em <exame.abril.com.br/negocios/conheca-o-advent-fundo-que-agora-vai-mandar-no-walmart-no-brasil/>. Acesso em 16 abr. 2020.

VACCARI, Glaucea. 2019. Disponível em <www.correiadoestado.com.br/cidades/governo-anuncia-que-aquario-do-pantanal-sera-concluido-em-2020/352627/>. Acesso em 16 abr. 2020.

WOJCIECHOWSKI, Guilherme. Licitação para concessão do Marco das Três Fronteiras acontece no mês de abril. CBN Foz, 31 mar. 2015. Disponível em <portal.conlicitacao.com.br/licitacao/noticias/licitacao-para-concessao-marco-das-tres-fronteiras-acontece-mes-de-abril/>. Acesso em 16 abr. 2020.

Che ñe ã a língua Guarani nas escolas de Foz do Iguaçu

Ivanilda da Silva Mongelos
Juliana Pirola da Conceição Balestra

1 CHE ÑE' ã - MINHA LÍNGUA, MINHA PALAVRA INDIVIDUAL

Meu nome é Ivanilda e nasci na cidade Foz do Iguaçu, fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, onde se fala Português, Espanhol, Guarani e muitas outras línguas. Minha relação com as línguas da fronteira começou muito antes de eu nascer. Minha avó paterna era brasileira, filha de uma indígena com um argentino e o Guarani foi a sua primeira língua – o Português ela aprendeu depois, no convívio com os “brasileiros”. O meu avô, marido dela, era paraguaio e além do Guarani falava também o Espanhol. Ele fugiu do Paraguai na época da Guerra do Chaco¹ e veio para o Brasil com 20 anos, onde também aprendeu o Português. Mesmo nascida no Brasil minha avó tinha

¹ Um conflito entre Paraguai e Bolívia pela região do Chaco Boreal, entre 1932 e 1935.

sotaque e todos achavam que ela era paraguaia – porque aqui na fronteira o Guarani é associado aos paraguaios. Meu pai, filho desta história, nasceu aqui e aprendeu Guarani em casa e o Português na escola. Em nossa família, como na de muitas outras da região, o Guarani sempre foi a língua que se fala em casa.

Quando fui morar com a minha avó, aos sete anos de idade, também aprendi o Guarani e gostava de falar outro idioma, porque sempre podíamos falar dos outros brasileiros em Guarani sem que eles soubessem, como uma espécie de “língua secreta”. Mas à medida que eu crescia, passei a sentir vergonha de falar Guarani em público, porque ou me chamavam de “paraguaia xirua comedora de mandioca”, ou diziam que eu era “bugre” – termo pejorativo frequentemente utilizado para se referir aos indígenas. Assim, ficou claro para mim que as duas coisas eram ruins: ser indígena ou ser paraguaia. Já que eu falava bem o Português, não enfrentei tantos problemas na escola, embora meus colegas insistissem em se referir a mim e aos meus irmãos como “xirus”.

Como muitos jovens da fronteira, comecei a trabalhar cedo em Ciudad del Este, cidade paraguaia vizinha de Foz, e onde o Guarani é uma das línguas oficiais. De certa forma me sentia em vantagem, porque podia entender tudo o que falavam de mim. As pessoas me identificavam como brasileira e não imaginavam que eu também falava Guarani. Mas mesmo no Paraguai eu tinha vergonha de falar em Guarani e usava a língua só quando me convinha.

Como não praticava muito, achava que minha pronúncia não era boa.

A língua ganhou um novo sentido para mim quando ingressei na UNILA para fazer a Graduação em História, pois nesta universidade, que tem a interculturalidade como princípio orientador, o Guarani é muito valorizado. A partir daí, aos poucos fui perdendo a vergonha e comecei a dizer que eu entendia o Guarani, mas fala muito mal. Na minha turma fiz amizade com uma aluna paraguaia que falava e escrevia em Guarani e comecei a praticar e a melhorar a minha pronúncia. Foi aí que me dei conta de que eu nunca havia aprendido a escrever em Guarani, porque essa sempre foi uma língua falada em casa, nunca escrita. Até o momento, ninguém da minha família sabia ler ou escrever em Guarani. E ao descobrir que o Guarani era ofertado como disciplina obrigatória para os cursos de Letras, me matriculei e cursei os níveis I e II.

Toda essa história veio à tona quando o professor de Guarani comentou que havia observado em uma escola municipal da cidade que as crianças que falavam o Guarani e tinham dificuldade de se comunicar em Português estavam em “salas de recursos” e “classes especiais”, um tipo de turma formada no contraturno ofertada a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em consequência de deficiência intelectual ou múltiplas deficiências². Ao saber disso, fiquei imaginando como

² Sobre as salas de recursos e classes especiais de Foz do Iguaçu, confira ZILLY et al (2015), “Percepção de professores das salas de recursos em uma rede de ensino municipal do Paraná”.

teria sido para meu pai e seus irmãos frequentarem uma escola que não falava sua língua. Além de morarem longe, chegavam na escola e não entendiam nada do que os professores e seus companheiros de sala falavam. Talvez seja por isso que muitos da minha família nunca terminaram os estudos. Infelizmente essas situações são comuns nas escolas de Foz do Iguaçu e não se prioriza qualquer atividade de acompanhamento aos falantes de Guarani como língua materna. Quem fala Guarani geralmente só tem contato com o Português na escola, porque em casa só falam o Guarani. Na escola, então, o que acontece é um choque cultural, que se manifesta antes de tudo com a língua e, depois, com o desprestígio da cultura a ela associada.

Ao tomar conhecimento da história desses alunos que, em parte, é também a história da minha família, decidimos investigar por que, nesta região de fronteira, falar Guarani na escola ainda é um “problema” e por que seus falantes vão parar em classes especiais, destinadas a alunos com deficiência mental. Nesse sentido, algumas perguntas se apresentam como fundamentais: em primeiro lugar, qual a história da região com a língua Guarani? Quem são os falantes da língua na cidade? Em seguida, foi preciso conhecer o contexto desses alunos que chegam na escola falando Guarani. Quem são essas crianças? Como elas chegam na escola? Com que idade? Como é a sua estrutura familiar? Como as escolas acolhem e trabalham essas diferenças? Por que os falantes de

Guarani estão em classes especiais? Como é feito esse diagnóstico? O profissional que faz o diagnóstico fala Guarani? Existem crianças falantes de Guarani fora das classes especiais? Qual a proporção entre os falantes de Guarani que frequentam as classes especiais e os que não precisam passar pelas classes especiais? Será que a dificuldade com os conteúdos ensinados não é um reflexo da dificuldade com o idioma? E, por fim, quais são os principais desafios para inclusão desses alunos na escola?

Para tentar responder algumas dessas perguntas foi necessário investigar as especificidades da língua Guarani na cidade e o cotidiano das escolas que recebem alunos falantes de Guarani. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos da pesquisa envolveram pesquisa bibliográfica sobre o tema, realização de pesquisa de campo, com o acompanhamento do cotidiano escolar da mesma escola identificada pelo professor de Guarani, leitura e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) desenvolvido pela escola observada e entrevistas com professores que atuam na rede municipal de Foz do Iguaçu, e trabalham com esses alunos. Os referenciais teóricos mobilizados neste estudo estão relacionados às discussões sobre interculturalidade e bilinguismo no espaço da escola, dentre os quais se destacam os estudos de Vera Maria Candau (2002, 2011, 2012). A autora propõe como caminho para a superação de desigualdades uma educação intercultural crítica, que priorize políticas de identidade, reconhecimento e valorização dos diferentes

grupos culturais historicamente inferiorizados.

Fundamentando-se nas reflexões de Catherine Walsh, Candau (2012) distingue três concepções principais de educação intercultural:

a) Relacional - refere-se basicamente ao contato e intercâmbio entre culturas e sujeitos socioculturais sem destacar assimetrias;

b) Funcional - estratégia para favorecer a coesão social, reduzindo tensões e conflitos;

c) Crítica - questiona as desigualdades e propõe construir relações novas e empoderar os que foram historicamente inferiorizados.

Nesta última o que está em jogo, assim como neste trabalho, é o resgate dos processos de construção das identidades culturais, que passa primeiro pelo resgate das histórias de vida dos sujeitos e das diferentes comunidades socioculturais historicamente excluídas ou inferiorizadas. Segundo a autora:

A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações e no imaginário social. Neste sentido, o debate multicultural na América Latina coloca-nos diante desses sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades fortemente na nossa sociedade, mas numa situação de relações de poder assimétricas, de subordinação e acentuada exclusão. [...]

Por outro lado, somos conscientes de que o

atual contexto internacional, marcado por uma globalização excludente, políticas neoliberais e uma emergente doutrina de segurança global, está reforçando fenômenos socioculturais de verdadeiro apartheid, que assumem diferentes formas e manifestações. No entanto, esta não é uma realidade que afeta igualmente a todos os grupos sociais, culturais, nem a todas as pessoas. São os considerados “diferentes”, aqueles que por suas características sociais e/ou étnicas, por serem considerados “portadores de necessidades especiais”, por não se adequarem a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado e do consumo, os “perdedores”, os “descartáveis”, que vêm a cada dia negado o seu “direito a ter direitos” (CANDAU, 2002, p. 126).

Citando Boaventura de Sousa Santos (2001 *apud* CANDAU, 2002), a autora afirma que as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Para Candau (2002), não se deve contrapor igualdade à diferença, e sim à desigualdade:

O que estamos querendo trabalhar é, ao mesmo tempo, negar a padronização e também lutar contra todas as formas de desigualdade e discriminação presentes na nossa sociedade. Nem padronização nem desigualdade. A igualdade que queremos construir assume o reconhecimento dos direitos básicos de todos. No entanto, esses todos não são padronizados, não são os “mesmos”. Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elementos presentes na construção da igualdade (CANDAU, 2002, p. 129).

Nesta perspectiva, este trabalho se contrapõe às expectativas de padronização linguística e cultural por meio das escolas, que ao priorizarem uma educação monocultural e valorizarem uma única língua, terminam invisibilizar qualquer diferença que demarque as identidades históricas e culturais de pessoas que convivem e frequentam o mesmo espaço. No caso dos falantes de Guaraní, essas atitudes reforçam preconceitos e estereótipos, que podem levá-los a sentirem vergonha de serem quem são. Ignorar a língua e a cultura desses alunos não faz com que as diferenças sejam apagadas, pelo contrário, com isso elas são negadas e se transformam em desigualdades.

2 TAPEGUAH PORÃITE KO YVY GUARANÍME - BEM VINDO À TERRA GUARANI O GUARANI EM FOZ DO IGUAÇU

O Guaraní não representa só uma língua, mas muitos povos que habitam territórios sul-americanos desde os tempos mais remotos. E para entender a relação da cidade com a língua, é preciso antes reconhecer a relação da língua com esses povos.

De acordo com Angélica Karina Dillenburg Horii (2014), as interações transfronteiriças na linha que hoje demarca a divisa entre Brasil, Paraguai e Argentina, demonstram que estas são de longa data. Segundo a autora, a região da fronteira foi historicamente ocupada

por grupos indígenas, antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus no século XVI. Povos que até hoje não reconhecem esses limites nacionais, pois fazem parte de um território no qual sempre prevaleceu a sua ocupação (HORII, 2014, p. 122).

Os grupos que ocupavam e que ainda ocupam a região Oeste do Paraná são compostos pelos Guarani e Kaingang, mas até a década de 1950 o Paraná também era habitado pelos Tupi-Guarani e os Jê. No entanto, os processos colonizatórios do período acabaram por exterminar alguns desses grupos, com ações que envolveram o genocídio, transmissão de doenças e a expulsão das terras que ocupavam (SILVA; SANTOS, 2011 *apud* HORII, 2014, p. 122). Segundo Horii (2014), a formação dos Estados nacionais sul-americanos sempre esteve ligada à invasão de territórios indígenas e demarcação de fronteiras, excluindo comunidades inteiras do devido reconhecimento político ou legal. Um caso exemplar é o dos indígenas Guarani na fronteira trinacional entre Brasil-Paraguai-Argentina, porção central do seu imenso território original.

Podemos apontar que o território Guarani passou por inúmeras retaliações a partir da chegada dos povos europeus na “conquista” da América. Passando pelo Tratado de Tordesilhas, de Madri e o de Santo Ildefonso, a região que compreende o antigo território dos Guarani foi sistematicamente dividida por limites territoriais, sem contudo levar em consideração a autonomia desse povo. Os discursos oficiais geralmente apagam da

memória esse passado de ocupação, mostrando que essas terras eram consideradas devolutas, mas que na verdade, não estavam necessariamente vazias demograficamente. A memória oficial mostra a heroicização do pioneiro, criando uma identidade regional baseada em uma harmonia e hegemonia, como se os índios aqui não habitassem antes da chegada dessa atividade colonizatória (HORII, 2014, p. 123).

Apesar das políticas sistemáticas de extermínio da cultura Guarani, seu povo resiste e a língua Guarani é falada nos cinco países da América do Sul, sendo considerada a “língua histórica” do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), especialmente na região da fronteira trinacional. Para Joyce Palha Colaça (2015), o próprio nome “Guarani” já traz em si a marca da conquista, pois o nome da língua em Guarani é “Ñe’ẽ”, que significa “palavra individual”. Citando os trabalhos de Bartomeu Melià, Colaça (2015) indica que durante as primeiras expedições colonizadoras do Rio da Prata, os colonizadores se depararam com um grupo chamado de “Guarení” e assim, pouco a pouco, o nome “Guarani” foi usado para denominar àqueles indígenas do rio Paraná e do rio Paraguai, aos que estavam além dos Saltos do Guairá e aos que habitavam ambas margens do rio Uruguai. A partir daí, foram encontrados diversos grupos com características culturais comuns e todos eles foram chamados de Guarani. Por isso, Colaça (2015) destaca que a Língua Guarani não é una e nem homogênea, mas uma construção imaginária das várias

línguas que foram designadas como sendo uma única língua pelos colonizadores europeus.

Embora haja muitas publicações sobre a permanência da língua Guarani no território sul-americano, a maioria delas trata apenas do Paraguai e poucas abordam as variações do Guarani faladas no Brasil: Nhandeva, Mbyá e Kaiowá. Na região da fronteira trinacional, a variação predominante é o Guarani Kaiowá, que permanece como língua materna dos grupos indígenas que habitam a região e de muitos dos seus descendentes, apesar da ideia equivocada de que o Brasil seja monolíngue em Português. No Paraguai, ao contrário do Brasil, o Guarani é ensinado como segunda língua nas escolas desde 1992 e em 2010 ele alcançou o patamar de língua oficial com a chamada “Ley de Lenguas” - Lei N° 4251/2010, após séculos de repressão e sucessivas proibições. No entanto, a língua ainda é vista como inferior ao Espanhol por parte da população e a maioria dos paraguaios que só falam Guarani moram em zonas rurais. Ainda hoje, não dominar o Espanhol no Paraguai pode significar exclusão social e dificultar o acesso às profissões mais valorizadas.

De acordo com Marcia Carmo (2012), o Guarani é a primeira língua indígena a dividir com o Espanhol o título de idioma oficial em um país da América Latina, mas é cada vez menos falado pelas crianças nos lares paraguaios. Por isso, pesquisadores acreditam que o idioma pode desaparecer em duas gerações. Para Ramón

Silva (*apud* MCCORMICK, 2018), o Guaraní sempre foi uma língua falada em casa e agora as crianças aprendem na escola a ler e a escrever em Guaraní, mas não a falar. Em depoimentos divulgados no *site*, alguns paraguaios comentam que quando crianças os professores faziam ajoelhar no sal grosso e no milho, às vezes a manhã inteira, como castigo por falar o Guaraní em sala de aula. “E tinha que ser na frente dos meus amigos, para eles verem, no preto e no branco, o que acontecia com quem se atrevesse a falar”, diz a ativista Porfiria Orrego Invernizzi, hoje com 67 anos. Outros eram forçados a ficar sem comer e beber o dia inteiro, tinham que usar fralda como forma de humilhação ou simplesmente apanhavam por usar a língua indígena³. Na cidade de Foz do Iguaçu o Guaraní está mais associado a uma língua de paraguaios do que de indígenas e permanece associado às camadas mais pobres e inferiorizadas da sociedade. Por ser uma língua de tradição oral por séculos discriminada, a maioria dos falantes desconhece sua gramática e ortografia e ela predomina apenas como a língua falada em casa.

3 AHA MBO'EHAÓPE - VOU À ESCOLA

O GUARANI NAS ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU

Existem 50 escolas municipais em Foz do Iguaçu e 41 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que atuam no acolhimento e alfabetização das crianças da

³ Cf: <<http://ipol.org.br/o-paraguai-redescobre-o-guarani/>>. Acesso em: 10 de março de 2020.

cidade em um contexto multicultural, dado que na cidade convivem pessoas de cerca de 81 etnias e nacionalidades diferentes (SALGADO, 2018). Muitas dessas instituições recebem alunos de diferentes nacionalidades, que falam diferentes línguas. Nas zonas periféricas da cidade e nas áreas de ocupação irregular, entre as línguas mais faladas estão o Guaraní e o Espanhol, porque muitas das pessoas que vivem nessas zonas são oriundas do Paraguai ou da Argentina devido às facilidades de trânsito na fronteira, especialmente com o Paraguai. A maioria dessas pessoas migra sazonalmente de um país para o outro em busca de oportunidades de trabalho e renda. Contribui para isso a formação de famílias entre pessoas de diferentes nacionalidades, fazendo com que os vínculos familiares não estejam enraizados em um único país. O resultado disso são famílias multilíngues na oralidade, e nem sempre na escrita. Para muitas dessas famílias, o processo de alfabetização começa em um país e continua em outro, devido à sazonalidade das oportunidades de trabalho. Essa rotatividade acontece frequentemente em um mesmo ano letivo, quando uma criança inicia um bimestre em uma escola do Brasil, migra para o Paraguai com os pais e retorna no final do ano, por exemplo. No caso das famílias de baixa renda, em que a rotatividade é maior, o Guaraní se destaca como a língua materna predominante.

Nas escolas das zonas periféricas da cidade, especialmente nas municipais, é comum encontrar crianças bilíngues que têm o Guaraní como língua materna.

No entanto, como destaca Ferrez (1997 *apud* SILVA e TRISTONI, 2012) este tipo de bilinguismo, na realidade, não é positivo, pois ao ingressar nas escolas brasileiras, as crianças e jovens que não dominam o Português são obrigadas a aprender a língua oficial do Brasil em um sistema de ensino que não oferta o Português como segunda língua. Ou seja, a Língua Portuguesa é ensinada como língua materna inclusive para aqueles alunos que não a conhecem. Segundo o autor: “[...] não há opção para estes alunos, eles têm que aprender a língua majoritária do país e inevitavelmente tornam-se bilíngües.” (FERREZ, 1997, p. 137 *apud* SILVA e TRISTONI, 2012, p. 236).

No Brasil, a imposição do português padrão não se refere somente a imposição de uma língua, mas, também, de uma única cultura e de uma única identidade, para todos. Estes três estão ligados de tal forma, que não há como caracterizá-las separadamente, isso porque uma língua está sempre ligada a uma cultura a qual representa que, por sua vez, contribui na formação de uma identidade, formação esta que ocorre por meio da língua, da interação com o “outro”.

Sendo assim, o aluno que tem como língua materna uma língua nativa ou estrangeira, por exemplo, se vê em meio a vários conflitos, dentre eles: culturais, étnicos, linguísticos e identitários. Isso ocorre porque, na escola, a sua língua ou dialeto é visto como errado devido à imposição do português padrão. Além disso, o encontro entre diversas culturas e etnias no contexto escolar, causa nos alunos um sentimento de estranheza (SILVA e TRISTONI, 2012, p. 236).

Neste contexto, como apontam Grasiela Mossmann

da Silva e Rejane Hauch Pinto Tristoni (2012), termina-se por gerar estigmas e preconceitos que influenciam diretamente na construção de identidades e pertencimentos desses alunos. As autoras também destacam que além de não haver a oferta do Português como língua estrangeira, não há uma formação específica para professores da fronteira para lidar com essa situação. Nesse sentido, a heterogeneidade e a falta de uma política linguística adequada para a realidade fronteiriça dificultam a tarefa dos professores nesses contextos multiculturais e multilingues. Esse despreparo dos professores também é citado por Daniela Fonseca da Silva Salgado (2018), que investigou os saberes docentes sobre a alfabetização de crianças bilíngues especificamente na cidade de Foz do Iguaçu. Segundo a autora, os professores percebem e se mostram sensíveis ao multiculturalismo existente na escola, mas não são devidamente preparados para lidar com essa diversidade e tendem a conjecturar que os alunos bilíngues necessariamente devam apresentar o mesmo desempenho em ambas as línguas, sem considerar sua identidade social e repertório linguístico (SALGADO, 2018). Como os professores que atuam na região não são formados para lidar com essa diversidade, uma alternativa poderia estar na formação continuada oferecida pelas Secretarias de Educação, mas segundo Salgado (2018, p. 80-83), do total de cursos oferecidos entre 2016 e 2017, o número de cursos de formação relacionados ao multiculturalismo não chegou a 5% - e todos foram oferecidos em parceria com

a UNILA. Outro aspecto identificado por Salgado (2018, p. 83) é a quantidade de alunos por turma, que dificulta para o professor reconhecer as especificidades de cada aluno.

Adriane Glessner e Maria Elena Pires Santos (2011 *apud* SALGADO, 2018, p. 23), que investigaram a situação dos “brasiguaios” na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, destacam que essa situação termina por gerar preconceitos e estereótipos que criam “fronteiras” dentro do próprio espaço da escola e da sala de aula. Essas e outras situações também são analisadas por Silva e Tristoni (2012), que destacam que os professores sequer notam a presença de um aluno bilíngue em sala de aula, mesmo ao longo do trabalho com este aluno.

Estetipodesituação,infelizmente,aindaéfacilmente encontrada nas escolas da região de fronteira. Outro estudo acerca da realidade brasiguai, no contexto escolar, revelou que o preconceito que os alunos manifestam para com o brasiguai vem do preconceito que se tem com o Paraguai, sua língua e sua cultura (SILVA e TRISTONI, 2012, p. 243).

Para esta pesquisa, acompanhamos o cotidiano de uma escola municipal de Foz do Iguaçu, localizada na região do bairro Porto Meira, na parte sul da cidade, entre maio e outubro de 2018, a fim de observar as crianças falantes de Guarani em contexto escolar, o modo como as escolas acolhem e trabalham as diferenças linguísticas entre os alunos e quais são os principais desafios para inclusão dessas especificidades na escola. Neste artigo,

optou-se por não identificar nem a escola, nem os agentes educacionais envolvidos na pesquisa, para não gerar qualquer tipo de constrangimento entre aquelas e aqueles que tão bem nos receberam na realização deste trabalho. Ao longo das visitas foram realizadas conversas informais com alunos, professores, pedagogos e demais agentes educativos, além da observação sistemática do cotidiano da escola e da análise de seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Segundo informa o PPP da escola, atualizado em 2018, a escola atende anualmente cerca de 800 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino. O documento também caracteriza o perfil dos alunos que frequentam a escola:

[...] caracteriza-se como sendo a maioria de nível socioeconômico baixo, em torno de 5 pessoas por família, em que grande parte da população vive de trabalho informal, catadores de reciclados ou autônomos, e muitos dependem da Bolsa Família e demais recursos assistencialistas (PPP da Escola, 2018).

Ainda segundo o PPP da escola:

Todas as crianças, estudantes, professores e funcionários da escola são considerados sujeitos singulares, possuidores de uma história e de uma cultura. A trajetória dos sujeitos constitui o desenvolvimento humano como algo que acontece por conta das aprendizagens que ocorrem na escola e fora dela, caracterizando-se pelas transformações biológicas, emocionais, sociais, psicológicas e

culturais que ocorrem ao longo da vida.

[...]

É neste contexto que essa unidade escolar recebe alunos que vêm à escola em busca do saber, mas trazem consigo graves problemas sociais como fome, falta de higiene e saúde, uso de drogas, violência, baixa autoestima, exigindo da instituição uma nova visão de práticas pedagógicas e sociais, diferenciadas e abrangentes.

(PPP da Escola, 2018).

No que se refere à inclusão das diversidades na escola, o PPP destaca:

[a escola] participa e aposta na Educação Inclusiva da seguinte forma:

- inclui alunos provenientes de diferentes segmentos sociais, marginalizados, como os alunos transferidos de áreas como o Paraguai e necessitam de uma atenção diferenciada para sua adaptação à nova realidade, mediante avaliação realizada pela equipe pedagógica para classificação do aluno;

[...]

- inclui alunos de classe especial, mediante avaliação realizada pela equipe pedagógica para classificação na série adequada; (PPP da Escola, 2018).

A escola também destaca no documento que participa do Projeto Escola Intercultural de Fronteira (PEIF), que tem como foco o intuito de promover o intercâmbio entre professores da rede escolar de países que dividem fronteiras. Conforme indica o PPP:

Municípios brasileiros e argentinos que ficam na fronteira entre os dois países realizam experiências de intercâmbio de professores para o ensino de

português e espanhol nas primeiras séries do ensino fundamental.

A [escola] realiza essa parceria com o MEC desde 2006, com a Escola n.2 localizada em Puerto Iguazú, na Argentina. O objetivo do MEC é que os alunos saibam falar e ouvir em espanhol e que o ensino mútuo continue até o 5º ano do ensino fundamental. As cidades fronteiriças foram escolhidas para a experiência porque são zonas de interação entre as duas línguas.

O ensino e a valorização das culturas envolvidas melhoram as relações comunicativas dos alunos, que acabam expostos a situações de utilização de ambos os idiomas, em maior ou menor grau.

No ano de 2012, a UNILA (Universidade Federal de Integração Latino-Americana) também foi incluída nesta parceria, oferecendo assessoramento e cursos de formação aos professores, pais e funcionários da escola. Em 2016, o programa continua sendo realizado, sendo ampliado o atendimento a mais turmas. As professoras argentinas se encontram na escola duas vezes na semana (terças e quintas) para a realização das aulas.

Neste programa, participam do projeto: 2 (duas) professoras da escola, realizando o intercâmbio uma vez na semana. As professoras ministram aulas em português na escola argentina, por meio de atividades interculturais em que se ressalta o folclore e a cultura do Brasil. Da mesma forma, os alunos da escola recebem também uma vez na semana professoras argentinas que ministram aula em espanhol em quatro salas de aula diferentes, dando o mesmo enfoque, ou seja, ressaltando o folclore e a cultura argentinos.

(PPP da Escola, 2018).

Na primeira visita realizada à escola, ao apresentar a intenção de investigar a língua Guaraní nas escolas da fronteira, a coordenação pedagógica me apresentou alguns alunos que frequentavam a chamada Sala

de Recursos, destinada ao reforço em conteúdos de Português e Matemática, no contraturno de suas aulas. Segundo o PPP da escola,

A sala de recursos multifuncional atende à política de educação inclusiva que visa garantir a todos os educandos com necessidades educativas diferenciadas permanentes ou temporárias, de forma a favorecer a aprendizagem de maneira eficiente e responsável, sempre com apoio especializado.
(PPP da Escola, 2018).

Em conversa informal com esses alunos, que me pareceram muito tímidos e envergonhados, eles revelaram que evitam falar o Guarani na escola, especialmente na sala de aula, por vergonha e medo dos colegas fazerem piadas. E quando estão no recreio conversam em Guarani somente entre outros falantes de Guarani. Segundo eles, em casa fala-se apenas o Guarani e o Português eles aprendem com os amigos do bairro ou com um dos pais, que são brasileiros. Os alunos relataram também que os outros alunos da escola que falam Guarani também já haviam passado pela Sala de Recursos e/ou pelas Classes Especiais. A coordenação pedagógica da escola informou que atualmente cerca de 1% (8) dos alunos da escola são falantes de Guarani e que todos falam e entendem bem o Português, mas este número já chegou a 4% (32) e a escola já recebeu alunos falantes de Guarani que não entendiam nada em Português.

Até 2017, a matrícula de alunos que iniciavam a

escolarização em outros países era feita por meio da análise de documentos escolares e de uma prova de classificação para ver se eles correspondiam ao nível de escolaridade indicado em seu histórico. Em 2018, deixou-se de exigir essa prova e a matrícula passou a ser realizada conforme o histórico apresentado. No entanto, em nenhum momento a secretaria de educação ou a secretaria escolar questionam os responsáveis sobre os idiomas falados pelos alunos a serem matriculados e nem registram qualquer informação sobre isso, fazendo com que não haja dados concretos sobre essa diversidade nas escolas da cidade. Ao longo das visitas, a equipe pedagógica da escola investigada informou que não faz nenhum tipo de acolhimento diferenciado para a adaptação desses alunos à escola. Também se observou que muitos professores desconhecem se têm alunos que falam outros idiomas em sala - mesmo no mês de maio, quatro meses depois do início do ano letivo. Uma professora do 1º ano comentou que não sabia informar se algum de seus alunos era falante de Guarani, mas que desconfiava que os alunos mais tímidos que não falam nada em sua aula talvez fossem falantes da língua. Desde a primeira visita, portanto, ficou claro que todos os alunos falantes de Guarani frequentavam a chamada Sala de Recursos, o que indica a forma de acompanhamento desses alunos pela escola. Quando questionamos se havia alunos falantes da língua que não frequentavam a referida sala, fomos informadas que não, pois todos os alunos

falantes de Guarani frequentavam a Sala de Recursos.

De acordo com a Resolução Nº4/2010 do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, as Salas de Recursos Multifuncionais se caracterizam como uma forma de Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinada ao atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, CNE, 2010). A partir daí, é possível afirmar que todos os alunos falantes de Guarani da escola são identificados pela própria escola como portadores de alguma deficiência ou distúrbio de aprendizagem, ainda que não se tenha apresentado laudos médicos que comprovem essa identificação. Embora não seja possível fazer afirmações contundentes, acreditamos não ser apenas uma mera coincidência que todos os alunos falantes de Guarani frequentem a Sala de Recursos, e que não haja alunos falantes de Guarani fora da Sala de Recursos.

De acordo com Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (2006), estudos já publicados demonstraram que quando as crianças recebem o estigma de “deficiente” na infância inicia-se à sua volta um “tratamento especial” repleto de condições socialmente restritivas, que acabam por imprimir marcas na relação ela e os outros. Segundo a autora, essas pessoas passam a ser vistas como mentalmente incapazes e são socialmente desacreditadas e estigmatizadas. Com isso, o que se observa é uma dupla

violência contra esses alunos, primeiro pelo bullying e estereótipos construídos pelos próprios alunos em relação aos falantes de Guarani e/ou descendentes de paraguaios, depois pela escola, que por falta de outros meios de realizar um acolhimento adequado das diversidades, sobretudo linguísticas, termina por reforçar os estereótipos ao destinar todos os falantes da língua ao regime especial de acompanhamento. A partir daí, as diferenças são vistas como deficiência, baixo rendimento ou mesmo um déficit cultural.

Para entender melhor essa situação, entrevistamos uma professora de outra escola da cidade, na mesma região do Porto Meira, que investigou a alfabetização de crianças bilíngues na cidade em sua pesquisa de Mestrado. Segundo ela, o trabalho com essa diversidade linguística é um assunto que, em geral, não se discute nas escolas da cidade, especialmente porque as escolas municipais da região estão imersas em situações de outras violências e vulnerabilidades mais complexas, como rebeldia, agressividade, rotatividade, abusos sexuais, abandono, fome etc., que tornam as diferenças linguísticas um problema menor em vista de outros problemas com que a escola tem que lidar. Com isso, “muitos alunos sofrem calados e se observa um apagamento cultural que tem como resultado crianças muito tímidas e introvertidas, que sofrem caladas”. Outra situação muito comum relatada pela professora entrevistada é que muitas crianças nessas condições simplesmente abandonam a

escola, se mudam do país e nem retiram os documentos de transferência na escola. Segundo ela, muitas crianças que migram sazonalmente para o Paraguai junto com seus pais não dão prosseguimento aos estudos no país e perdem o ano letivo. Ao voltarem no ano seguinte para Foz do Iguaçu, essas crianças permanecem retidas no ano em que abandonaram a escola e pelas dificuldades de aprendizagem terminam encaminhadas para as salas de recursos.

4 ÑANDE JAGUERECO HETA MBA'E - TEMOS MUITAS COISAS CONOSCO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LÍNGUA, IDENTIDADE E CULTURA

Os resultados da pesquisa realizada reafirmam o que foi apontado por Vera Maria Candau (2012) sobre a relação da escola com as diferenças culturais. Segundo a autora, a escola é um espaço privilegiado de relações entre muitas diferenças étnicas, culturais e linguísticas que se enfrentam com o caráter monocultural da cultura escolar e se refletem em diferentes manifestações de preconceito, discriminação e diversas formas de violência – física, simbólica, bullying - fazendo com que alunos com determinadas marcas identitárias sejam discriminados e inferiorizados no dia a dia das nossas escolas.

Em Foz do Iguaçu, o que se observa é um grande desprestígio da língua Guarani, que se manifesta nas

experiências narradas nas escolas. Nesse processo, os falantes de Guaraní tendem a ocultar sua identidade junto com toda a sua cultura, tornando-se invisíveis no ambiente escolar. Não por não serem reconhecidos, mas por não despertarem empatia, inclusão e a valorização de suas práticas culturais e linguísticas no espaço da escola. Estudos sobre a temática destacam que uma das causas desta situação é o despreparo dos professores e da comunidade escolar em geral para acolher e trabalhar essas diversidades em contexto de fronteira. Nem a Secretaria Municipal de Educação nem as faculdades de Pedagogia da cidade fazem investimentos sistemáticos para transpor esses desafios.

Para finalizar, destaca-se o papel diferenciado que a UNILA tem desempenhado na cidade, começando pela valorização da língua e da história Guaraní, que culminaram com o interesse em investigar a temática. A isso se somam os projetos de extensão, convênios, parcerias e cursos de formação continuada relacionados à valorização de práticas interculturais na educação, que se iniciaram na cidade por intermédio dos professores da instituição, mais sensíveis a essas temáticas. São essas iniciativas que, com o tempo, podem mudar as formas de educar da cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução N°4/2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF, CNE, 2010.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Revista Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, 2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Revista Caderno Educação e Sociedade, v. 33, n. 118, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. Revista Educação & Sociedade, a. XXIII, n. 79, 2002

CARMO, Marcia. Paraguaios lutam para preservar língua guarani. BBC Brasil, 2012. Disponível em:< https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/08/120824_guarani_mc>. Acesso em: 04, mar. 2018.

COLAÇA, Joyce Palha. O guarani como língua oficial e a promoção de um bilinguismo imaginário no Paraguai. 2015. 396f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

HORII, Angélica Karina Dillenburg. Território Guarani na Tríplice Fronteira: Fragmentos que resistem no espaço-tempo. Revista Faz Ciência, v. 16, n. 24, 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Quando eu entrei na escola... memórias de passagens escolares. Revista Caderno Cedes, v. 26, n. 68, 2006.

MCCORMICK, Myles. O Paraguai redescobre o guarani. Gaucha ZH Mundo, 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com>>.

br/mundo/noticia/2018/01/o-paraguai-redescobre-o-guarani-cjcgeicqm01i801phkqrrgv2n.html>. Acesso em: 20. abr. 2018.

PPP da escola, 2018. Dados de referência deste documento em sigilo.

SALGADO, Daniela Fonseca da Silva. Saberes docentes sobre alfabetização em contexto de variedades linguísticas de português/espanhol. 2018. 104f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018.

SILVA, Grasiela Mossmann; TRISTONI, Rejane Hauch Pinto. Diversidade cultural e linguística nas escolas de fronteira Brasil/Paraguai. *Revista Travessias*, v. 6, n.1, 2012.

ZILLY, Adriana; PEREIRA TRIACA, Leonardo; WILKE FALLER, Jossiana; DA SILVA SOBRINHO, Reinaldo Antonio; FERNANDES SANTOS, Marieta; DE ALMEIDA, Maria de Lourdes. Percepção de professores das salas de recursos em uma rede de ensino municipal do Paraná. *Revista Educação Especial*, vol. 28, núm. 51, enero-abril, 2015, pp. 129-145

Trabalhador informal e empreendedorismo: uma contradição ao desenvolvimento na fronteira Brasil e Paraguai

Bruno Rogerio Silva Cavalcante
Cibele Lessa Alves
Sambite Santos Cabi

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, diante das transformações da globalização, a Faixa de Fronteira deixou de ser considerada apenas o limite territorial entre países e uma zona marginal, local inóspito onde vicejam o contrabando, o tráfico de drogas e a passagem e fuga de criminosos, para se transformar em espaço de transfronteirização, ou seja, de trocas e de comunicação, de compartilhamento de culturas e de atividades comerciais (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

Sabe-se que a abertura dos mercados mundiais e a consequente globalização tem suscitado um aumento das desigualdades sociais e regionais, o que é dramático no caso dos países menos desenvolvidos, em função

da maior vulnerabilidade a que estão expostas suas economias, comparativamente menos competitivas. A população mais pobre é proporcionalmente afetada com o desequilíbrio econômico, uma vez que tem condições menos favoráveis para responder aos novos desafios associados a padrões competitivos que exigem alto grau de qualificação, condições sociais e institucionais adequadas, bem como oportunidades de inserção nos mercados.

Entretanto, sabe-se que uma das prioridades da atual estratégia de desenvolvimento de países e regiões são investimentos nas suas capacidades competitivas, por meio da inovação, da capacidade de líderes empreendedores e da flexibilização dos sistemas produtivos, cenários em que os países conseguem vantagem competitiva (PORTER, 1990).

Segundo Porter (1990), para contribuir com as estratégias de desenvolvimento dos países e regiões, os economistas começaram a perceber que o empreendedorismo é essencial ao processo de desenvolvimento econômico, e seus modelos estão levando em conta os sistemas de valores da sociedade, em que são fundamentais os comportamentos individuais dos seus integrantes. Por outro lado, considera-se que a dinâmica empreendedora nos tempos atuais em que o acúmulo de capital é marcado pelo individualismo, fica claro a disfunção do Estado na transferência de responsabilidade do fracasso ou sucesso ao trabalhador

em relação a geração de renda, restando ao Estado apenas uma intermediação mínima de ações e promoção de políticas de governo que não contribuem efetivamente para diminuição da taxa de desemprego e não garante os direitos trabalhistas.

O mundo do trabalho vem passando por transformações desde a década de 1970. Como forma de amenizar as altas taxas de desemprego e a diminuição dos direitos trabalhistas, o aumento do trabalho informal tem gerado grandes estímulos por parte do Estado. Atualmente o sistema capitalista tenta debitar a ausência de geração de emprego e renda à própria ausência de qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, privando-os de usufruir de políticas que são de responsabilidade do Estado.

O mercado e o próprio capitalismo são em suas essências grandes geradores de individualismo e que junto com o Estado contribuem para despolitização de problemas sociais e, assim o empreendedorismo é considerado como uma estratégia da diminuição das altas taxas de desemprego e ao trabalho informal.

Nos últimos vinte anos, enquanto os mercados se abriam no rastro da globalização, fazendo com que os países fossem cada vez mais interdependentes, o Estado-Nação passava a ser visto por numerosos observadores como obsoleto no plano econômico. Era o tempo do surgimento e da consolidação dos blocos econômicos

regionais da União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, etc. (CARNEIRO, 2017).

O Governo Brasileiro, por exemplo, criou o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, que tem por objetivo a definição de uma Agenda Global de Diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à reestruturação da faixa de fronteira do Brasil. A agenda do programa tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos povos da fronteira, incluindo a formação de empreendedores, num momento estratégico de fortalecimento da integração sul-americana, assumido pelo Governo Federal (BRASIL, 2005). Para compreender melhor a contradição existente entre trabalho Informal, empreendedorismo e a ausência do papel do Estado na promoção de políticas públicas de geração de emprego e renda na fronteira Brasil e Paraguai destaca-se questões sobre a teoria e o surgimento do termo Empreendedorismo, além de evidenciar a livre circulação dos trabalhadores para o desenvolvimento econômico em zonas de fronteira e a importância do Mercosul para economia local fronteiriça na função de inserção social dos trabalhadores informais.

2 EMPREENDEDORISMO E A TEORIA ECONÔMICA

Sobre o surgimento da teoria do empreendedorismo e do termo empreendedor Hisrich e Peter (2004), afirma que surgiram a partir da Idade Média até 1985, quando

ele define o empreendedorismo como “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal”. Por outro lado, o trabalhador informal considerado como empreendedor não cria nenhuma mercadoria, nenhum produto novo ou diferente, apenas comercializa (compra e vende) produtos acabados com valor de uso, ou seja, dedica seu tempo, esforço para vender as mercadorias produzidas pelos donos dos meios de produção e assume todos os riscos financeiros e outros riscos destacados acima.

Zarpellon (2010), ressalta que a teoria econômica associou o empreendedor a oportunidades de lucro não exploradas e o risco intrínseco a sua exploração. Destaca-se que Adam Smith é considerado o formulador da teoria econômica a qual vislumbra o empreendedor como aquele que deseja obter um excedente de valor sobre o custo de produção. Porém o trabalhador informal, considerado também como empreendedor não se enquadra nos ganhos destes excedentes, pois não detém os meios de produção e nem a mão de obra para produzir, ou seja, ele é um mero intermediário no processo de enriquecimento do capitalismo.

“As teorias de desenvolvimento econômico tendem a relacionar um composto de diversos parâmetros através de silogismos lógicos” (PASTORE, 1967, p. 1).

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população (PEREIRA, 2006, p. 1).

Segundo Zarpellon (2010, p. 52),

as mais diversas sociedades têm demonstrado grande interesse no processo de geração de emprego e renda, através da criação de empresas e no processo de desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, a economia mundial incentiva os países para adesão de uma política de independência financeira para prática do trabalho informal camuflado de estratégia política ao desenvolvimento econômico, tornando-se uma ação individualizada dos trabalhadores para manter a sua própria sobrevivência.

Entende-se que a reestruturação produtiva do capital, baseada na precarização do trabalho e na flexibilização do uso da força de trabalho, está diretamente ligada à ascensão da informalidade e razão empreendedora (CASTRO, 2013) como solução de problemas sociais, principalmente o desemprego e a cidadania perdida:

Como a proteção individual deixou de ser central, criam-se mecanismos legais que imprimem ao trabalho uma falsa autonomia, marcada pelo “desassalariamento”, pela precariedade e pela ausência de comando explícito, como se tais

condições fossem suficientes para transformar trabalhadores em proprietários (TAVARES, 2004, p. 437).

Essa realidade não deixa de ser vivenciada por trabalhadores de áreas de fronteira, principalmente quando se trata do comércio de produtos importados. Esses trabalhadores utilizam o mercado fronteiriço, onde alguns produtos possuem preços mais baratos e revendem para obter lucro de um lado ou de outro da fronteira. Neste sentido, existem acordos binacionais que garantem a livre circulação de pessoas para comprar mercadorias no país vizinho. Entretanto, é estabelecido uma quota de mercadorias para não evadir as divisas dos impostos cobrados por ambos os países.

3 LIVRE CIRCULAÇÃO DOS TRABALHADORES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ZONAS DE FRONTEIRA

Em se tratando de zonas de fronteira, mais especificamente sobre as áreas que compõem o Mercosul, cabe ressaltar que as sociedades, no que concerne o atual panorama, em que questões políticas e sociais, além das econômicas e de segurança, dificultam a aproximação entre seus governos e suas sociedades, embora este contexto esteja mudando. Nota-se que a perspectiva de se construir um espaço regional integrado, no qual as fronteiras entre os Estados se tornem rotas abertas

para seus cidadãos em geral e para os trabalhadores em particular, não é uma tarefa fácil (CAMARGO, 2010).

Neste sentido, o Tratado de Roma de 1958 já previa a situação dos trabalhadores migrantes definidos como pessoas não nacionais que exerciam uma atividade produtiva e que se deslocavam de um país para outro dentro da mesma comunidade a procura de um posto de trabalho. Em seu artigo 48, o Tratado dispunha

que a livre circulação deveria supor a eliminação de qualquer discriminação em razão da nacionalidade dos trabalhadores dos Estados-membros no que se refere ao emprego, à remuneração e às demais condições trabalhistas (ALENCAR SILVA; ALENCAR SILVA, 2002).

Ficava assim estabelecido que o princípio da livre circulação previa o direito de aceitar ofertas de trabalho, de se deslocar livremente para este fim dentro do território nacional dos Estados-membros, de residir em qualquer um deles para exercer livremente a referida ocupação e de permanecer em seu território após haver ocupado um posto de trabalho (ALENCAR SILVA; ALENCAR SILVA, 2002).

Para Rückert (2001), o território tem adquirido novas formas e outros sentidos. Por muito tempo o território foi tomado como elemento básico, intrínseco ao Estado Territorial, fundado como um estado das armas pela geopolítica realista, como o implementado no Brasil pelos governos militares.

Rückert (2001) entende ainda que a construção de elos de cooperação através da integração das redes rodoviária, ferroviária, hidroviária e energética, bem como a busca de parcerias operacionais entre os estados nacionais e de nichos de oportunidades pelo capital privado residiriam tanto nas ações da diplomacia econômico-política externa comercial, quanto na reforma da estratégia de desenvolvimento econômico e social do estado pela via de mercado.

Essa conjuntura passou a exigir uma flexibilidade maior das políticas públicas de geração de emprego e renda, para que pudessem atender as demandas dos grupos populacionais que habitam ou circulam pela zona de fronteira. Além disso, a partir da intensificação dos fluxos de serviços, de produtos e o intercâmbio de pessoas têm aumentado as dificuldades e a vulnerabilidade já presentes nos municípios fronteiriços (PEITER, 2005).

Segundo Camargo (2010), a América do Sul em geral, e o Mercosul em particular, está diante de uma grave crise em que questões referentes ao emprego, à equidade de circulação de trabalhadores, à segurança cidadã, à inclusão social e à capacidade integradora, acompanhadas crescentemente por problemas propriamente político institucionais, obrigando a todos que se faça uma reflexão séria sobre que novas saídas poderiam ser encontradas para que os processos regionais ou sub-regionais de integração no nosso continente não se tornem apenas retóricos ou, no melhor dos casos, essencialmente comerciais.

A complexidade das questões referente a livre circulação de trabalhadores, assim como, a implementação das políticas para geração de emprego e renda nas zonas de fronteira, esbarra na diversidade das dimensões que um processo de integração carrega consigo, uma vez que se trata de criar fórmulas legais comuns para que a pluralidade dos atores que serão incluídos no processo, em especial as pessoas de seus diferentes Estados, possam transitar livremente por todo o território integrado por meio de uma lógica que não seja apenas nacional (SIERRA, 2004).

Silva e Granger (2019) corroboram com esta ideia, ponderando sobre alguns sistemas legislativos nacionais. Os mesmos afirmam, que alguns sistemas são mais liberais que outros no que se refere ao reconhecimento das administrações locais ou regionais para participação direta em iniciativas de cooperação transfronteiriça e, por conseguinte, na gestão de políticas e programas.

Silva e Granger (2019) citam o caso da União Europeia, mais especificamente a fronteira entre Brasil e França, reforçam, que do lado francês, a maior parte das decisões referentes a políticas e programas surgem a partir de Paris, ou seja, de uma realidade diferente do ambiente regional sul-americano, mas cujos pressupostos determinam as diretrizes e as ações a serem efetivadas, ainda mais quando o assunto é de interesse econômico, a exemplo da geração de emprego e renda, e/ou geopolítico, como migração, exploração de recursos naturais estratégicos, a exemplo

do ouro, e comércio transfronteiriço. O fator mencionado cria dificuldades significativas no estabelecimento de instrumentos legais convergentes para a zona de fronteira.

Diante dessa perspectiva, é necessário refletir seriamente em termos de integração regional para o desenvolvimento econômico e conseqüentemente para as políticas de geração de emprego e renda e a livre circulação de trabalhadores em um espaço regional integrado politicamente com decisões coletivas e não separadas por barreiras territoriais, culturais ou de qualquer outra espécie (SIERRA, 2004).

Compreende-se que

o desenvolvimento econômico visa atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas, o bem-estar e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam: a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente (AVELAR, 2011, p. 7).

Nesta perspectiva

o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico (PEREIRA, 2006, p. 1).

Em busca de uma economia estável na região Latino
foi criado Mercosul;

O Mercosul é oriundo dos programas bilaterais de 1986 entre Brasil e Argentina, estabelecido a partir do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), que possuía características de integração tanto econômicas como políticas. Surge como uma união aduaneira constituída de uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, instaurado a partir do Tratado de Assunção (1991) e contando atualmente com Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela (RODRIGUES, 2006, p. 2).

Para os países do Mercosul

o principal objetivo dos acordos e processos de integração consiste na criação de mercados maiores, eliminando obstáculos aos fluxos de mercadorias, fatores e serviços entre países, nos moldes da teoria clássica onde os mercados maiores operam com maior eficiência que os menores (DOMINGUES, 2003, p. 6).

Para Rodrigues (2006), os fluxos comerciais entre as nações do bloco cresceram de maneira espontânea, o mesmo autor afirma que:

Entre 1991-2015, a Argentina apresentou uma variação positiva nas exportações intrabloco de 577% (Brasil), 493% (Paraguai) e 326% (Uruguai), enquanto que nas importações, crescimento de 720% (Brasil), 840% (Paraguai) e 85% (Uruguai). O Brasil apresentou nas exportações aumento de 768% (Argentina), 399% (Paraguai) e 709% (Uruguai) e, nas importações,

489% (Argentina), 296% (Paraguai) e 173% (Uruguai). O Paraguai foi o país com o maior aumento nas suas exportações, de 1.263% (Argentina), 1.205% (Brasil) e 1.599% (Uruguai), com as importações variando em 706% (Argentina), 862% (Brasil) e 779% (Uruguai). O Uruguai foi o país com menores ganhos em termos comparativos, com 138% (Argentina), 195% (Brasil) e 1.021% (Paraguai) nas exportações, enquanto que as importações variaram 328% (Argentina), 313% (Brasil) e 807% (Paraguai) (RODRIGUES, 2006, p. 5).

Os dados apresentados vêm mostrando que durante os anos o crescimento econômico vem melhorando entre países do Mercosul apesar das crises que afetaram em 2008 a Europa, mesmo assim não impediu o grande aumento de exportações e importações no Mercosul.

A diversificação geográfica dos fluxos de comércio da região fez com que o comércio com outros países vizinhos não membros do Mercosul tenha aumentado sua participação (BAUMANN, 2011, p. 11).

Para tanto, a lógica da economia entre países produz uma alta no comércio que beneficia de forma substancial as divisas de arrecadação de impostos, entretanto as taxas de desemprego continuam a crescer nas áreas de fronteira, pois existe um cultivo por parte dos governos de beneficiar as grandes indústrias com seus formatos de produção automatizados que não contribuem para o aumento da geração de emprego formal nestas áreas, e conseqüentemente aumenta o trabalho informal muitas vezes denominado de empreendedorismo, porém trata-

se de atividade de compra e venda de mercadorias produzidas por outros países e não no sentido etimológico do conceito de empreendedorismo que é criar um produto ou serviço inovador.

A justificativa das grandes empresas e dos governos na falta de disponibilidade de vagas de emprego é a ausência da qualificação da mão de obra, que por sua vez não entra nas agendas de prioridade dos governos como políticas de trabalho e renda. Dessa forma, cria-se um ciclo de desequilíbrio de fator sine qua non aos altos índices de desemprego, e surge aos trabalhadores a alternativa da informalidade com a necessidade da sobrevivência.

Portanto, a permanência desses desequilíbrios em um contexto de cenário de fronteiras sugere uma reflexão sobre a composição dos fluxos de comércio entre os países-membros do Mercosul (ALMEIDA, 2011).

O Brasil era o líder de um processo com dupla vocação: promover o regionalismo aberto no plano comercial e de investimento, bem como ampliar a influência político estratégica regional e internacional do país (ABREU; FLORÊNCIO, 2015, p. 60).

As vantagens dessa aproximação entre países, como caso de Brasil e Paraguai, as cidades de Foz do Iguaçu (estado de Paraná-Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai),

acaba abarcando um intercâmbio de culturas, tanto comercial quanto econômico, que forma uma comunidade pautada no turismo e comércio

– relacionada às regras internacionais (LOPES; SANTOS, 2017, p. 2).

A cidade de Foz do Iguaçu o fluxo de pessoas e bens começa a ser vista principalmente;

No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990 – quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída no Rio Paraná –, Foz do Iguaçu atraiu um enorme contingente populacional, teve sua área urbana fortemente ampliada e ocorreram profundas alterações nas atividades econômicas, tanto no comércio como nos serviços, enquanto a industrialização não teve destaque (CONTE, 2013, p. 63).

Para a cidade de Foz do Iguaçu pela sua história geográfica, a partir do período de 1970 a 1990, o fluxo de pessoas e bens entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este o ambiente de movimento das pessoas na “ponte da amizade” começa a ser sentido não só pela Hidrelétrica de Itaipu, mas sim pela ligação e facilidade de comércio com resto de outros estados e cidades brasileiras, também

O turismo passa a dinamizar a economia desses municípios as margens da represa, pois considerando a amplitude de toda região atingida pelo lago, as atividades tornaram-se a base da economia de uma extensão do Oeste Paranaense (ROSEIRA, 2006, p. 76).

O contexto geográfico das duas cidades e suas características a movimentação turística na cidade de Foz

do Iguaçu muitas vezes com a necessidade de conhecer a ciudad del Este e com objetivo de fazer as compras

Assume uma parte da economia local, pois movimenta hotéis, restaurantes, lanchonetes, agência de turismo e principalmente a atividade do trabalho informal, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio de ambos municípios (MARTINS; RUSCHMANN, 2010, p. 12).

Em comparação entre as duas cidades o fluxo das pessoas e bens em torno do crescimento econômico é totalmente diferente, na cidade de Foz do Iguaçu é turismo e a Ciudad del Leste é o comércio dos diferentes tipos das mercadorias, destaca-se o trabalho informal com maior frequência do lado paraguaia devido a concentração e circulação de produtos importados. Já Foz do Iguaçu é bastante vantajosa a dinâmica transfronteiriça relacionada ao turismo, e um dos elementos importantes neste sentido é o Destino Iguaçu, um projeto que visa a integração turística na Tríplice Fronteira (POLON, 2017, p. 184).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento contemporâneo é visto como uma economia estável, na América Latina. O desenvolvimento econômico entre os países do Mercosul, passa ser pensando em bloco entre estado como a forma de desenvolver o mercado livre e competitivo entre os

países da área de fronteira. A iniciativa dos Estados tendo como objetivo a redução de barreiras no comércio entre os Estados nacionais membros, torna-se relevante a análise sobre as possíveis influências que este modelo de integração regional pode trazer para o desenvolvimento deste modelo econômico no Brasil (LELIS; COSTA; SILVA, 2018, p. 341).

A faixa de fronteira existente entre Brasil e Paraguai traz consigo problemas que necessitam de atenção entre as duas nações, enfatiza-se o exemplo do Governo Brasileiro com a criação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, que ainda perdura com o cumprimento de uma Agenda Global de Diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à reestruturação da faixa de fronteira do Brasil, mas que pela ineficiência de execução e comunicação entre ambos os países pouco se avança nas linhas condutoras definidas como estratégias para o Desenvolvimento Econômico Regional e a Promoção da Cidadania dos povos da fronteira.

A Cidadania nesta fronteira deve ir além do incentivo de políticas de governo com a temática pautada na justificativa do empreendedorismo por oportunidade, este por oportunidade, de certa forma, está longe de ser visualizado, pois o que se percebe é empreendedorismo por necessidade, onde o trabalhador informal de fato necessita desempenhar atividade comercial para a sua própria sobrevivência. Deixa-se aqui uma lacuna para que os próximos pesquisadores investiguem o que os

trabalhadores informais desta fronteira percebem em relação ao desenvolvimento econômico e a sua própria contribuição para este desenvolvimento, sente-se também a necessidade de investigar quais as demandas destes trabalhadores pela garantia dos seus direitos trabalhistas enquanto cidadãos geradores de impostos desta área de fronteira.

REFERÊNCIAS

ABREU, S.; FLORENCIO L. F. Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas da política externa brasileira: possíveis interpretações para a crise do bloco. Boletim de Economia e Política Internacional, BEPI, n. 19, Jan./Abr. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5196/1/BEPI_n19_Mercosul.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

ALENCAR SILVA, O.; ALENCAR SILVA, R. C. O. A livre circulação de pessoas e trabalhadores e o processo de integração no Mercosul. Revista Migalhas, 2002. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI1324,91041-A+livre+circulacao+d+e+peessoas+no+ambito+do+Mercosul>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ALMEIDA, P. R. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. Revista Espaço da Sophia, v. 5, n. 43, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4177752-O-desenvolvimento-do-mercosul-progressos-e-limitacoes.html> acesso 20 de julho de 2019.

AVELAR, P. R. Crescimento econômico e saúde. 2011. Disponível em: http://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-7-ecoujf.pdf acesso 23 de julho de 2019.

BAUMANN, R. O Mercosul aos vinte anos: uma avaliação econômica. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1493/1/td_1627.pdf acesso 20 de julho de 2019.

BRASIL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMARGO, S. O Processo de Integração Regional: Fronteiras Abertas para os Trabalhadores do Mercosul. Contexto Internacional, v. 32, n. 2, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a07. Acesso em: 03 set. 2018.

CARNEIRO, C. S. Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do mercosul e os imigrantes sul-americanos no Brasil. Revista Argumenta, v. 26, 2017. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta-/article/view/749>. Acesso em: 03 set. 2018.

CASTRO, C. A. Crítica à razão empreendedora: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2013.

CONTE, C. H. do milagre econômico à construção de itaipu: configurando a cidade de Foz do Iguaçu/PR. Revista Economia e Desenvolvimento, Recife (PE), v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/viewFile/18845/10497>. Acesso em: 03 set. 2019.

DOMINGUES, R. Comércio, Desenvolvimento e Integração: considerações teóricas e reflexos no MERCOSUL . 2003. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%204.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1998.

FERREIRA, C.; MARIANI, M.; BRATICEVIC, S. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá, Brasil. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, p. 1137-1150, 2015.

HISRICH, R. D.; PETER, M. P. Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LAKATOS, E. M. Sociologia da administração. São Paulo: Atlas, 1997.

LELIS, H. R.; COSTA, P. H. H. L.; SILVA, C. R. V. A influência do Mercosul no desenvolvimento da economia criativa no Brasil. Revista do Direito Público, Londrina, v.13, n.1, p. 338-368, abr.2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/31795/23483>. Acesso em: 19 jul. 2019.

LOPES, L. M.; SANTOS, B. C. N. Tríplice Fronteira: diferentes aspectos de uma região instável. In: Congresso FOMERCO, 8., Salvador, 2017. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br-resources/anais/8/1503942499IIIIIIIIARQUIVOArtigoFomercoTripliceFronteiraLucasMLopesBarbaraNunes.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MACEDO, F. M. F.; BOAVA, L. T. Dimensões epistemológicas da pesquisa em empreendedorismo. In: Encontro da ANPAD, 32., Rio de Janeiro, 2008. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, L. R. M.; RUSCHMANN, D. V. M. Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – PR. In: Seminário de pesquisa em turismo do mercosul, 6., Caxias do Sul, 2010. Anais [...]. Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/Desenvolvimento%20Historico%20

Turistico%20Estudo%20de%20Caso%20Foz%20do%20Iguacu. pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

MCCLELLAND, D. The Achieving Society. Van Nostrand: Princeton NJ, 1961.

PASTORE, J. Teorias de desenvolvimento econômico: problemas metodologicos. Revista de Administração de Empresas, v. 7, n. 23, 1967. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v7n23/v7n23a01.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PEITER, P. C. Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

PEREIRA, L. C. B. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

POLON, L. C. K. O “Território Turístico” na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 3, n. 2, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31684>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PORTER, M. E. The competitive advantage of nations. New York: The Free Press, 1990.

RODRIGUES, B. S. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. Revista Neiba, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27486>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ROSEIRA, A. M. Foz do Iguaçu: Cidade Rede Sul Americana. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 2006.

RÜCKERT, A. Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial: cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2001.

SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SIERRA, G. Las matrices societales en crisis, pero ahora en contexto Mercosur. In: SIERRA, G.; BERNARDES ALVARADO, M. (Comp.). Democracia, gobernanza y desarrollo en el Mercosur. Hacia un proyecto propio en el siglo XXI. Montevideu: UNESCO/CLACSO, 2004.

SILVA, G. V.; GRANGER, S. Desafios Multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). Revista Geografia, v. 21, n. 46, 2019. Disponível em : www.geographia.uff.br/index.php/geographia/issue/view/43/showTo. Acesso em: 03 set. 2018.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

ZARPELLON, S. C. O empreendedorismo e a teoria econômica institucional. Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía, v. 1, n. 1, p. 47-55, 2010.

Análises de uma feira na fronteira: feirantes, comidas e línguas

Paola Stefanutti
Valdir Gregory

1 INTRODUÇÃO

Feiras são espaços fluídos que estão em constante construção no horário de funcionamento, em que pessoas, ingredientes, feirantes, aromas, cores, texturas, mercadorias e clientes se encontram e se desencontram. São lugares onde ocorrem além da compra de produtos, conversas informais e trocas de conhecimentos.

Estudar feiras é uma forma de registrar práticas alimentares do cotidiano, muitas vezes silenciadas e dar visibilidade a personagens à margem das cidades e das fronteiras. Além de que, as feiras são áreas de produção (modos de fazer), de distribuição e de consumo dos produtos, no caso, das comidas de feira. Um encontro entre produtores, comerciantes e consumidores, um vasto espaço para os estudos sociais. A feira é espaço de encontro, de socialização, de integração.

Em um contexto de fronteira estes espaços de comidas podem assumir outros significados e reforçares identitários, revelando negociações e disputas. Em Foz do Iguaçu, município brasileiro limítrofe ao Paraguai e a Argentina, há feiras, sendo uma delas a Feirinha da JK. A feira em questão, objeto de estudo desta pesquisa, teve início em 1986 e desde então modificou de nome, de endereço e de proposta. Objetiva-se levantar questões fronteiriças na Feirinha da JK em Foz do Iguaçu. Estes indícios giram em torno dos feirantes, das comidas e das línguas presentes neste caldeirão cultural.

Os olhares dirigidos para este local, tal como os percursos desta pesquisa foram sendo moldados por indícios etnográficos nas práticas do cotidiano. Os historiadores, Ginzburg (1989, 2006), Certeau (2007) e Certeau; Giard; Mayol (2008), com pitadas etnográficas, nos alicerçaram. A pesquisa contou com observação participante, registros em diário de campo e registros fotográficos, diálogos com os feirantes e com quem feirava e entrevista com o coordenador da Feirinha da JK.

É preciso fazer uma distinção entre diálogos e entrevista. Denomina-se diálogos, as conversas informais, não gravadas, sem assinatura de Termo de Consentimento e que ocorreram propositalmente (quando provocávamos uma interação premeditada) ou espontaneamente (quando comentávamos um fato que acabara de ocorrer ou quando éramos interpelados por outros). Trata-se de conversas que ocorreram no ato de feirar. Como ocorre

numa conversa natural, não houve escrita durante os diálogos. Depois de cada interação, buscávamos nos afastar e isoladamente escrevíamos ou no bloco de notas do celular ou no bloco de notas em papel a conversa, o insight, o gesto, a expressão, pequenos espasmos do cotidiano ou suas exceções.

Diferentemente dos diálogos, a entrevista foi gravada, transcrita e analisada no decorrer desta escrita, possuindo autorização mediante Termo de Consentimento para a utilização dos dados. A gravação foi realizada por meio do aparelho celular da pesquisadora. A utilização de aparelho celular - em vez de aparelho gravador maior e mais específico para esse fim - teve como objetivo minimizar o estranhamento, constrangimento e/ou intimidação do entrevistado para com o objeto de registro.

Entre as bancas desta feira, do lado de dentro e do lado de fora é possível verificar diversas nacionalidades presentes. Esse cenário é confirmado nos estudos publicados sobre a feira que apontam para seu espírito multicultural (WELTER & RUIZ (2018); YU (2018); STEFANUTTI (2020)). A personificação de uma feira multiétnica possui correspondência com um discurso recorrente que considera Foz do Iguaçu¹ uma cidade multicultural, pois abrigaria mais de 90 etnias que aparentam viver harmoniosamente. Mas será que esta feira é aberta a todos? E as nacionalidades do outro lado

¹ Ver mais em: FOZ DO IGUAÇU. A cidade. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=722>>. Acesso em: 10 agosto 2019.

da fronteira? Há proibição de produtos? É possível a venda de produtos provenientes dos países vizinhos? É possível identificar nas línguas praticadas a presença da fronteira? A fronteira interfere na feira? A seguir tem-se uma breve apresentação da referida feira, assim como os indícios fronteiriços levantados na Feirinha da JK e suas discussões.

2 A FEIRINHA DA JK

A Feirinha da JK ocorre todos os domingos pela manhã na Avenida de nome homônimo em Foz do Iguaçu. Assim como acontece em uma feira livre, os feirantes devem montar e desmontar as bancas todos os domingos. Essa feira possui outros tipos de comércios como artesanatos, objetos decorativos, que não serão analisados neste estudo. Os produtos alimentares encontrados podem ser separados em três categorias: in natura, manufaturados e prontos para consumo, sendo que esta última classe leva o contemporâneo nome de street food. Assim, por trás das bancas existem feirantes-produtores e feirantes-intermediários, isto é, que fazem a ligação entre produtor e consumidor final.

As bancas com produtos in natura são a minoria e oferecem produtos como frutas, verduras, folhas, ervas aromáticas e medicinais, leitão, frango, peixe, entre outros. Já dos produtos manufaturados pode-se citar queijos, embutidos, geleias, pães, bolachas, entre outros.

E dos produtos prontos para consumo cita-se os tradicionais “pastéis de feira” com caldo de cana, tapiocas nordestinas, açaí paraense, empanadas argentinas, crepe francês e água de coco aberto na hora.

Das possibilidades de *street food* verifica-se particularidades étnicas como: uma barraca árabe, com esfirra de carne, batata e chicória, com falafel, kibe frito recheado com coalhada cujos produtos são vendidos por uma mãe árabe usando lenço – *hijab* – juntamente com sua filha, que não utiliza este acessório identitário; uma barraca de Taiwan com o famoso *bubble tea*, além da Tortinha de Taiwan (assim denominada pelos proprietários da banca) feita com tacho específico importado da região, que possui recheio de feijão doce, creme, amendoim, queijo ou milho. A família que compõe a barraca é formada por pai, mãe e filhas taiwaneses; e uma barraca de Hong Kong com um casal de lá, com *yakisoba*, pão chinês cozido, *guioza*, e outros produtos.

Nessa linha de bancas “étnicas” pode-se mencionar uma barraca com produtos italianos “*Mama mia Pastas D’Itália*” com lasanhas, tortei, raviolli, tortellini, capeleti, rondelli, canelone e *sofiotti*, cujos proprietários pareciam ser descendentes de italianos; uma barraca com produtos argentinos como doce de leite, azeite, conservas, mas o comerciante era brasileiro; barraca de produtos pernambucanos: manteiga de garrafa, queijo coalho, bolo de rolo, linguiça de bode e até buchada de bode sob encomenda ao casal pernambucano; uma barraca

mineira com doces, requeijão de corte e queijos de Minas sendo vendidos por um jovem casal mineiro; uma barraca gaúcha com salame, linguicinha e pão de milho com um casal de gaúchos; uma barraca mais afastada com acarajé e seus tradicionais acompanhamentos: vatapá, caruru e camarão seco, servidos por uma baiana com suas vestimentas brancas simbólicas acompanhada de seu filho. A barraca estava mais distante, pois os feirantes reclamaram do cheiro do óleo de dendê. A comida e os sentidos também separam. Observaram-se produtos, pessoas e identidades.

A Feirinha da JK está na academia e podemos citar os trabalhos de Campos e Schosler (2007), Welter e Ruiz (2018), Yu (2018) e Stefanutti (2020).

O trabalho de Campos e Schosler (2007) faz menção à Feirinha afirmando que esta possui o foco na disseminação da cultura local, elogia o artesanato e artes plásticas, porém critica a culinária, mencionando que são comercializados somente alimentos base. Além de registrar a produção dos agricultores do município, como queijos, embutidos, mel, frutas e hortaliças. Os autores sugerem que sejam feitos a comercialização de pratos prontos, produzidos a partir destas bases, o que já ocorre atualmente.

Já em recente artigo, Welter e Ruiz (2018) problematizam a Feirinha da JK como patrimônio cultural do município, tendo realizado levantamentos e entrevistas com feirantes, além de análise netnográfica em três *websites* que apresentam avaliações e descrições

de moradores e turistas sobre esta feira. Welter e Ruiz (2018, p. 7) ao questionarem aos feirantes se a Feirinha da JK representava a história e a cultura de Foz do Iguaçu registraram vários discursos que reafirmam a diversidade cultural da feira e que o município representa justamente esta diversidade: “eu acho que representa a cultura da cidade sim, porque você vê um chinês ali, um árabe aqui, um imigrante também e Foz do Iguaçu é esta mistura”.

Na dissertação de Yu (2018) cujo objetivo era discutir a presença de línguas chinesas e a integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu, um dos locais escolhidos foi a Feirinha da JK por conter duas barracas de origem chinesas, como já mencionado – Hong Kong e Taiwan – e por ser um local de circulação de chineses e descendentes. A autora destaca a Feirinha como um espaço de agregação e interação.

Na tese de Stefanutti (2020) cujo objetivo era discutir culturas alimentares desta tríplice fronteira por meio de três feiras, a autora faz um estudo da Feirinha da JK levantando registros alimentares e gastronômicos e trazendo discussões sobre o cenário multicultural da feira. Além de levantar questões de migração, língua e novo perfil consumidor.

Assim, nesta feira há várias culturas nacionais e regionais compostas de imigrantes e migrantes que fazem deste um espaço multicultural. Acrescenta-se que essa multiculturalidade não é constituída apenas pelos feirantes, mas também por quem circula neste

espaço. Não é uma imposição de culturas, é um negociar constante de barraca em barraca, de sabor em sabor, de aroma em aroma, de comida em comida. A feira é um local a ser visitado, vivenciado, comido e ruminado.

3 INDÍCIOS DE FRONTEIRA NA FEIRA: OS FEIRANTES E AS COMIDAS

A imagem de uma Foz do Iguaçu multiétnica se apresenta ali, entre essas bancas, sem querer, por querer. Com a hipótese de que poderia ter sido intencional ou proposital haver várias bancas étnicas representadas na Feirinha, a pesquisadora perguntou ao coordenador da Feira, Ronaldo Adriano Pinheiro, como é a seleção para a participação da mesma. Depois de setembro de 2018, quando o atual coordenador assumiu o cargo, foi alterada a forma de ingresso para participar da feira. Anteriormente, o interessado deveria se dirigir à Fundação Cultural, fazer um cadastro e dali era encaminhado para a Secretaria da Fazenda para a obtenção do alvará. Atualmente, o processo se inverteu, primeiro o interessado deve ir até a Secretaria da Fazenda fazer o alvará e, depois, ir à Fundação só para saber em que local irá montar a barraca e o tipo de barraca.

Pinheiro (2019) declarou que não há prioridade ou proibição na seleção dos interessados. O coordenador atestou que se o estrangeiro está regular no país não há empecilho ou favorecimento para que ele possa trabalhar

na Feira. Ele disse que, atualmente, há em torno de dez famílias estrangeiras que trabalham na Feirinha. Afirmou que não há facilidade ou procura por parte da Fundação para que alguém, mesmo estrangeiro, participe da Feira.

Porém, o coordenador acentuou que, constantemente, recebe em sua sala, paraguaios e argentinos interessados em participar da feira. Entretanto, eles não conseguem participar devido ao alvará de feirante. Para a obtenção do mesmo, um dos quesitos é ser residente na cidade. A questão da nacionalidade não importa, mas a residência, a documentação, sim. Portanto, na obtenção do alvará para participação da feira há uma divergência: a feira é aberta para os de longe, mas fechada para os de perto. Podem atravessar a fronteira para comprar, podem ir e vir, mas não podem comercializar. Trata-se de um demarcar territorial tão preciso em uma região fronteira onde as fronteiras físicas ora são rígidas e ora são porosas. A feira “multicultural” tem suas limitações de fronteira. A feira informal tem suas formalidades.

A situação da barreira aos moradores das cidades vizinhas criada pelo alvará é um exemplo deste singular contexto fronteiro em que há um jogo constante em negociação. Três países que ora são um território único, ora são três territórios bem separados, de acordo com interesses, permeados por relações de poder.

Este fato pode ser verificado nas relações sociais cotidianas, em que em alguns momentos viver em Foz do Iguaçu, é viver somente este município, as fronteiras

parecem distantes, rígidas e impermeáveis. Porém, em outras ocasiões viver Foz do Iguaçu, também é viver Ciudad del Este e Puerto Iguazú, as fronteiras nem perpassam pelo imaginário, se tornam flexíveis e permeáveis (STEFANUTTI, 2020).

Verifica-se que ao contrário do que se pode supor, morar e viver em uma zona de fronteira não é sinônimo de acesso às relações fronteiriças e circulação livre pelos países vizinhos. Neste contexto, pode-se dialogar com Myskiw (2005, p. 227): “A visão daqueles que dela [fronteira] vivem próximo é muito diferente daqueles que vivem longe da mesma”. Tendo uma relação direta com o imaginário simbólico de que todo morador usufrui da fronteira da mesma maneira e que pode ir e vir, vender e comprar.

Esse multiculturalismo presente na Feirinha da JK também é visível nos produtos alimentícios ofertados nas bancas como relatado anteriormente. Pinheiro (2019) afirmou que após a obtenção do alvará, o futuro feirante deve apresentar uma proposta de comercialização nas duas linhas disponíveis: artesanato ou alimentação. Mesmo que o produto já seja comercializado por outras bancas, isso não é impedimento para a participação na feira. A única ressalva feita pelo coordenador foi sobre a proibição da comercialização de produtos do Paraguai, visto que “produtos importados não podem”. Porém, o que não pode ser comercializado? Produtos importados ou produtos oriundos do Paraguai? E os

produtos provenientes da Argentina? Pensamos que são as naturalizações deste espaço. Enquanto é comum a associação à ilegalidade dos produtos vindos do Paraguai, e por isso proibidos; os produtos argentinos sequer foram lembrados nesta conversa.

Pode-se supor que, por produtos do Paraguai, o entrevistado estava se referindo aos eletrônicos e outras bugigangas vindas do país vizinho; esta é uma expressão cotidiana da fronteira para se referir a este tipo de mercadoria. Contudo, expando essa discussão também para os produtos alimentares.

Há duas barracas com produtos argentinos como doce de leite, alfajor, azeite de oliva, conservas, chimichurri e vinhos. Uma, de um feirante brasileiro e a outra, de uma simpática senhora uruguaia. Estes produtos, todos de marcas argentinas, inclusive as mesmas encontradas do outrolado da fronteira, nos dava a impressão por segundos, que estávamos em outra Feirinha, a da Argentina. Em outras bancas também há produtos argentinos, porém, misturados com outros produtos de marca nacional. Há ainda uma banca, de um brasileiro, que vende alfajor caseiro, com uma placa que dizia receita argentina. Demarcares identitários na comida. Reforços identitários.

Enquanto havia produtos alimentares argentinos sendo vendidos não houve produtos reconhecidos como paraguaios. Apesar disso, em diálogos com feirantes, alguns contaram que comprem produtos primários – como temperos, algumas bases para as preparações e

outros secos² – importados do Paraguai. Se as estratégias impostas pela instituição regem de uma maneira, no ato das práticas, os sujeitos, os produtores desconhecidos dão golpes e fazem bricolagens, como diria Certeau (2007). Transformam, de modo subversivo, uma matéria-prima proibida em algo comestível perante o poder. Estas são práticas cotidianas: tanto a venda de produtos oriundos da Argentina como a venda de produtos compostos por ingredientes provenientes do Paraguai. A Argentina pode, mas o Paraguai não pode. São negociações simbólicas entre o Eu e o Outro, e o Eu com o outro Outro. Entre o brasileiro e o argentino, e o brasileiro e o paraguaio.

Montanari (2008, p. 189-190) discute sobre essas relações entre ingredientes e produtos que vão além fronteira, e afirma:

[...] as culturas alimentares (e as culturas em geral) são mais ricas e interessantes quanto mais os encontros e as trocas tenham sido vivazes e frequentes – por exemplo, nas situações de fronteira.

E como são ricas e singulares essas interações, trocas, idas e vindas de pessoas, mercadorias e saberes em um contexto fronteiriço.

2 Se houvesse a identificação dos produtos, a ligação com a barraca seria imediata, por isso optou-se pela não descrição de quais produtos são adquiridos no Paraguai.

4 INDÍCIOS DE FRONTEIRA NA FEIRA: AS LÍNGUAS

Além dos feirantes, do lado de cá das bancas também é visível essa diversificação étnica, com paraguaios, argentinos, japoneses, chineses, árabes (termo abrangente, porém necessário por não ser possível identificar o país específico), turistas estrangeiros e nacionais e moradores da cidade que se encontram e desencontram no corredor central e único da Feirinha.

Na barraca japonesa, vimos uma mesa composta de uma família asiática (escreve-se assim, pois não foi possível reconhecer de que país era proveniente). Na barraca de Hong Kong, vimos a feirante vir para a frente da barraca e pegar no colo um recém-nascido, filho de um casal de clientes não orientais. Interações além do consumo, além da comida, socialização na feira.

A feirante da banca de Taiwan nos conta que taiwaneses habitantes de Ciudad del Este (Paraguai) vêm até ali no domingo de manhã para comer sua comida típica. Há um deslocamento em prol da comida, das suas representações e do encontro com os seus.

Vimos um casal de asiáticos tentando comprar frutas. A língua era um empecilho – eles não falavam português – mas nada que a vontade de comer, vender e comprar não resolvesse. A mímica e o valor demonstrados com os dedos da mão nos chamaram a atenção. Eles se entenderam. Entenderam tanto, que acharam o preço alto e foram embora sem as frutas, suposição nossa pelas mímicas e expressões faciais e gestuais observadas.

Vale ressaltar que a língua pode ser um elemento de agregação entre etnias que se encontram e dividem a mesma linguagem, ao mesmo tempo que pode ser sinônimo de separação. Foi verificado que na banca japonesa e na do Rei do *Yakisoba*, o casal de proprietários de ambas não domina o idioma português, conhece apenas o necessário, como o nome dos próprios produtos, para vender. As duas bancas contam com ajudantes brasileiros para facilitar a venda. No entanto, quem faz, quem produz são os proprietários. São artes de fazer versus arte de vender, são artes diversas. Registra-se o domínio da técnica, da prática, de conhecimentos entre *yakisobas* e *takoyakis*.

Na banca de Taiwan, observa-se que marido e mulher não falavam português, ficando a comunicação e a venda com as duas filhas que falam o idioma. A mãe fazia as tortinhas, uma das filhas servia o chá, a outra ficava no caixa, enquanto o pai observava no fundo da banca a movimentação e auxiliava a quem fosse necessário. Na banca de Hong Kong, como já apontado, os pais falavam muito pouco o português, e as filhas assumiam o papel de comunicação com os clientes, enquanto detentoras do conhecimento da língua.

Observamos famílias paraguaias passeando, perguntando e comprando. Afirmamos que eram paraguaias pelo sotaque da língua e, certa ocasião, perguntamos a um feirante, que confirmou serem eles paraguaios e que os hermanos do outro lado da fronteira

são frequentes nesta feira. A língua não é um problema, ou falam espanhol ou “portunhol”; os interessados se entendem.

Nosso objetivo não era – e não é – estudar linguagem, contudo o portunhol foi algo observado nestes espaços de maneiras e intensidades diversas e por isso merece um comentário. Apesar de não ser linguista, o sociólogo José Lindomar Coelho Albuquerque (2014, p. 89) apresenta uma importante contribuição para o tema:

As línguas são processos sociais constituintes de zonas de contatos e de múltiplas interações sociais. Não há línguas puras. Todos os idiomas são formados a partir de processos de intercâmbios, misturas, apropriações e significações de palavras.

É neste contexto que entram os reconhecimentos das línguas nacionais e “O princípio predominante na formação das nações europeias no século XIX era a relação um povo = uma língua = uma nação = um território” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 89). Todavia, em regiões de fronteiras, onde a exceção é regra e a regra é exceção, ocorrem outras interações e negociações, inclusive linguísticas.

A estudiosa em línguas de fronteira Eliana Rosa Sturza (2010) afirma que o portunhol foi, por vezes, associado a uma ideia do não conhecimento da língua, de um “mal falar”, em um sentido pejorativo. No entanto, esta prática pode ser entendida como uma síntese de duas línguas (português e espanhol) em contato, sem identificar qual

língua tem maior peso, e completa: “O Portunhol é esta mescla, mistura que se define por um estado de processo, em constante trocar-se, misturar-se” (STURZA, 2010, p. 95). Em outro trabalho, a mesma autora frisa que, em zonas fronteiriças, esta língua tem sua extensão e consolidação como fenômeno mais acentuado e visível. Aliás, Sturza (2005, p. 49) denomina o portunhol como uma “interlíngua” que: “[...] remete ao processo de aquisição, especialmente do espanhol por parte de falantes brasileiros”. Apesar da autora descrever o processo mais por parte de falantes brasileiros, nesta fronteira e nestas feiras também é verificada a prática desta interlíngua pelos hablantes do espanhol, como argentinos e paraguaios.

Outros autores também utilizam a expressão interlíngua português/espanhol para se referirem ao portunhol, como pode ser visto no trabalho da linguista em região de fronteira, Maria Elena Pires Santos (1999).

Retomando Albuquerque (2014) que salienta ser a oralidade do portunhol algo recorrente, o fenômeno novo seria a escrita do portunhol em músicas, poesias e propagandas e, acrescento, em trabalhos acadêmicos. Lembramos da dissertação Liz Carolina Yegros Cuevas (2017) com título intencional e provocativo: *O brasiguaiño en la prensa: período de Fernando Lugo Mendéz (2008-2012)*. A autora, paraguaia, estava vinculada a um programa de pósgraduação brasileiro e assumiu sua origem e seus traços de identidade também por meio do idioma escrito que faz parte, como ela assume, do contexto fronteiriço em que se encontra.

Sendo oportunol uma língua de fronteiras, o mesmo se pode afirmar das comidas de fronteiras. Não há uma única maneira de se comunicar, de utilizar oportunol, assim como não há uma única maneira de comer e se relacionar com a comida nesta realidade fronteiriça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante pensar a fronteira a partir daqueles que a vivenciam. Muitas vezes, as vivências podem revelar o além das teorias. Evidencia-se que esta não é uma escrita de fronteira, mas uma escrita na fronteira que busca indícios fronteiriços em uma feira através de quem vende, do que se vende e de como se comunica.

Pode-se verificar que a Feirinha da JK, é mais um caso, dentro da cadeia gastronômica da cidade, que não está imune às movimentações, influências e particularidades que o estar na fronteira proporciona.

Mercadorias, comidas, pessoas, saberes e línguas vêm e vão entre as fronteiras. A alimentação é mais um fenômeno social suscetível às dinâmicas, interações, influências e singularidades que o estar e viver na fronteira pode possibilitar.

A regulamentação da feira traz normas além do que as fronteiras podem conter. Se a residência no município é uma restrição, os produtos vêm e vão e demonstram que o fluxo de comidas vai além das barreiras físicas e legais estabelecidas na fronteira, assim como a língua que se

escuta e se lê entre bancas. Estes vestígios demonstram que na fronteira há negociações que atingem diversas práticas do cotidiano, inclusive as laborais, alimentares e linguísticas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. As fronteiras do portunhol selvagem. In: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v.196, p. 89-108, 2014.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras em movimento e identidades nacionais: A imigração brasileira no Paraguai. [tese]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2005.

CAMPOS, Camila Silva; SCHOSLER, Sérgio Henrique. Cultura intangível: estabelecimento de um pilar histórico cultural através da culinária regional. [monografia]. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2007.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CUEVAS, Liz Carolina Yegros. O brasiguaiio en la prensa: período de Fernando Lugo Mendéz (2008- 2012). [dissertação]. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2017.

FOZ DO IGUAÇU. A cidade. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=722>>. Acesso em: 10 agosto 2019.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Nondimanco: Machiavelli, Pascal. Milão: Adelphi Edizioni, 2018.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Tradução: Rosa Freire d'Águia e Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MYSKIW, Antônio Marcos. Fronteira. In: Márcia Motta. (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, v. 1.

PINHEIRO, Ronaldo Adriano. Entrevista concedida em 02/04/2019 à Paola Stefanutti, Foz do Iguaçu.

SANTOS, Maria Elena Pires. Fatores de risco para o sucesso escolar de crianças brasiguaias nas escolas de Foz do Iguaçu: uma abordagem sociolinguística. [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 1999.

STEFANUTTI, Paola. Das feiras às culturas alimentares (no plural) da tríplice fronteira. [tese]. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2020.

STURZA, Eliana Rosa. Espaço de enunciação fronteiriço e processos identitários. In: ProPosições, Campinas, v.21, n.3 (63), p. 83-96, set./dez. 2010.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de Fronteira: O Desconhecido Território das Práticas Lingüísticas nas Fronteiras Brasileiras. In: Ciência e Cultura (SBPC), São Paulo, p. 47-50, 2005.

WELTER, Viviane da Silva; RUIZ, Melissa. Ativação de um patrimônio cultural e suas relações de poder: Um olhar a partir da Feirinha da JK em Foz do Iguaçu. Apresentação no Seminário Internacional sobre Preservação do Patrimônio Cultural no Território Trinacional, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2018.

YU, Michele Siu Mui. Presença das línguas chinesas e integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu – PR: um estudo interdisciplinar. [dissertação]. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2018.

Unidade 2 – Territórios, conflitos e regulações

A representação da mídia e o contrabando de agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai

Gabriel Antonio Camarão
Eric Gustavo Cardin

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é desenvolvido dentro do Laboratório de Pesquisa “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT), sediado na Unioeste, campus de Toledo. A pesquisa faz parte uma discussão mais ampla, que busca compreender a racionalidade da produção por meio da utilização de agrotóxicos. Para tanto, iniciamos os estudos com sujeitos que vivenciam cotidianamente as relações de poder que permeia o consumo de agrotóxicos. No intuito de problematizar as disputas que ocorrem neste campo, este artigo se propõe a pensar no papel da imprensa na construção das percepções sobre o assunto, mais especificamente do Jornal do Oeste no período de 2013 a 2017. O periódico escolhido possui sua circulação fundamentalmente na cidade de Toledo/Paraná,

município altamente dependente da produção de grãos e, conseqüentemente, dos pacotes agroquímicos.

Assim, a metodologia utilizada na pesquisa utilizou dados bibliográficos produzidos em diferentes áreas do conhecimento. Utilizamos das ciências ambientais, da biologia e da química para pensarmos o impacto dos agrotóxicos na saúde; da comunicação social para analisarmos as particularidades da produção da grande mídia a respeito dos agrotóxicos, a qual age como empreendimento capitalista e, para tanto, defende seus interesses econômicos; da economia no momento em que refletimos sobre o desenvolvimento da agricultura no oeste paranaense e; da geografia para pensarmos a espacialidade e as redes de contrabando do produto. Além da utilização da produção acadêmica destas diferentes áreas, também utilizamos algumas entrevistas e algumas informações obtidas com representantes da Polícia Federal.

O primeiro esforço nesta pesquisa foi no sentido de tentar entender o papel da mídia no interior das relações de poder que definem o consumo de agrotóxicos, pois a concebemos como coexistente da realidade e instrumento de formação da percepção da população sobre o assunto. Neste sentido, partimos do apontamento de Bakhtin (2006) que:

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no

trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala (BAKHTIN, p. 41, 2006)

As relações da infraestrutura condicionam portanto a criação ideológica na superestrutura a partir de, pelo menos, três elementos determinantes para as relações sociais: a ideologia social, a política e a mídia. Deste modo, buscaremos apontar como esses elementos se juntam para a criação da realidade. Neste exercício partimos de algumas dúvidas: como e por que é que se produz alimentos neste modelo marcado pelo uso dos pacotes agroquímicos, sendo possível, com acompanhamento técnico, se produzir de outra forma, mais sustentável e comprometida com a saúde da população e do meio ambiente. O agricultor, mesmo que seja contrário a uma lógica agroecológica que privilegia uma “existência humana saudável e a preservação da natureza” (DAMO, 2012), pode encontrar na produção orgânica e na adoção de pacotes biológicos lucratividade similar e até mesmo superior aquela obtida com a produção convencional. Essas perguntas são complexas e provavelmente não serão respondidas de maneira adequada ao final desse trabalho, mas buscaremos contribuir com o debate.

Imaginamos que esses questionamentos esbarrem em questões mais globais, como, por exemplo, nos fatores que definem o consumo: será o valor final dos alimentos o aspecto decisivo? A facilidade de obtenção do produto? A falta de conhecimento? Acreditamos que, possivelmente,

o consumo de agrotóxico esteja relacionado a todos estes aspectos, porém, se atualmente é possível produzir a mesma quantidade, sem riscos a saúde e obtendo um lucro semelhante, por que é que continuamos assim?

Como propõe Bakhtin (Volshinov) (2006), as relações da infra-estrutura refletidas e refratas na superestrutura desempenham o papel de propor o que nós falamos, e até mesmo como falamos. Com base em Ianni (*apud* ZAAR, 1999), o Estado atua de forma a “converter relações de produção em relações de dominação, em favor de uma burguesia que se infiltra no aparelho estatal, ou que procura fazê-lo operar em seu benefício”. O Estado, então tido como mediador das relações, se coloca de forma a impor leis burguesas como se fossem de interesse geral, criam conjuntos de instituições, ideologias, praticas e agentes para validarem esses valores (GRAMSCI *apud* ZAAR, 1999).

Essa hegemonia, que segundo Gramsci, em um conceito bem vasto “é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas, e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI 1991, p. 3). O que conhecemos então parte de uma lógica burguesa, e quem fuja a essa forma de pensar está em um espaço de vulnerabilidade, é colocado como resistência ao sistema capitalista, e pressionado com discursos que visam deslegitimar sua concepção. Mas como chegamos a este embate, qual a importância dessa produção para a região?

2 A PRODUÇÃO RURAL DO OESTE PARANAENSE

Em linhas gerais, o discurso da modernização tecnológica da agricultura possuiu um grande impacto na região oeste do Paraná e, por extensão, no eixo Cascavel–Foz do Iguaçu. Segundo Godoy (*apud* PERIS; LUGNANI, 2003, p. 84),

No final dos anos 60 e começo dos anos 70, ocorreu a disseminação do novo modelo agrícola cujos efeitos econômicos fizeram com que fosse conhecido como Revolução Verde. O modelo, baseado na produção de grãos, soja e trigo mais especificamente, acenava com a elevação da produtividade através das sementes melhoradas, cuja utilização estava atrelada ao uso de máquinas pesadas, implementos e insumos químicos. Se, por um lado, o Paraná tornou-se o maior produtor de soja e trigo e passou a ser um dos maiores exportadores, por outro, houve sérias consequências sociais e ambientais vinculadas à nova forma de produzir.

Com base em Zaar (1999), a escolha destes dois produtos não foi ao acaso, notando que os Estados Unidos da América criará um novo padrão de produção de farináceos, baseado no consumo do trigo e da soja - que propunha a substituição da proteína animal pela proteína vegetal – o que acabou criando uma nova necessidade até então desconhecida. Neste sentido, “o Estado Brasileiro, obviamente articulado à economia mundial, desenvolveu políticas que promoveram a expansão dos cultivos do trigo e da soja em meados dos anos 60 e mais expressivamente durante a década de 1970.” (ZAAR, 1999, p. 29).

Gradativamente, as transformações da agricultura na região foram se consolidando por meio da produção de soja, com base em Zaar (1999), visando as exportações e de trigo, com a finalidade diminuir as importações brasileiras. Com a implementação do plantio massivo e em grande escala desses produtos, novas relações se estabeleceram, “novas formas de reprodução das relações de produção, e novas formas de produzir o espaço agrário” (ZAAR, 1999, p. 29).

Essas medidas apresentam “um exemplo marcante de como ocorreu a articulação entre Estado-Ideologia-Capital” (ZAAR, 1999, p. 30) e promoveram à mecanização no campo e as transformações do modelo social existente na região. Constata-se, a partir da análise de Piffer (2009) referente aos Censos Agropecuários e do IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995), a correlação com a análise de Zaar (1999), que aponta a efetivação das necessidades do “capital industrial, instalado recentemente no país: promover a venda de insumos e máquinas agrícolas e a compra de produtos agrícolas, através da troca” (ZAAR, 1999, p. 30). Piffer (2009) analisa a transformação no total de tratores e implementos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários das mesorregiões do Paraná (1970 – 1995), como aponta a Tabela 1 a seguir.

A título de parâmetro, observa-se que a segunda maior taxa de aumentos em valores absolutos corresponde ao Norte Central, 354,47%, onde se destaca o aumento de 5568 tratores e implementos agrícolas em

1970 para 25305 em 1995. A taxa na região oeste do Paraná é expressivamente maior, já que houve um crescimento de 1.232,46%, com 1725 (tratores e implementos agrícolas) em 1970, para 22985 em 1995. Essa modernização na agricultura logicamente está associada a expansão da produção rural. Para que se facilite a visualização e fique evidente a disparidade da transformação da região Oeste, me utilizo da tabela 01.

TABELA 01 - Total de tratores e implementos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários das mesorregiões do Paraná (1970 – 1995)

MESORREGIÃO	1970	1975	1980	1985	1995
Centro Ocidental PR	1426	5334	8465	10645	12148
Centro Oriental PR	1 434	3088	4913	5516	7328
Centro-Sul PR	851	2252	4297	5192	6902
Metropolitana de Curitiba	786	1681	3942	4900	7929
Noroeste PR	1307	3711	6085	8199	9994
Norte Central PR	5568	13640	17947	22100	25305
Norte Pioneiro PR	4761	8280	10430	12665	13074
Oeste PR	1725	10216	16247	20667	22985
Sudeste PR	381	1310	3076	3981	6945
Sudoeste PR	380	2986	6325	7481	9217
Total Paraná	18.619	52.498	81.727	101.346	121.827

FONTE: Dados do IBGE e Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995) organizados por Moacir Piffer (2009).

Para que este sistema funcionasse e operasse com sucesso foi necessário a implementação de uma ideologia, que se convencionou em chamar em “modernização”.

Segundo Oliven (*apud* ZAAR, 1999, p. 30), objetivo deste discurso foi deslegitimar determinadas culturas em detrimento de outras, alimentando um imaginário sustentado na ideia de que as diferenças culturais seriam as responsáveis pelas diferenças sociais e econômicas.

A partir de dois conceitos dicotômicos: tradicional e moderno buscam através da ideologia formas que justificam as causas do subdesenvolvimento e desenvolvimento e, para tanto, levam as pessoas a acreditar, que o fato de transformar o tradicional em moderno levaria ao desenvolvimento. (ZAAR, 1999, p. 30).

No entanto, essa proposta não problematiza os elementos estruturais que se encontram na essência do subdesenvolvimento, “pois não discute as relações econômicas internacionais, e o papel que cada nação desempenha na economia mundial.” (ZAAR, 1999, p. 30).

A modernização além de ter transformado a máquina em símbolo da racionalidade máxima, consiste em mudanças nos padrões de consumo, de comportamento, de ideias; de instituições e de valores; enquanto que o desenvolvimento implica em mudanças estruturais que alteram basicamente o perfil de uma econômica social. A modernização, é um processo mais epidérmico, enquanto o desenvolvimento é um processo mais profundo (COSTA PINTO, *apud* OLIVEN 1967, *apud* ZAAR, 1999).

Com base em Zaar (1999), para o Estado Brasileiro difundir o seu modelo, tornaram a modernização e o desenvolvimento (conceitos que se fundem) como seus

projetos societários, propondo “a modernização para o desenvolvimento do país”. A partir dessa proposta se desenvolveriam tanto o país quanto seus indivíduos, indo de embate a qualquer proposta de resistência criada. Neste contexto, o Estado deu forma à entrada de capital no campo, criando condições para “a reprodução e a acumulação do capital industrial e financeiro se concretizasse, resultando em estratégias e valores impostos, a fim de serem interiorizados” (ZAAR, 1999, p. 31).

Mesmo o aparato Estatal apontando os ditames, as necessidades e como elas devem ser colocadas, utilizando de diferentes dispositivos repressivos e ideológicos para disciplinar sua população em todo o território nacional, observa-se a existência de dificuldades concretas na realização desta ação de maneira homogenia. O processo de ocupação territorial do Brasil é tardio e marcado por uma baixa presença do Estado na fronteira oeste do país, aspecto que se observa pelos próprios discursos do Estado que, em diferentes épocas, expressou a necessidade de adensamento demográfico e de construção de uma brasilidade devido à porosidade e a fluidez das relações ocorridas nas fronteiras internacionais do país. Características disso, é grande circulação de agricultores na fronteira Brasil/Paraguai (ALBUQUERQUE, 2010) e a circulação descontrolada de mercadorias legais e ilegais (CARDIN, 2015).

Entre as mercadorias que possuem alta circulação na região destaca-se os agrotóxicos, problema que

vem ganhando cada vez mais destaque no último ano, despertando interesse acadêmico, midiático, político e econômico. Neste sentido, em qualquer pesquisa rápida a respeito do assunto na *internet*, se tem acesso a inúmeras pesquisas referentes aos problemas de contaminação da água e de alimentos, além de problemas na saúde humana derivados do uso de químicos. Em um movimento promovido pelas grandes indústrias produtoras de agroquímicos, Bayer e BASF, por exemplo, observa-se no último ano um aumento da repressão ao contrabando de tais produtos, que reflete diretamente no aumento das apreensões e das reportagens sobre o assunto na mídia brasileira.

Referente ao contrabando, Angélica Horii (2014) discorre sobre o processo de circulação dos produtos, que envolve a origem e entrada dos venenos em território brasileiro:

Estes produtos oriundos do Paraguai, China e Índia, com fábricas de “fundo de quintal”, tem ganhado o mercado brasileiro e vêm crescendo nos últimos anos. Com embalagens em espanhol, preços abaixo do mercado brasileiro, sacos plásticos e metalizados em caixas de papel cartão com peso das embalagens de 10 a 200 gramas, são de fácil identificação. Os meios de transporte mais utilizados são caminhões, ônibus de excursões, automóveis, via fluvial e aérea, utilizando-se de notas fiscais falsificadas ou mesmo sem nenhum documento de identificação (HORII 2014, p. 91).

Ainda sobre o assunto (DORFMAN; REKOWSKI, 2011, p. 02), chamam atenção para o fato de que:

O contrabando de agrotóxicos expressa diversas facetas da globalização do sistema agroalimentar, e sua análise exigiu que se examinasse a atuação em território brasileiro de empresas transnacionais de agrotóxicos, seja produzindo-os ou buscando influir na legislação pertinente e na opinião pública. A importação legal (e ilegal: contrabando) de insumos, a exportação de alimentos e a subordinação das normas nacionais às exigências de qualidade vigentes nos mercados internacionais de commodities reforçam os aspectos globais do objeto aqui estudado.

Dito isso, a viabilidade desse contrabando é destacada por Dorfman, França e Souza (2014, p. 41):

a importação ilegal de agrotóxicos para o Brasil é tornada atrativa pelo grande diferencial de preços, que pode chegar a 1/5 ou mesmo 1/10 dos valores praticados internamente. O diferencial liga-se aos impostos cobrados no Brasil, à legislação considerada rígida (que implica em testes meticulosos e licenciamentos demorados) e, especialmente, à reserva de mercado garantida por altas taxas de importação. A qualidade dos produtos não pode ser aqui discutida. O diferencial de preços atrai comerciantes para o transporte transfronteiriço, apoiado em redes de confiança e em relações de força.

Neste contexto, não existem dúvidas sobre os vínculos e a importância deste mercado no território Brasileiro, estando presente de forma significativa da produção em

grande escala do país, mas também no congresso nacional, nos discursos midiáticos e nas pesquisas científicas. Dentro destas relações, os aspectos econômicos influenciam de maneira significativa as relações de poder ocorridas na construção do sujeito consumidor de agrotóxicos. O que se observa no Brasil é “um grave processo de subordinação da renda da terra ao capital internacional, melhor diríamos, ao capital oligopolista internacional” (BOMBARDI, 2011, p. 3). Essa subordinação é determinante na atual realidade, que é marcada pelo uso excessivo do pacote agroquímico e por um esforço em deslegitimar os discursos contrários ao uso de tais mercadorias.

As monoculturas constituem ecossistemas artificiais. Em ecologia compreende-se que esse tipo de ecossistema, devido a sua baixa complexidade e diversidade reduzida de espécies (no caso das monoculturas, há um único cultivar, não havendo diversidade), quando em comparação com os ecossistemas naturais, tende a sofrer o ataque das chamadas pragas agrícolas, já que, justamente pelo fato de se tratar de um ambiente de baixa complexidade, pode haver ausência de inimigos naturais que controlam as pragas; pode também ocorrer, especialmente nas áreas de monocultivo, acelerada disseminação da praga, principalmente quando esta é específica, em função da concentração elevada e proximidade das plantas-alvo. Atenta-se também que nos monocultivos, o cultivar representa um recurso alimentar que se encontra concentrado e em grande quantidade. Nesse caso observa-se elevado grau reprodutivo e crescimento rápido da (s) espécie (s) considerada praga (s). (DAMO, p. 43, 2012).

Os agrotóxicos oriundos do mercado paraguaio atuam como forma de “garantir” a produção, pois os valores das mercadorias tendem a ser bem abaixo dos existentes no território brasileiro e, além disso, existe a possibilidade da obtenção de princípios ativos ainda não autorizados no Brasil. Dois aspectos importantes para garantir a manutenção de uma alta produção e de uma alta lucratividade das monoculturas do país. No ano de 2014, houve um grande caso de repercussão nacional em Franca/São Paulo. A cobertura do Jornal do Oeste foi bem significativa, publicando cinco matérias a respeito no período de pouco mais de uma semana. Quase o mesmo volume de matérias que foi produzido sobre contrabando em 4 anos, corroborando para a indução de como as grandes indústrias atuam na formação dos problemas que devem ser enfocados, ou não.

TABELA 2: Apreensões de Agrotóxicos nas Fronteiras Internacionais de Foz do Iguaçu e Guaíra

ANO DA APREENSÃO	NÚMERO DE APREENSÕES	VALOR ESTIPULADO EM DÓLARES
2013	45	258.981,28
2014	46	86.704,23
2015	58	104.803,00
2016	82	61.649,90
2017 (janeiro a maio)	57	131.564,25
TOTAIS	288	531.303,16

FONTE: Dados da Receita Federal, organizados pelos autores.

No entanto, investigar esses casos de contrabando/ importação esbarra em um problema óbvio, a dificuldade de mensurarmos a quantidade de mercadorias que entram ilegalmente e o capital movimentado por ela. O Jornal do Oeste, fundado em Toledo 1984, que representa o mito da objetividade jornalística, não representa na realidade que ele constrói esses agrotóxicos ilegais. De maneira geral, a forma que o periódico aborda o assunto encobre a importância da utilização dos agrotóxicos oriundos do Paraguai na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Contudo, é preciso explicitar que esta não é uma política de toda imprensa, pois observa-se um interesse cada vez maior da imprensa referente a tal assunto.

TABELA 3: Apreensão de Agrotóxicos Noticiados no Jornal do Oeste

ANO DA APREENSÃO	NÚMERO DE APREENSÕES DE CONTRABANDO	NÚMERO DE APREENSÕES
DE FURTO OU FALSIFICAÇÃO	4	0
2014	4	8
2015	5	1
2016	2	3
2017 (janeiro a maio)	2	1
TOTAIS	17	13

FONTE: Dados do jornal do Oeste, organizados pelos autores.

Essa falta de cobertura do Jornal do Oeste pode ser entendido por meio da observação do Padrão de Ocultação de Perseu Abramo (2003). No momento no

qual o jornal define seu editorial se escolhe aquilo que é de interesse ou não que se torne público e, como consequência, receba o status de “verdade”. Deste modo, o periódico estudado ao não demonstrar interesse na temática, ou seja, na circulação de agrotóxicos irregulares na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai encobre propositalmente um problema, pois toda a região oeste do Estado do Paraná é dependente economicamente dessa produção convencional e, conseqüentemente, dos pacotes agroquímicos. Neste sentido, observa-se no período estudado apenas 6% das apreensões na região foram noticiadas, ou seja, a cada 100 apreensões somente seis matérias foram publicadas.

Ainda nessa pequena cobertura, quando este problema entra em pauta, é possível apontar a presença de outro padrão destacado por Abramo (2003), o padrão da fragmentação. Esta estratégia é utilizada para desviar a atenção do leitor para aspectos menos importantes do fato apresentado, fazendo que os elementos mais significativos do problema passem despercebidos. Deste modo, o jornal mostra apenas aquilo que é conveniente, ou seja, aquilo que está na “realidade” mas que não acarretaria prejuízos para os grupos de interesse associados ao periódico, pois a dimensão do problema não é apresentada ou discutida de maneira direta e crítica. Neste sentido, as reportagens demonstram preocupação no comportamento do motorista que transportava o agrotóxico irregular, no meio de transporte utilizado, em alguns momentos na

quantidade de mercadoria apreendida, mas nunca no impacto da utilização do contrabando na saúde humana e no meio ambiente.

Michael Foucault (1996) afirma que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Neste contexto, entendemos que as relações de poder reivindicadas pelo jornal atuam no sentido de criar e recriar a realidade através do que interessa a seus pares ordenados. Outro padrão desenvolvido por Perseu Abramo, é o padrão de inversão. Nesta estratégia existe uma troca de importância da informação apresentada, aprofundando os objetivos estabelecidos pelo padrão da fragmentação. Enquanto neste padrão observa-se um esforço do periódico em descrever inúmeros aspectos menos centrais do fato no intuito de dispersar o foco do leitor, naquele o intuito é valorizar aspectos que não são centrais no acontecimento. Por meio da estratégia de inversão fala-se de tudo menos daquilo que é fundamental. Na região da fronteira do Brasil com o Paraguai, o

processo de criminalização dos trabalhadores que vivem do transporte irregular de mercadorias compradas no Paraguai faz com que categorias como “contrabandista” ou “traficante” seja comum na mídia local, porém, nos casos de importação irregular de agrotóxicos publicados pelo Jornal do Oeste do período estudado, tais termos não são usados, os sujeitos envolvidos são chamados genericamente de pessoas, transmitindo a ideia de um crime “menor”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, dentro de suas limitações, conseguiu atingir o objetivo que era apontar a disparidade entre as apreensões de agrotóxico e as notícias vinculadas pelo Jornal do Oeste. Além disso, utilizamos os padrões de manipulação da grande imprensa desenvolvidos por Perseu Abramo (2003) para compreendermos as estratégias utilizadas pela mídia para confundir o leitor, não o passando a realidade em si, mas uma “realidade” distorcida, manipulado pelo interesse de grupos econômicos, neste caso em específico relacionado aos interesses dos agricultores na região Oeste do Paraná.

A avaliação é feita por meio de uma noção de custo/benefício, onde os malefícios dos produtos químicos ao meio ambiente podem ser atenuados por meio da observação das normas técnicas de uso e do desenvolvimento de novas tecnologias para o controle dos

danos. Por outro lado, as consequências negativas a saúde humana podem ser controladas através do uso correto dos equipamentos de proteção. Observa-se que nesta concepção não se leva em consideração a contaminação indireta ocorrida pela circulação dos agrotóxicos no ar ou por meio dos resíduos químicos que permanecem na produção agrícola e que é consumida pelos seres humanos no final do ciclo de produção. A possibilidade de pensar a produção agrícola sem uso de agrotóxicos é rechaçada pela suposta inviabilidade econômica e pelas dificuldades que poderiam ser encontradas ao atendimento da demanda mundial de alimentos, como foi demonstrado por Paulo Petersen (2015).

Enfim, as questões relacionadas ao mercado que envolve os agrotóxicos, somada ao histórico da ocupação regional marcado pela expansão da fronteira agrícola e ao trabalho tendencioso de parte da imprensa, que oculta partes das informações, justifica o uso dos produtos químicos por meio de seus supostos benefícios e desqualifica as possibilidades de construção de vias alternativas atuam diretamente na aceitação do uso dos agrotóxicos pelos mais diferentes sujeitos. Em contrapartida, há aqueles que resistem e que buscam fomentar novos discursos e novas práticas. Desta forma, acreditamos que o sujeito consumidor de agrotóxico seja o resultado das relações de poder estabelecidas entre estes diferentes agentes, onde os dispositivos estatais correspondem a ferramentas importantes nas disputas estabelecidas no interior deste campo em constante disputa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Padrões de Manipulação da grande imprensa. Editora: Cidade, 2003.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 12ª Edição – 2006 – HUCITEC.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. 2011. En: Boletim Datalutas, 45, p. 1-21.

CARDIN, Eric Gustavo. A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

DAMO. Andreisa Algumas considerações sobre agroecologia e produção orgânica de alimentos. Ambiente & Educação | vol. 17(1) | 2012.

DORFMAN, Adriana, REKOWSKY, Carmen Janete. Geografia do contrabando de agrotóxicos na fronteira gaúcha. En: Anais do XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, Costa Rica, 2011.

DORFMAN, Adriana, FRANÇA, Arthur Borba Colen, SOUZA, Guilherme de Oliveira. Marcos legais e redes de contrabando de agrotóxicos: análise escalar a partir da fronteira Brasil-Uruguai. En: Terra Plural, v. 8, n. 1. Ponta Grossa. Pp. 37-53, 2014.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

GRUPPI Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

HORII, Angélica Karina Dillenburg. Redes ilegais: o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil) – Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2014.

IBGE e Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995) organizados por PIFFER, Moacir. A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

JORNAL DO OESTE. Agrotóxicos. Debate é oportuno, diz Sérgio Souza. Publicado em: 2017. Disponível em:< <https://www.jornaldooeste.com.br/noticia/agrotoxicos-debate-e-oportuno-diz-sergio-souza>>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

JORNAL DO OESTE. BPFron apreende embarcação e agrotóxico contrabandeado. Publicado em: 2015. Disponível em:< <https://www.jornaldooeste.com.br/noticia/bpfron-apreende-embarcacao-e-agrotoxico-contrabandeado>> Acesso em: 22 de julho de 2018.

JORNAL DO OESTE. Mais produtos ilegais são encontrados em propriedades de Toledo. Publicado em: 2015. Disponível em:< <https://www.jornaldooeste.com.br/noticia/mais-produtos-ilegais-sao-encontrados-em-propriedades-de-toledo>> Acesso em: 22 de julho de 2018.

JORNAL DO OESTE. PF apreende 500 kg de agrotóxicos contrabandeados do Paraguai. Publicado em: 2015. Disponível em:< <https://www.jornaldooeste.com.br/noticia/pf-apreende-500-kg-de-agrotoxicos-contrabandeados-do-paraguai>> Acesso em: 22 de julho.

PETERSEN, Paulo. (2015) Prefácio. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (Orgs.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos

agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PERIS, Alfredo Fonseca. LUGNANI, Antônio Carlos. Um estudo sobre o eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 104, 2003.

PIFFER, Moacir. A Teoria da Base Econômica e o Desenvolvimento regional do Estado do Paraná no Final do século XX. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

ZAAR, Miriam Hermi. A Produção do espaço agrário – da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 1999.

Região e nação: O caso da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina

James da Silva Desiderio

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos de região e nação são muito debatidos na comunidade acadêmica, principalmente, por serem construções sociais que ao longo da história vão sendo redefinidas dependendo do ponto de vista utilizado de quem o faz, onde a primeira tem os geógrafos como percursores no debate, e já o último pode-se observar que é debatido no campo político, principalmente nas Teorias de Relações Internacionais.

Estes conceitos também apresentam dissonância quando tentam aplica-los juntos, na análise de determinado espaço geográfico, onde habitam vários povos. Como se vê na região que denominaram tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que está localizado na foz do rio Iguaçu, e encontra o rio Paraná, e obtêm três cidades separadas pelos rios citados, Foz

do Iguaçu, do Estado brasileiro, Puerto Iguazú cidade argentina, e Ciudad del Este, cidade paraguaia.

Pela sua proximidade, levando em consideração o conceito de região, as três cidades poderiam desenvolver uma cultura uniforme, pois seus habitantes encontram-se em terrenos parecidos, com o mesmo clima, formas de subsistência equânimes na pesca nos rios, ou coletiva nas matas, e de agricultura, como se faziam os indígenas que habitavam a região antes dos Europeus dominarem ela. Assim, esses povos poderiam dividir os mesmos hábitos, língua, etnia, identidade, e diferenciar-se de outros que habitam em locais remotos, como os nordestinos brasileiros, que habitam locais muito quentes por estar próximo a linha do equador, e não obtém o inverno igual à da região da tríplice fronteira, ou de outros povos que habitam regiões mais próximas dos polos terrestres, como os habitantes de Bariloche, na Argentina, que devido ao clima, obtém hábitos diversos dos que vivem em locais quentes.

Porém, devido a cada cidade pertencer a um Estados distinto, não ocorreu no início do desenvolvimento desta região uma uniformização cultural baseada numa linguagem comum, costumes e solidariedade sociais, pois cada Estado apresenta uma cultura distintiva do outro, e que foi incorporada pelos seus cidadãos, inclusive aos habitantes destas localidades.

A ideia de separação cultural é pautada nos conceitos de nação e nacionalismo, que foram utilização pelos

Estados modernos para a construção do signo de Estado-nação, para poderem distinguir-se de outros Estados e criar solidariedade nos indivíduos que habitavam os territórios que pertencem ao Estado.

O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de região debatidos pelos geógrafos, e o de nação aplicados pelos governos nos Estados-nação, e analisar os impactos deles sobre a região denominada tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Para entender esse fenômeno, neste artigo, busca-se demonstrar os conceitos propostos pelo geógrafo Yann Richard, que faz uma análise levantando o debate apresentado por outros teóricos com foco na política internacional, este debate é amplo, pois a sociedade atualmente apresenta inúmeras variáveis que podem interferir nos conceitos propostos. Já no que tange a questão do Estado-nação, a análise será pautada nas definições apresentadas por Eric Hobsbawm, sobre o ideal de nação e nacionalismo e o surgimento da dela, para formação dos Estados atuais. Onde se verifica o discurso de coesão que os Estados utilizam para manter a solidariedade da população, em um determinado território, e suas implicações.

2 REGIÃO E A TRÍPLICE FRONTEIRA

As palavras região, regionalismo, regionalização e integração regional são constantemente empregadas

nos trabalhos acadêmicos, principalmente os voltados a estudos sociais, políticos e econômicos, porém, conforme demonstra Yann Richard no artigo “Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas” de 2014, os autores não conceituam com clareza o que seria a definição destas palavras. Ele apresenta vários pontos a serem analisados sobre os conceitos destes signos e a ótica que alguns autores observam ao falar de região e suas ramificações. Tendo em vista que o autor detém grande prestígio na área acadêmica acerta do debate proposto, será utilizado o artigo citado para apresentar suas definições sobre os conceitos de região, regionalismo, regionalização e integração regional, comparando com outros autores, para posteriormente analisar a situação da região conhecida como tríplice fronteira.

O autor também apresenta críticas aos próprios geógrafos sobre o pouco interesse em levantar assuntos regionais para o debate acadêmico, e a falta de análise sobre os conceitos de região e suas derivações. Analisa que os próprios dicionários de Geografia “não propuseram as entradas ‘regionalização’, ‘regionalismo’ e ‘integração regional’” como definições claras. (RICHARD, 2014)

No campo econômico, Richard (2014) apresenta que os debates, artigos e trabalhos estão voltados a acordos econômicos realizados por Estados, acerca de determinado ramo econômico, ou a criação de organismos para a integração regional econômica, como o Mercosul. Porém eles não traçam limites do que seria uma região, e

suas amplitudes, subentendendo-se que a região seria o espaço onde os acordos seriam aplicados, independente do seu tamanho ou espaço contíguo.

Na análise do autor apresentada no artigo sobre como os Sociólogos e Teóricos de Relações Internacionais abordam o assunto, vê-se que o foco destes são as definições de integração regional, nos estudos de como os indivíduos se comportam em uma comunidade, como ela é formada, o que manter sua solidariedade. E como os Estados, vistos pelos teóricos como ponto central de análise, são participativos deste processo, no âmbito doméstico e externo, ao se relacionar com outros Estados, inclusive com foco na integração deles para algum objetivo específico:

Para os internacionalistas a região é definida simplesmente como um conjunto de Estados vizinhos ligados por acordos regionais, o que equivale a ignorar o papel das práticas sociais que não são dirigidas ou conduzidas pelos governos e naturalizar esses agrupamentos de Estados, aceitando a ideia de que um acordo dito “regional” faz uma região. (RICHARD, 2014 p. 9)

Se levar em consideração essa definição de região, para analisar os assuntos regionais da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina deve-se observar a totalidade dos territórios dos três países, e não de somente três cidades fronteiriças, em uma abrangência específica. Ouseja, ao invés de analisar todos os aspectos de indivíduos que habitam um território em um raio de 100 quilômetros,

da região dividida pelos rios Iguaçu e Paraná, dever-se-á analisar todos os milhares de quilômetros dos três países, com diferentes climas, terrenos, habitats, sistemas hidroviários, e povos com culturas extremamente diversa, porque mesmo pertencendo a um Estado, os indivíduos tendem a desenvolver culturas locais, que os distinguem de outros habitantes do mesmo Estado.

Seguindo em sua análise sobre o conceito, Richard (2014) aborda a visão dos geógrafos sobre as variáveis forma de ver uma região, apresentando que se pode observar ela das seguintes formas: pela lógica homogênea ou de uniforme, onde os elementos constitutivos obtêm semelhanças, e os distingui dos vizinhos.

No caso da tríplice fronteira, entende-se que se houvesse uma homogeneização no desenvolvimento desta região, ela seria diferenciada do nordeste brasileiro, e sul da Argentina, excluindo estes territórios das análises regionais, pois os habitantes de cada região desenvolveram culturas próprias, principalmente para se adaptar ao clima e forma de subsistência; em uma lógica geográfica, onde se distinguem por combinações de características físicas e sociais, que no caso da tríplice fronteira ela se assemelha a análise de homogeneização; e também na administração estatal, referente a questões políticas, onde o governo detém determinado território, neste caso se observa a separação das cidades em torno da foz do rio Iguaçu.

No que tange ao espaço territorial Richard (2014) aponta que os economistas e internacionalistas não observam a continuidade espacial em suas análises sobre o regional, com isso não há clareza de quando há a separação de regional e global. Ele também aborda que os geógrafos não deixam claro esse limite territorial. Porém ao analisar a tese de doutorado de Rosa Moura, observa-se que a autora tenta delimitar a análise de região a 200km, algo não usualmente encontrado quando se analisa trabalhos de geógrafos:

Morfologicamente, absorvem em uma unidade espacial, contínua ou descontínua, mais de uma aglomeração urbana ou centros urbanos, e suas áreas intersticiais urbanas e rurais, que em seu processo de expansão física desmesurada estreita relações e divide funções com aglomerações vizinhas, em extensões localizadas em raios de aproximadamente 200 km, porém sem configurar limites precisos (MOURA, 2009, p. 26)

Levando-se em consideração a proposição da autora, poderia limitar as análises no tríplice fronteira às três cidades supracitadas, e ao seu entorno, sobre aspectos regionais de homogeneização e naturalização.

Richard também apresenta uma definição sobre região, porém não delimita o espaço territorial, abrangendo questões de semelhanças e diferenciações:

A região é concebida então como um sistema espacial possível de ser distinguido de sistemas vizinhos. Falar de sistema pressupõe que suas

unidades constitutivas se pareçam mais entre si do que com as unidades exteriores e que as relações entre as unidades constitutivas sejam mais intensas no interior da região do que com as unidades espaciais exteriores. A região é assimilada a um sistema, independentemente de seu tamanho, e fornece uma visão da existência de interações fortes entre os elementos vizinhos, enquanto as relações são menos fortes com os elementos externos. Todos os elementos em interação formam, portanto, uma realidade geográfica que os ultrapassa e no seio da qual cada um possui um lugar e uma função particular. Essa abordagem pode ser transposta sem problemas a conjuntos multiescolares de tamanho continental, desde que o princípio da contiguidade espacial seja respeitado (RICHARD, 2014, p. 12)

O conceito apresentado por Richard se assemelha ao apresentado na tese de doutorado de Camilo Pereira Carneiro Filho, que analisa os processos de transfronteirização na tríplice fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina. O autor focou seus estudos nas definições de fronteiras, apresentando diversos autores sobre o tema, porém não entra no debate do conceito de região, para o Carneiro Filho:

Uma região pode ser definida como um recorte espacial dotado de similaridade homogeneidade relativa – ou coesão – funcional ou simbólica -, tendo como característica inerente, uma especificidade, o que proporciona sua diferenciação. É compreendida como uma expressão de tempo-espaço de relações específicas e estruturas da sociedade, sendo formada através do desenvolvimento dessa própria sociedade. (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 78)

Em sua tese, Carneiro Filho (2013) apresenta que apesar da separação cultural imposta pelos Estados, por causa de questões voltadas à nacionalidade, há uma certa homogeneização entre as culturas dos indivíduos que habitam esta região. E o que ocorre que há embaraços aduaneiros para locomoção e permanência dos indivíduos de determinado país para outro, como no caso dos indígenas, que não são ligados a cultura de nenhum destes países, porém são barrados de locomover-se pois não pertenceriam aquele Estado, como cidadãos. Ou seja, mesmo que haja uma homogeneização da cultura local, ainda haverá as barreiras fronteiriças que impediram o desenvolvimento da solidariedade na região.

Neste caso, leva-se em consideração questões de lógica uniforme, natural e administrativa, pode-se entender que não há uma região no local, pois Estados nacionais não o permitem, quando não unificam a administração local, não permitem a uniformização cultural, principalmente linguística, e de hábitos naturalizados pelo clima e ambiente terrestre, pois os indivíduos buscam reproduzir os hábitos daqueles que pertencem ao seu país, e não do vizinho fronteiro, pela ideia de pertencimento a uma determinada nação.

Após apresentar as análises acerca da conceituação de região Richard apresenta definições para os conceitos de regionalização, regionalismo e integração regional. Para Richard (2014) regionalização seria algo mais naturalizado entre indivíduos, e empresas, sem necessariamente

haver interferência estatal. Trata-se da dimensão regional da mundialização estudada principalmente pelos economistas e por alguns geógrafos. Onde os atores, quaisquer que sejam, privilegiam sua vizinhança regional em um ou outro domínio. Assim, de regionalização da ação exterior de um governo ou da ação de uma empresa se seus atores dão prioridade à região do mundo onde eles se encontram e menor importância a regiões mais afastadas.

No caso da tríplice fronteira, observa-se que há uma grande circulação de indivíduos, serviços e mercadorias, criando assim uma homogeneidade comercial, onde, geralmente, brasileiros e argentinos vão ao Paraguai, para comprar mercadorias com valores menores que os praticados em seus mercados. Os paraguaios e argentinos visitam atrativos turísticos no lado Brasileiro da fronteira, e brasileiros e paraguaios vão à Argentina pela culinária e atrativos turísticos. Estes são alguns exemplos das trocas econômicas e culturais que ocorrem na fronteira sem a necessária intervenção dos Estados ao qual pertencem os territórios da tríplice fronteira.

Já ao apresentar uma definição de regionalismo o autor implica em uma ideia construída pelos Estados:

Não se trata de um processo espontâneo. Ele implica antes a ideia de uma ação consciente e planejada, de uma estratégia implementada por um ator individual ou coletivo... Os atores do regionalismo são, em geral, os Estados que desejam aprofundar e dar um caráter mais organizado ou melhor regulado às

suas relações de vizinhança. O regionalismo implica então a ideia de uma cooperação política reforçada ou de uma coordenação, eventualmente no âmbito de um acordo comercial ou política regional. O regionalismo também pode designar uma forma de ideologia política, econômica ou gerencial que leva um ator a pensar que a vizinhança regional deve ser a prioridade estratégica de sua ação. Ele pode, assim, ser um tipo de paradigma, uma norma de comportamento que se impõe aos atores, em um quadro no qual todo pensamento político e econômico deve ser desenvolvido em um domínio ou um conjunto de domínios definidos. (RICHARD, 2014, p. 16)

Neste sentido, observa-se que quando indivíduos de região fronteiriça desenvolvem relações econômicas, culturais e sociais por si só, estão criando uma regionalização, como ocorre na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, visto que os habitantes destas localidades se interagem constantemente, aos limites das legislações de cada Estado, ou até mesmo as burlando. E quando os Estados, ou outros órgãos, como Organizações Internacionais, ONGs, empresas multinacionais “forçam” uma regionalização, eles realizam um regionalismo, em determinado território.

E por fim Richard (2014) apresenta que a Integração Regional é a formalização do regionalismo com a assinatura de acordos, tratados e outros meios legais, para entrar em um acordo regional e formar um espaço comum, com algo "funcional", chamada por vezes de "real" ou "aprofundada". Trata-se do processo pelo qual as interações entre os territórios contíguos crescem a

tal ponto que elas terminam por ser mais intensas no interior do que com os territórios situados no exterior, e assim criam uma homogeneidade, através de ações administrativas estatais, como no caso do Mercosul, que impacta nas relações dos indivíduos da tríplice fronteira.

Partindo desses pressupostos que se analisará os impactos dos conceitos de nação e nacionalismo, utilizados pelos Estados-nação (atualmente todos os Estados do planeta se consideram Estado-nação), sobre os indivíduos, culturas e relações comerciais da tríplice fronteira.

3 NAÇÃO E NACIONALISMO NA CRIAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Neste capítulo há a apresentação das análises realizadas por Eric J. Hobsbawm acerca dos conceitos de nação e nacionalismo, e seus impactos na construção social e dos Estados, e que refletem na região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

De início Hobsbawm (1990) apresenta a dificuldade em determinar o que seria as definições de nações e nacionalismo e seus critérios de aplicabilidade. O autor observa que quando a atual região da Europa começou a consolidar suas fronteiras surgiram estudos sobre o que seria uma nação, e como classificar os indivíduos que a ela pertenciam.

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. (HOBBSAWM, 1990, p. 15)

Observa-se que o autor apresenta que nenhum destes elementos (religião, língua, cultura, tradição, herança histórica) consolidaria uma definição de nacionalidade de um indivíduo, pois, para Hobsbawm (1990) alguém pode se identificar como judeu, e não compartilhar nenhum dos elementos do povo judeu, ou cidadão do Estado judeu. Desta forma, sem uma definição clara, com elementos definidos do que seriam uma nação, ou elementos do nacionalismo, Hobsbawm (1990, p. 18) “como hipótese inicial de trabalho, trata como nação qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma “nação””. Ou seja, para o autor, qualquer grupo de indivíduos numerosos, que tenha solidariedade, podem ser reconhecidos por nacionalista.

A partir deste ponto Hobsbawm nos mostra que a ideia de nação é algo construído socialmente, e desta forma não tem origem natural, tampouco é imutável. Esta construção ideológica é recente, remetendo ao surgimento da ideia de Estado territorial moderno, conhecido como “Estado-nação”. Para o autor “as nações

não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM, 1990, p. 19), com isso, não podendo cair em anacronismo ao tentar analisar as formações sociais antes disso, pois os indivíduos, governos e povos, não entendiam o mundo desta forma. Isso também nos traz a possibilidade de continuar “remodelando” o conceito, para adaptá-lo à sociedade ao qual estamos inseridos, como é o caso dos povos que habitam a região da tríplice fronteira, eles podem desenvolver maior solidariedade entre si, tornando-se um só habitando um espaço territorial homogêneo.

O autor analisa a relação entre povo, Estado e território, Hobsbawm observa que haviam a necessidade de vincular um povo dito soberano, com uma nação pertencente a um determinado território. Porém, o nacionalismo liberal colocava que somente deveria ser reconhecido como nações, e assim consolidar-se em um Estado nacional, aqueles povos que obtinham condições de sobrevivência, não só social, mais também econômica. Assim, ele apresenta que os movimentos nacionais deveriam ser de expansão ou unificação, ideia assimiladas pelas teorias clássicas de Relações Internacional, a luta constante pela sobrevivência.

Se observa essa relação internacionalista clássica, com o estado centrismo, elitista e a com capacidade de sobrevivência estatal, quando o autor aponta os critérios utilizados para permitir que um povo se consolidasse em uma nação:

O primeiro era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável... Pois uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse aquele pertencente ao povo-Estado. O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito... a identidade nacional era fortemente linguística, mesmo que a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena minoria e que o resto falasse vários idiomas. O terceiro critério era dado por uma provada capacidade para a conquista. (HOBSEBAWM, 1990, p. 49)

Isso demonstra a idealização de construção social de ideais nacionalistas, utilizando critérios para se identificar um povo, como a sua língua, mesmo ela não sendo a utilizada pela maioria da população, como nos apresenta Hobsbawm (1990), ao apresentar o momento da criação do Estado Italiano, em que se estimava que somente 2.5% da população compreendia o italiano. Com isso, para que houvesse a consolidação de uma língua “nacional” o autor apresenta que foi necessária a generalização, pelo Estado, de uma educação primária, para ensinar ao povo que estava no seu território uma cultura nacional. Havendo a padronização de uma língua, e quando se disputava qual língua seria a nacional, geralmente aquela pertencente a elite, que era utilizada na administração do Estado, ou governo preexistente, e que fosse culta, era a escolhida.

Ao analisar a língua falada e escrita utilizadas pelos habitantes das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú,

e Ciudad del Este observa-se sua “natureza” nacional vinculada ao Estado a que pertence a cidade. Se as cidades se desenvolvessem sem as ideias nacionais, possivelmente iriam adotar somente uma língua escrita e fala, para, principalmente facilitar as relações de troca.

Quando se analisa a questão étnica se observa uma ligação de origem ou descendência, Hobsbawm (1990) observa que ela era utilizada como segregação de culturas, para identificar, principalmente, quem não pertencia àquele povo, e conseqüentemente a nação. Porém, mesmo na tentativa de definir a etnia a partir de características físicas, como cor de olhos, cabelos, pele e outros. Há inúmeras “etnias” pertencentes a um mesmo Estado nacional, não havendo assim clareza na aplicação desta característica de nacionalidade.

Outro fator que desenvolve solidariedade em uma nação, como apresenta o autor, é a sua crença religiosa, isso pode levar a um sentimento supranacional, onde vários povos de diversas nações podem se identificar mais com características de determinada religião, como o cristianismo que foi amplamente difundido. Assim, os Estados-nação evitam fixar uma religião nacional, apresentando-se como laicos.

Para substituir em seus cidadãos o sentimento adorador religioso, e impedir a identificação com uma instituição supranacional, Hobsbawm (1990) nota que houve a implantação, por parte dos Estados, de uma

religião cívica, também conhecido como patriotismo, pois necessitavam de passividade de seus cidadãos.

A ideia de patriotismo original, revolucionário-popular, estava baseada no Estado e não era uma ideia nacionalista, pois relacionava-se com a soberania do próprio povo, isto é do Estado exercendo o poder em seu nome. A etnicidade e outros elementos de continuidade histórica não tinham importância, neste sentido, para a “nação”, e a língua era relevante apenas, ou principalmente, para fins pragmáticos. (HOBBSAWM, 1990, p. 107)

Aqui o autor demonstra que para o Estado os elementos característicos de uma nação, como língua, história e etnia não apresentavam relevância, e sim algo para se manter a solidariedade dos indivíduos no seu território. Outro ponto relevante desta época é a mudança das formas de governo dos Estados, vários estavam se tornando “democráticos”, e seus cidadãos obtinham direito a escolher seus governantes, isso levou aos Estados a demonstrar aos seus cidadãos que eles eram diferentes dos estrangeiros, e que pertenciam àquele Estado.

A ideia de patriotismo demonstrava aos indivíduos que o país era “deles”, de que tudo que estava vinculado ao Estado ao qual pertenciam, como território, economia, recursos naturais, também os pertenciam, e que os estrangeiros, os “outros”, poderiam retirar isso de alguma forma (Hobsbawm, 1990).

Esse sentimento pode ser observado nos habitantes da fronteira, quando se analisa que determinado cidadão

de uma cidade que obtenha uma atração turística natural, ou uma obra de engenharia, sente-se orgulhoso em apresentar aquilo como se fosse deles, e não do outro. Se, as três cidades fossem uma só, onde seus habitantes obtivessem uma cultura homogênea, possivelmente todos acreditariam que as Cataratas do Iguaçu pertencem a todos e não somente aos brasileiros e argentinos.

Hobsbawm (1990) observa que, no século XIX, a ideia da necessidade de sobrevivência do Estado, estava em voga, até nas potências hegemônicas.

A palavra-chave no vocabulário político da direita francesa na década de 1880 não era “família”, “ordem”, “tradição”, “religião”, “moralidade” ou qualquer outro termo semelhante. De acordo com os analistas, essa palavra era “ameaça”. (HOBBSAWM, 1990, p. 144)

Nota-se que não era as características do povo que norteavam os Estados nacionais, e sim sua sobrevivência ou não, e que os governantes estavam tomando medidas para que isso não ocorresse. Para criar solidariedade no povo que habitava seu território, os Estado começaram a utilizar símbolos de faziam seus cidadãos se orgulharem de pertencem a determinada nação, e conseqüentemente ao Estado. E neste sentido que os esportes ganham notoriedade nacional.

O espaço entre as esferas privada e pública também foi preenchido pelos esportes. Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável

de contendias, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados nações, o que hoje faz parte da vida global. Até então, ocasiões como os Jogos Olímpicos e partidas internacionais de futebol interessavam, principalmente, ao público de classe média e as partidas internacionais foram realmente organizadas com o objetivo de integrar os componentes nacionais dos Estados multinacionais. Eles simbolizavam a unidade desses Estados, assim como a rivalidade amistosa entre suas nações reforçava o sentimento de que todos pertenciam a uma unidade, pela institucionalização de disputas regulares, que proviam uma válvula de escape para as tensões grupais, as quais seriam dissipadas de modo seguro nas simbólicas pseudolutas. (HOBBSAWM, 1990, p. 170)

Este tipo de sentimento rival está presente até hoje na região da tríplice fronteira, observa-se que na copa do mundo de futebol de campo, ou quando há disputas de algum esporte onde são concorrentes Brasil, Argentina e Paraguai, tem-se uma rivalidade entre os habitantes das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguassu e Ciudad del Este, pois cada um torce para a equipe que representa o país ao qual está vinculado sua nacionalidade.

Hobsbawm (1990) apresenta que durante o período do século XX, até o momento, os termos nação, nacionalismo e Estado-nação, foram muito empregados pelos separatistas, e pelo Estado que queria se tornar independentes. Desta forma, sem apreciar nenhum elemento que crie solidariedade entre um povo, os habitantes reivindicavam uma independência

administrativa de determinado território, em nome de uma nação. (HOBSBAWM, 1990, p. 202)

Para concluir ele sugere que os termos “nação” e “nacionalismo” não são mais adequando para descrever entidades políticas, como Estados. Para o autor:

Nada disso significa que, hoje, o nacionalismo não seja muito proeminente na política, ou que haja menos nacionalismo do que havia antes. O que eu argumento, mais propriamente, e que apesar de sua evidente proveniência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante. Não é mais, como antes, um programa político global, como se poderia dizer que foi nos séculos XIX e início do XX. E, na maior parte, um fator complicador, ou um catalisador para outros desenvolvimentos. Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX com a aquela da “construção das nações”, assim como fez Walter Bagehot... Pelo contrário, essa história teria que, inevitavelmente, ser escrita como a história de um mundo que não pode mais ser contido dentro dos limites das “nações” e “Estados-nações”, como estes costumavam ser definidos, tanto politicamente, ou economicamente, ou culturalmente, ou mesmo, linguisticamente. Essa história verá “Estados-nações” e “nações”, ou grupos primariamente étnico-linguísticos, antes retrocedendo, resistindo a, se adaptando a, sendo absorvidos ou deslocados pela nova reestruturação supranacional do planeta. Nações e o nacionalismo estarão presentes nessa história, mas em papéis subordinados e, muito frequentemente, menores. (HOBSBAWM, 1990, p. 214)

Observando os apontamentos de Hobsbawm sobre o conceito de nação e nacionalismo, pode-se notar

que, por ele não ser consolidado, e seu entendimento pode modificar dependendo de quem analisa e qual o foco, entende-se que a situação “separatista” da tríplice fronteira pode dar espaço a uma homogeneização, caso os Estados deixem de existir como os conhecemos hoje, ou se transforme a ponto de permitir uma solidariedade cultural entre os habitantes das cidades da tríplice fronteira, tornando-a assim uma região homogênea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentou-se os conceitos de nação e região para se analisar quais o impacto destes ideais sobre os habitantes da região conhecida como tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, e a partir disso observar nos elementos constitutivos destes conceitos, que criam homogeneidade entre os indivíduos das cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguassu, e Ciudad del Leste, e quais tornam eles distintos uns dos outros.

Ao analisar o que Richard nos apresenta como conceito de região, nota-se que não há condições de se entender que a tríplice fronteira é uma região, do ponto de vista homogêneo e administrativo, somente em características vinculadas a natureza (como clima, solo, habitat), devido aos habitantes deste lugar apresentarem distinta linguagem, cultura, forma de governo, costumes, dentre outros, ligados ao Estado que pertencem. Assim, como não há homogeneidade neste território, pode

se entender que ele não é uma região, e a utilização da expressão “região da tríplice fronteira” seria utilizada equivocadamente.

Pelo fato de uma região ser entendida como espaço contíguo onde os que ali habitam, de alguma forma, identificam-se uns com os outros, entendendo serem iguais, e reconhecem que há “outros” distintos deles, e a partir deste ponto iniciasse outra região, entende-se que cada cidade da tríplice fronteira é uma região distinta, e que estaria ali o limite da região à que pertence, que seria o território do país ao qual estão “vinculados”.

Esta situação ocorre devido as políticas estatais para criar característica de distinções dos indivíduos que habitam seus territórios, daqueles que não pertencem ao seu Estado. Essas ideias nacionalistas, impostas pelos Estados-nação, criaram na região uma segregação entre os indivíduos que ali habitam, fazendo desta forma com que não se reconhecessem como igual, criassem uma solidariedade, e assim transformasse o local em uma região homogênea.

Pelo que se nota nos conceitos de região e nação é que há a necessidade de criar características que distingue indivíduos uns dos outros, para que possam acreditar que pertencem a determinada região ou nação. Ao analisar os dois conceitos se observa a importância de encontrar uma linha que possa separar um povo do outro, e neste contexto, ao levar para o campo terrestre, identificar uma região, e separar ela de outras.

Se esses conceitos distintivos permanecerem vigentes, principalmente em pesquisas acadêmicas, que podem ser utilizadas por uma sociedade para modificação de paradigmas sociais, observa-se que dificilmente a “região” da tríplice fronteira se tornara um local homogêneo e solidário.

Essa mudança de visão pode ter início quando os Estados reverem seu entendimento sobre o que é o “Estado-nação”, e concluírem que não há necessidade de criar políticas nacionais que façam seus cidadãos se distinguirem dos de outros Estados, e fomentar a “rivalidade” entre eles, como ocorre na Europa, que, ao criarem a União Europeia, todos os cidadãos dos países que pertencem ao bloco, foram identificados como europeus, além de sua nacionalidade originária.

Caso houvesse uma integração desta forma no Mercosul, bloco que Brasil, Argentina e Paraguai fazem parte, e que eles comesçassem a pensar políticas públicas uniformes para o bloco, talvez haveria uma certa homogeneização na cultura dos habitantes das cidades fronteiriças, identificando-se como um só povo habitante da região da foz do rio Iguaçu.

REFERÊNCIAS

MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba / Rosa Moura. - Curitiba, 2009. 242 p.

CARNEIRO Filho, Camilo Pereira. Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Triplíce Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai – Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013 (254 pg.).

Yann Richard, «Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas », Confins [Online], 20 | 2014, posto online no dia 15 Março 2014, consultado o 18 Novembro 2017. URL : <http://confins.revues.org/8939> ; DOI : 10.4000/confins.8939

HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade / Ej. Hobsbawm: [Tradução Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino) - Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Território transfronteiriço Guarani: mobilidade e resistência

Osmarina de Oliveira
Clovis Antonio Brighenti

1 INTRODUÇÃO

A invasão e colonização ibérica da América inaugurou novas modalidades de fronteiras, ignorando quase que por completo as organizações socioespaciais dos povos indígenas. As novas fronteiras, impostas de forma arbitrárias, foram sendo gestadas a partir dos interesses mercantis. A primeira grande fronteira estabelecida pelas potências ibéricas na América foi a o Tratado de Tordesilhas (1494), antes mesmo da invasão portuguesas na América. Portugal já tinha possessões de grande extensão de terras na América sem saber de sua existência – ao menos em teoria, porque a data de 22 de abril de 1500 é apenas formal, já que Portugal já conhecia as terras brasileiras. Tordesilhas deu mostras de como seriam tratadas as terras do novo continente. As populações que aqui estavam não foram consideradas nos processos de repartição dos territórios

entre as Coroas. O furor nominativo, como expressou Todorov (2003, p. 27) às ações de Colombo, transformou os lugares em objetos de conquista, de roubo, de saque, “a nomeação equivale a tomar posse”, completa o autor. Sendo assim as fronteiras obedeciam aos interesses das Coroas, pouco se importando com as pessoas que ocupavam o território.

O saqueio dos minérios na América espanhola redefinirá por completo a divisão das terras indígenas entre os colonos, da mesma forma que a produção do açúcar incidirá sobre a ocupação ibérica na América portuguesa. A criação dos Vice-Reinados (Nova Espanha e Peru) suas audiências e comarcas era uma subdivisão para melhorar controlar as riquezas extraídas e atender aos interesses das elites locais ainda em formação. Na América portuguesa o processo se assemelha ao caso espanhol, ao dividir a colônia em capitanias hereditárias, a intenção do rei português era ocupar a terras por gente e produto de interesse da coroa a atender a elite aliada da corte, porém, 15 anos mais tarde (1549) mudou de atitude e criou um governo geral devido ao fracasso das capitanias.

FIGURA 1. Província do Paraguai da Companhia de Jesus. Delimitado pela Linha de Tordesilhas a leste.



FONTE: Mattheo Seuttero Chalc August (1710-1741)

Se é certo que os ibéricos recortaram os territórios indígenas a partir de seus interesses, é certo também que não o fizeram sem resistência dos povos indígenas. Em certos casos tiveram que se reorganizar consideram

as autonomias territoriais dos povos indígenas. Benedito Preziosi (2017) demonstra que as capitanias hereditárias fracassaram por conta da resistência dos povos do litoral atlântico. Foram as rebeliões e revoltas indígenas contra a escravidão e trabalho forçado que obrigou o rei português a mudar de estratégia e criar um governo geral. As capitanias que “prosperaram” economicamente tiveram que contar com as alianças dos povos em suas regiões. Esse contexto demonstra o quanto os povos indígenas foram sujeitos dos seus processos históricos.

Os novos marcos conceituais da História Indígena inverteram a lógica do pensamento de uma história fatalista ou idílica, para compreender os povos indígenas como sujeitos históricos. Afinal os indígenas não ingressaram na história apenas no século XVI durante o período colonial como nos adverte Manuela Carneiro da Cunha, (1992). As análises da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2010) corroboram com as percepções de Cunha (1992) ao criticar a visão da história que via os indígenas como vítimas passivas, que lutaram, mas foram vencidos. Observa Almeida, que os povos indígenas participam dos processos de conquista em todas as regiões ora como aliados ora como inimigos, mas sempre como agentes e sujeitos ativos dos processos sociais. A violência da conquista não os impediu de agir que ao invés de vítimas passivas, “passaram a ser vistos como agentes do processo.”

Nessa nova perspectiva teórica ampliam-se os universos de fontes e de análises sobre podem ser pautadas pelos conceitos de transitórios ou mesclados sugerindo que esses seriam menos indígenas que as gerações passadas, mas na relação de sujeitos históricos de seu tempo, os processos históricos, alcançando os horizontes para os diferentes mecanismos adotados pelos indígenas para relacionar-se com os colonos. Também na perspectiva metodológica da História Indígena, importante observar que as relações estabelecidas com indígenas na atualidade não agindo a partir das condicionantes temporais e tradicionais.

Com o advento do século XIX e a criação dos Estados nacionais, estes fragmentaram ainda mais os territórios indígenas, de modo que na atualidade temos mais de uma centena de povos que vivem em dois ou mais estados nacionais. As guerras das independências foram mais bem acomodações de interesses das oligarquias locais do que o reconhecimento das nações. O antropólogo Maybury-Lewis (1984, p. 104) observa que o conceito de Estado Nação proposto pela revolução francesa (1789) e adotada pelos movimentos libertários latino-americanos do século XIX, não era compatível com a existência de grupos étnicos.

As pessoas não mais seriam súditos de um governante, mas cidadãos de um Estado. Além disso, Rousseau argumentava que deveriam ser cidadãos individuais e iguais perante o Estado que, por sua vez, refletiria a sua vontade geral.¹ Em

decorrência disso, as organizações interme-diárias entre o indivíduo e o Estado passaram a ser arcaicas e irra-cionais (ver Worsley, 1984). As associações étnicas, a menos que coincidissem com o Estado, eram então indesejáveis, devendo ser desencorajadas, senão sumariamente suprimidas.

Desse modo, para os povos indígenas as independências pouco ou quase nada significaram em termos de mudança de vida ou liberdade. As teorias modernas sobre colonialidade e suas diferentes manifestações, nos auxiliam a compreender esse processo. Anibal Quijano demonstra que as sociedades Latino Americanas precisam superar a perspectiva da colonialidade, definida por ele como

um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social. (QUIJANO, 2009, p. 73):

Para os indígenas que habitavam as regiões dos pampas e/ou do Chaco argentinos, o advento da independência significou o início do processo da violência que ainda não haviam experienciado com a colônia (BERNARD, 2016). No caso dos povos Mapuche no sul do Chile, foi o país independente que dizimou sua população rompendo inclusive com os acordos estabelecidos ente

os indígenas com a Coroa (BENGOA, 1985). A colônia portuguesa convertida em Brasil independente, não se fragmentou internamente, mas nem por isso foi complacente com os povos indígenas. As fronteiras internas foram se alargando desde a chagada da corte em 1808, quando é declarada Guerra aos indígenas que ocupavam importantes extensões de terras no planalto meridional e na região do vale do Rio Doce entre MG e ES, conhecidos como Tapuias. A maior extensão do território brasileiro foi conquistado pós independência.

Os estados nacionais inauguram na América as fronteiras simbólicas, imaginárias, entre os cidadãos e os indígenas. No Brasil a ideia de “índio amigo x índio inimigo” caracterizou a fronteira da humanidade e animalidade. A Argentina, por seu turno, ao tentar eliminar os povos indígenas de seus territórios através de guerras sangrentas, estabeleceu a não fronteira, ou integra-se totalmente ou é eliminado.

2 AS FRONTEIRAS NO TERRITÓRIO GUARANI

Os Guarani, habitantes da bacia do Prata, desde sua foz até o alto Paraguai e litoral sul Atlântico, tiveram seu território recortado inúmeras vezes por interesses de colonos, da Cora e Estados nacionais. Por ser uma região de menor interesse econômico no período colonial (não possuía engenhos de açúcar nem minas de ouro e prata) não significa que despertou menos interesse das Coroas.

Era um importante porta de entrada para ocupar o Cone Sul da América e a partir dos principais rios se chegava à região central do continente. Inclusive até o século XIX o rio Paraguai era o principal caminho para os habitantes da capital brasileira acessar Cuiabá (MT). Já o rio Paraná, em seu curso superior tinha seus limites de navegação devido as grandes quedas, denominadas posteriormente de Sete Quedas.

A FIGURA 2 é representativa do local de surgimento do povo Guarani há mais de 2 mil anos, destacado com ranhuras, e suas rotas de deslocamentos (setas) dos grupos que conhecemos atualmente. Vejamos que a região da tríplice fronteira é justamente o local do nascedouro do povo e não fronteira territorial.

FIGURA 2. Centro do território Guarani e rotas de dispersão



FONTE: Bonomo *et al*, 2015.

Foi nessa região que se desenvolveu um dos projetos coloniais mais ambiciosos e controversos da história colonial, as reduções dos padres da Companhia de Jesus (Jesuítas). Esse projeto, do ponto de vista dos Jesuítas, buscava preservar os Guarani das encomendas e converter os Guarani e outros povos habitantes da região em cristão súditos da Coroa. Os Guarani viram no projeto a possibilidade de estabelecer novas alianças. Melià

(2011) observa que a primeiríssima colônia no Paraguai começou com a aliança hispano-guarani. Essa aliança ocorreu por três níveis fundamentais de comunicação, que Claude Lévi-Strauss (1972 *apud* MELIÀ, 2011) define como “comunicação de mulheres, comunicação de bens e serviços e comunicação de mensagens”. Essas formas de comunicação eram meios encontrados pelos Guarani para incorporar os espanhóis a seu universo sociocultural. Ocorre que, assim que a colônia foi instalada, na primeira metade do século XVI, a imposição da encomienda leva ao rompimento da aliança, de ter os espanhóis como aliados. Nesse momento se cria uma fronteira étnica, econômica e cultural entre espanhóis (Cristãos) e Guarani, antes mesmo de uma fronteira física/geográfica.

Foram décadas de revoltas dos Guarani contra o sistema colonial (econômico, religioso, militar e político). De acordo com Nacker (1979 *apud* MELIÀ 2011), foram ao menos 26 movimentos de resistência ativa dos Guarani entre 1537 a 1660. O fundamento das rebeliões era a dimensão religiosa, fato que levou a ser conhecido na historiografia como movimento de desbatismo, ou seja, retirar o nome cristão e voltar aos costumes ancestrais.

Uma nova aliança começa a ser construída a partir de 1610, com as obras das reduções dos jesuítas. Ainda hoje persiste divergências historiográficas e sociológicas se a aceitação de parte dos Guarani ao projeto jesuítico se deu pela necessidade de proteger-se das encomendas ou por acreditar na proposta da ordem inaciana. O fato

é que uma nova fronteira é estabelecida, entre colonos e Guarani reduzidos. O território das reduções converte-se numa colônia dentro da colônia, afastando-se dos governos locais, devendo satisfação diretamente a Coroa espanhola.

Os bandeirantes paulistas viram nas reduções do Guairá (PR), Itatim (MS) e Tape (RS) a possibilidade de conseguir mão de obra escrava e alargamento do território do colonial português. A ampliação do território pode ser compreendida pela necessidade de destruir as cidades coloniais (Villa Rica e Guairá) e as cidades jesuítas (ao menos 13 reduções). Nada restava nos rastros dos bandeirantes. A fuga empreendida pelos habitantes das reduções de Loreto e San Ignacio, localizadas próximo ao rio Paranapanema dá uma mostra de como as fronteiras era fluida para o mundo colonial. No relato do êxodo, registrado pelo Pe. Antônio Ruiz de Montoya (1985), fica explícita que além de fugir dos bandeirantes os Guarani fugiram também dos colonos espanhóis. Sem contar com suporte de alimentos ou embarcações, milhares de Guarani morreram no trajeto ou na chegada a atual San Ignacio Mini e Loreto (AR).

As reduções, na sua segunda fase, quando a Coroa espanhola permitiu o uso de armas de fogo, conseguiram proteger os Guarani dos bandeirantes e de certa forma dos colonos. A nova configuração geopolítica no Prata criou uma área subordinada ao rei, controlado pelos Jesuítas que se afastou nas dimensões sociopolítica, do mundo

colonial, embora estabelecia relações econômicas. Pela sua formação política assemelhava-se mais a uma república que um estado monárquico. O poder dos Guarani não pode ser subestimado, conforme demonstrou Guillermo Wilde (2009). Esse poder conferia aos Guarani o controle sobre um território bastante amplo, porém o poder político era relativo já que não tinham autonomia, dependiam do aceite real. Outros Guarani ficaram fora dessas fronteiras, “livres” em seus territórios, mas em constante ameaças de ervateiros e posteriormente novos explorados de madeira e terras que chegam a região.

FIGURA 3. Território autônomo jesuíta/Guarani (linha pontilhada) e suas 30 cidades na região do Prata.



FONTE: <https://aseganfreddo.blogspot.com/2011/02/estancias.html>. Acesso: 12/03/2020

A região ganha importância geopolítica pelo império espanhol em meados do século XVIII durante as Reformas Bourbonicas, quando é criado o Vice-reino do Rio da Prata

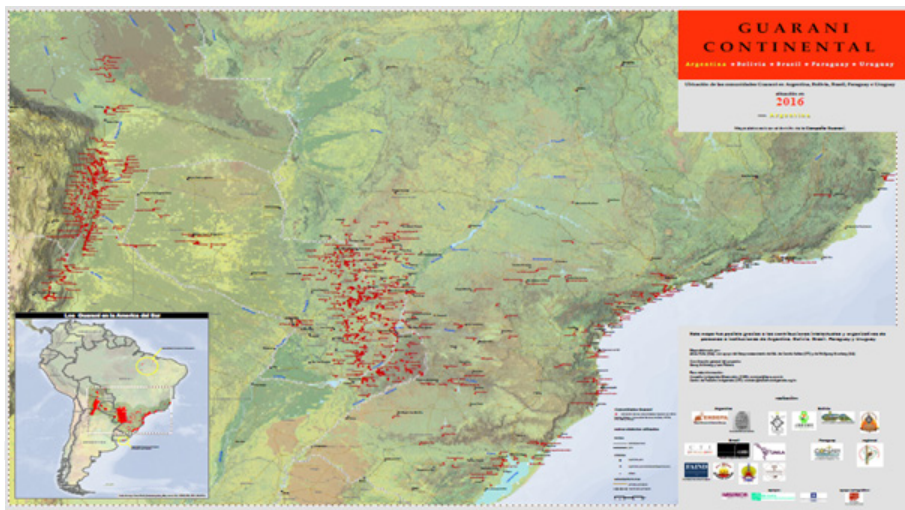
(1776). A criação do Vice-rei e a expulsão dos jesuítas da América espanhola em (1767) modifica radicalmente as fronteiras regionais. Serão mais de três décadas de intensas disputas espanholas e portuguesa e posteriormente no interior da própria América espanhola pela criação aos Estados nacionais, como as lutas pela independência do Paraguai em 1811, separando-se das Províncias Unidas da Prata.

As independências pouco alteraram os limites ibéricos, definidos pelos tratados de Madri 1750 e Santo Ildefonso, 1777, exceto internamento no território castelhano. Novas incidências sobre o território Guarani ocorrerão com a Guarani da Tríplice Aliança (1860-1864), quando uma parte expressiva do Mato grosso do Sul passa a pertencer ao Brasil e a província de Misiones, passa aos domínios da Argentina.

Se as independências pouco alteraram os limites previamente estabelecido entre Espanha e Portugal, não pode se dizer o mesmo do novo cenário ideológico criado com as independências. Os Guarani, ficaram marcados como pertencentes a América espanhola e, devido a relação com a província jesuítica do Paraguai, passaram ser considerados paraguaios. Ao longo do século XIX a historiografia brasileira selou essa concepção ao criar no imaginário nacional o estigma de estrangeiros aos Guarani. Embora a literatura indianista exaltasse a figura do Guarani (nome de produtos, estádios, clubes de futebol, radio, cidades, etc) é uma referência ao Guarani

do passado, ao “índio morto”. A Antropologia selaria essa imagem ao anunciar que os Guarani no Brasil eram indígenas integrados (RIBEIRO, 1970).

FIGURA 4. Mapa Guarani continental com suas mais de 1400 tekoha kuéra representados pelos pontos vermelhos no mapa. Distribuídos desde os pés da Cordilheira dos Andes ao litoral Atlântico.



3 PARA QUEM SERVEM AS FRONTEIRAS

Na América Latina, a criação das fronteiras nacionais não serviu para delimitar os territórios das Nações, mas fundamentalmente para atender a interesses das elites crioulas locais, ávidas por poder e desgostosas com o tratamento da metrópole. Os discursos de Simon Bolívar e San Martín, de criação de uma unidade na América espanhola, o conceito de “Pátria Grande”, não contemplava os indígenas em sua diversidade, mas apenas como

cidadãos individuais das nações, mas para isso deveriam abrir mão de seus territórios, línguas, conhecimentos e coletividades.

Assim, Simon Bolívar decretou que os índios seriam cidadãos iguais perante a lei e não mais sujeitos às discriminações coloniais (Bolívar, 1973:65-98 e Quevedo, 1974:215-228). (...) San Martín decretou, em 1821, que os índios do Peru não deveriam mais ser chamados de índios ou *na-turales*, mas de cidadãos (Davies, 1970:20), iniciando uma tradição americana de tentar abolir a indianidade com uma penada (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 106).

As políticas nacionalistas na região da prata ignoraram por completo a presença Guarani. Argentina e Brasil já se declaram sem Guarani; o Paraguai tentou eliminar o Guarani integrando-o ao seu conceito de nacional e especialmente proibindo de falar a língua. A Bolívia com suas políticas de campesinato expulsou os Guarani de suas terras entregando-as a fazendeiros e transformando os Guarani em peões de fazendas.

Chegamos ao século XX com os Guarani despatriados, desterritorializados, estigmatizados, estrangeiros, camponeses, proibidos de falar sua língua. Reforça-se nesse contexto a necessidade de confirmação do nacionalismo, do afirmar o pertencimento a uma Nação. Os Guarani ficaram divididos, separados e empurrados a historicidades distintas. Melià (2001, s/p) observa que os Guarani estão agora separados e divididos por fronteiras nacionais arbitrárias. É uma grande injustiça histórica”.

Compara a separação territorial a criação do muro de Berlim, na Alemanha:

Como o muro de Berlim dividia o povo alemão, levando-o para duas histórias diferentes, as fronteiras pretendem fazer o mesmo com o povo Guarani. Todas as etnias Guarani estão em pelo menos dois países, senão em três. Todos eles.

Esse muro de Berlim, ou fronteiras nacionais está levando para historicidades específicas,

a história dos Kaiowá está sendo diferente da história dos Kaiowá do Paraguai, até já se chamam de modo diferente, sendo o mesmo povo. Os Avá-Katu ou Nhandeva do litoral são os mesmos que estão no lado paraguaio de Itaipu.

Dos subgrupos linguísticos Guarani os Mbya estaria mais distribuídos em diferentes países e unidades da federação:

Os Mbya estão desde aquele rio Apa, quase Porto Murtinho, no Brasil, e depois como uma meia lua, eles entram na Argentina, sobem pelo RS e vão até Rio de Janeiro, Espírito Santo e tem famílias lá no Pará. (MELIÀ, 2001, s/p).

Na região do grande Chaco e contrafortes da cordilheira, os Guarani Ava ficaram divididos pelas fronteiras entre Paraguai, Bolívia e Argentina.

No século XX a educação escolar se converteu no principal instrumento moderno de nacionalização da

população Guarani. Essa análise já publicamos em outro artigo (BRIGHENTI, CÁRDENAS, 2017, p. 476-477) quando

constatamos que não há nenhuma iniciativa por parte dos Estados Nacionais no sentido de pensar conjuntamente a escola para além das fronteiras. Para os Estados, a territorialidade e cosmografia do povo Guarani pouco importa, o que mais importa é a criação de mecanismos que permitam inseri-los nas dinâmicas dos Estados, como cidadãos e, na maioria das vezes, como consumidores.

Em 2007 a 6ª Câmara de Comissão e revisão do Ministério Público Federal (6ª CCR/MPF), provocou um diálogo com líderes Guarani, pesquisadores dos diferentes países do Cone Sul, com a meta de incorporar os órgãos equivalente ao MPF brasileiros do Paraguai e Argentina, num amplo debate sobre uma política comum de educação escolar. O tema prosperou com a elaboração de um documentário audiovisual base (ÑANDE GUARANI, 2009) para contextualizar o tema e evidenciar algumas diretrizes gerais. Mudanças nas composições da Câmara paralisou o processo institucional, porém os Guarani levaram a frente o tema em seus espaços de diálogo.

4 O QUE PENSAM E COMO AGEM OS GUARANI SOBRE AS FRONTEIRAS

Apesar dos Estados e das fronteiras, os Guarani seguiram construindo seus caminhos. Muito embora tendo que desviar dos entraves impostos pelas aduanas,

ou mesmo políticas dos estados nacionais. A resistência a educação escolar e todos as outras formas de controle do estado era efetiva. Na década de 1990 dois elementos provocam modificações radicais no mundo Guarani. O primeiro deles é o esgotamento de lugares “desabitados” onde podiam viver em certa liberdade. O avanço do capitalismo tanto no campo como nas regiões turísticas, transformam todas as terras em propriedades privadas, as Unidades de Conservação Ambiental passam por maior controle impedindo os Guarani continuar ocupando esses ambientes, efetiva-se com maior empenho o conceito do “mito moderno da natureza intocada” (DIEGES, 2008). Os Guarani tornam-se visíveis em seus acampamentos em terras públicas nas margens das rodovias. Regiões do leste paraguaio e sul do Mato Grosso do Sul, a mata atlântica se transforma em terra arrasada (Yvy Porome), não há mais florestas, praticamente toda terra mecanizada, dentro e fora das “reservas” transformam-se em soja milho, milho, pasto e cana. Um segundo elementos, que consideramos fundamental para compreender a resistência Guarani, é a mudança no âmbito das legislações. Temos a Constituição Federal brasileira de 1988 que modifica radicalmente a perspectiva da integração indígena, reconhece a língua os costumes e tradições, e fundamentalmente elimina a perspectiva tutelar; A Constituição Nacional do Paraguai, de 1992, que pela primeira vez reconhece a língua Guarani como oficial - embora não significa o reconhecimento da diversidade indígena – mas reconhece os indígenas como

sociedades anteriores ao Estado paraguaio; e, a reforma Constitucional Argentina, (1994) que também elimina de vez a perspectiva da integração indígena. Posteriormente (2009) temos uma sinalização mais ampla, com a aprovação da nova Constituição Boliviana, que se reconhece como plurinacional. No âmbito internacional, destacamos a Convenção 169 da OIT, ratificado nos diferentes países com população Guarani.

Expostos a condição de extrema violência e munidos dos aportes legais os Guarani rompem a “invisibilidade” e iniciaram um processo amplo de luta pela terra e por outros direitos. No Brasil as manifestações em defesa da garantia das terras acionam o tema do pertencimento. Tanto o órgão indigenista (FUNAI) como setores contrários as demarcações apelam para o pertencimento, se seriam brasileiros esses Guarani; se teriam ligação com os Guarani históricos e como consequências se as terras deveriam ser demarcadas como de ocupação tradicional, conforme determina o Art. 231 da Constituição Federal brasileira de 1988 ou deveriam ser criadas reservas como prevê a lei 6001/1973.

Diante da emergência exposta, algumas iniciativas foram tomadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul no sentido de adquirir terras para assentar essa população – três áreas foram compradas¹. No estado de

¹ Água Grande - (Guarani - Mbya). Decreto 40.482 de 29/11/00 do governo do RS desapropriando e declarando 165,34 ha como área de utilidade pública; Passo da Estância - (Guarani - Mbya). Decreto 40.481ha de 29/11/00 do gov. do RS desapropriando e declarando 202,11ha como área de utilidade pública. São Miguel. (Guarani –

Santa Catarina a Fundação Nacional do Índio – Funai, criou um Grupo Técnico - GT² para proceder a “eleição” de terras para os Guarani no litoral norte do estado. Outra medida tomada pela Funai foi propor a aquisição de áreas como medidas compensatória pelos impactos de obras que afetavam os *tekoha* Guarani.

Na legislação brasileira a aquisição de terra para comunidades indígenas é previsível quando não incide sobre terras tradicionalmente ocupadas. Ela pode ser desapropriada para fins de reserva ou adquirida como terra dominial. Ao aplicar essas medidas sobre o território Guarani o Estado brasileiro estava definindo o não direito Guarani às terras, considerando que o sul brasileiro não era território Guarani.

Na província de Misiones (AR) as condições dos Guarani se assemelhavam a realidade do sul do Brasil, uma vez que eram também considerados estrangeiro³. A demonstração mais cabal por parte dos Guarani do pertencimento a esse território se iniciou com a luta pela demarcação das terras.

Há, por parte dos Guarani, uma primeira resistência ao conceito de reservar terras no sentido de pôr limites para uso, porque entendiam que a terra é um bem coletivo. Num segundo momento, diante da desterritorialização,

Mbya). Decreto 40.483 de 29/11/00 do gov. do RS desapropriando e declarando 236,33 ha como área de utilidade pública.

2 O Grupo Técnico foi instituído pela Portaria 641/Pres/Funai de 19.06.98 a fim de proceder a eleição de todas as “ocupações” Guarani no litoral norte de SC.

3 Sobre esse contexto ver Brighenti, 2010.

entendem que sem delimitação de terras não restará nada ao povo. Passagem a exigir o direito a terra, porém, somente no final dos anos 1990 expressam pela primeira vez de maneira coletiva contra a compra de terras. Na *Aty Guasu* (encontro) que ocorreu em 1999 no *Tekoa Ka`akupé* (Santa Catarina), os participantes afirmaram que esse território sempre lhes pertenceu e exigem o fim das aquisições e a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas:

Primeiramente queremos dizer que toda a região onde se encontra as nossas comunidades, sempre foi terra Guarani, desde muito tempo, de nossos ancestrais, de nossos avós e queremos deixar para nossos filhos. São nossas terras tradicionais que precisam ser demarcadas, reconhecidos nossos direitos. Não vamos aceitar a compra de terras, porque elas já nos pertencem (DOCUMENTO GUARANI, 1999).

Posteriormente outros encontros e assembleias ocorreram sob esse tema na busca de aprofundar a questão e encontrar formas de contribuir na superação dos desafios⁴.

Na compreensão sobre os direitos às terras ocorreram mudanças por parte do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da tradicionalidade

4 Em setembro de 2001 ocorre em Florianópolis o “Seminário sobre territorialidade Guarani: a questão da ocupação tradicional” organizado pelo Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Conselho Indigenista Missionário, Comissão de Apoio aos Povos Indígenas, e contou com presença da Funai, Ministério Público Federal, membros de ONGs, governos estaduais, antropólogos, historiadores, arqueólogos e outros especialistas.

das ocupações, porém, na efetivação das demarcações das terras os avanços foram mínimos⁵.

O tema do nacionalismo e o direito as terras ganham proporções internacionais. Em 2005, por iniciativa dos Guarani no Brasil teve início a gestão de um processo de conversações em nível continental afim de promover encontros para conhecer as realidades e pensar conjuntamente mecanismos de cobranças dos Estados sul americanos para implementar políticas públicas a essa população. Visitas foram realizadas às aldeias Guarani na província de Misiones - AR por líderes Guarani do Brasil, estabelecendo conversações primárias para realização da articulação continental. A novidade era a proposta de um encontro para conversar sobre a realidade e propor ações conjuntas.

O encontro é agendado para o início de fevereiro de 2006. O local escolhido é São Gabriel (RS). Data e local têm a ver com a história e memória Guarani. Segundo a historiografia, foi nesse local e na data de 07 de fevereiro de 1756 que ocorreu a morte de Sepé Tiaraju, líder Guarani missioneiro. Nos dias que se seguiram a morte de Sepé outros 1500 Guarani foram mortos na batalha de Caiboaté, próximo a mesma cidade de São Gabriel. A morte de Sepé está relacionada a assinatura do Tratado de Madri

5 Pela pressão dos Guarani entre os anos de 2002/2003 foi revogada a Portaria 641/Pres/Funai de 19.06.98 que possibilitava a eleição das terras Guarani no litoral norte de SC. Nova portaria é publicada em 2003 com a finalidade de proceder a identificação e delimitação das terras. Porém até a data do fechamento deste artigo as terras ainda não tinham sido demarcadas fisicamente.

em 1750, entre Espanha e Portugal e a recusa dos Guarani dos Setes Povos das Missões, no atual Rio grande do Sul, de deixar as terras e migrar para a margem direita do rio Uruguai (WILDE, 2009). A resistência em abandonar as reduções fez com que, pela primeira vez, os exércitos de Espanha e Portugal se unissem para enfrentar indígenas.

O encontro aconteceu em São Gabriel em 07 de fevereiro de 2006 e reuniu mais de mil Guarani do Brasil, Argentina e Paraguai. O segundo encontro aconteceu no ano seguinte, em 2007, na cidade de Porto Alegre (RS) e contou com presença de cerca de 800 pessoas.

O terceiro encontro começou a ser gestado. Em outubro de 2009 ocorreu a primeira reunião continental preparativa ao III Encontro, que ocorreu na cidade de Asunción, (PY) em novembro de 2010, com cerca de 300 pessoas representativas dos 4 países. Desse encontro, denominado Assembleia, pelos Guarani, foi criado o Conselho Continental da Nação Guarani – CCNAGUA.

Outras iniciativas para articulação do tema por parte dos governos e instituições públicas, ocorreram a partir do primeiro encontro continental de 2006. A primeira iniciativa foi uma reunião ampliada da 6ª Câmara de Comissão e Revisão do Ministério Público Federal, em março de 2007, provocada pelos próprios Guarani, para discutir medidas efetivas de garantir a demarcação das terras e de estabelecer medidas para efetivar os direitos Guarani em âmbito internacional, que passou a ser denominado Guarani Transfronteiriços. Desse encontro

iniciaram-se as articulações para elaboração do mapa *Guarani Retã* lançado em 2008 e do filme *Ñande Guarani*, lançado em 2009, retratando a realidade do Guarani que vivem na Argentina, Brasil e Paraguai.

O governo brasileiro, através do Ministério da Cultura, tomou a iniciativa de realizar Encontros Continentais, em conjunto com os países do Cone Sul. Devido a tensões com fazendeiros no Mato Grosso do Sul, o encontro que deveria ter sido realizado naquele estado foi transferido para a *Tekoha Añetete*, no município de Diamante D'Oeste (PR), em Fevereiro de 2010. A terra da aldeia Añetete foi adquirida pela Itaipu Binacional para compensar parte das terras Guarani que ficaram submersas ao lago de Itaipu. Portanto, o encontro naquela aldeia, teria um foco culturalista, evitando-se assim criar problemas aos governos em ter que se posicionar sobre a realidade fundiária dos Guarani, bem como sobre pendências de Itaipu Binacional com relação aos Guarani.

Em março de 2011 a coordenação da Secretaría Nacional de Cultura de la Presidencia de la Republica do governo paraguaio, realizou o II Encuentro de la Nación Guaraní, na comunidade Jaguatí, Departamento de Amambay (PY) com representantes Guarani dos quatro países - Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. O Conselho Continental da Nação Guarani, criado por ocasião do III Encontro Continental, propôs aos participantes a unificação das iniciativas, ficando o CCNAGUA encarregado de dar prosseguimento aos encontros.

A partir de 2011 iniciou a gestão pela organicidade do CCNAGUA, definição da estrutura representativa e organização do estatuto. Esse processo foi concluído com o IV Encontro Continental, que ocorreu no *Tekoha Ka`akupe*, província de Misiones (AR) em setembro de 2015, quando o estatuto foi aprovado pelos participantes.

5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS GUARANI

No documento final da primeira Assembleia Continental (2006) os Guaraní afirmaram a continuidade histórica deste povo, numa referência a herança dos povos que vivenciaram a experiência das missões jesuítas no período colonial:

nós, mais de mil participantes desta Assembleia Continental do Povo Guaraní, pertencemos aos povos que são os antigos donos destas terras do Sul. Aqui viveram nossos antepassados durante milhares e milhares de anos.

Importante observar que não há consenso entre os pesquisadores de que os Guaraní contemporâneos descendem das populações que tiveram experiência nas reduções. Se não há consenso do ponto de vista das ciências sociais, a partir da perspectiva mitológica é possível perceber que há coerência, pela resignificação do tempo e espaço não havendo fronteira entre o horizonte histórico e contemporâneo.

O documento faz referência a presença e ação dos jesuítas:

Para cá vieram, 400 anos atrás, religiosos europeus que propuseram à nossas antigas comunidades viver na forma das chamadas missões jesuíticas. Como vieram em paz e como o que propunham pareceu, aos olhos dos nossos antigos, bom, foram aceitos.

A concepção dos Guarani contemporâneos sobre os jesuítas é analisada pelo antropólogo Aldo Litaiff (2009, p. 144):

estes índios viam os Jesuítas como chefes carismáticos que, como os seus próprios líderes, também possuíam poderes mágicos excepcionais, generosidade e uma grande eloquência. Estes novos xamãs simbolizavam a síntese do sistema guarani e da cultura cristã ocidental.

Observa ainda o antropólogo que os Guarani comparam os padres Jesuítas às divindades Guarani, Nhanderu Mirim:

Isto levou os Guarani a compararem os Jesuítas a Kuaray ou Nhamandu, o deus solar. Partindo da conhecida narrativa, o “Ciclo dos Irmãos”, os Guarani atuais denominam de Kesuita ou “Nhanderu Mirim” os antigos Jesuítas das missões, associados a Kuaray-Ru-Ete, o sol, irmão mais velho de Jacy, a lua. Kuaray dá a estes índios Teko (literalmente, “hábitos”), ou seja, os princípios da sua cultura. Não só os Guarani, mas os próprios Jesuítas acreditavam nos poderes sobrenaturais e na “eficácia simbólica” dos “novos pajés” (LITAIFF, 2009, p. 144).

Percebe-se que nessa interpretação há uma atualização permanente do mito e da ação histórica, demonstrando continuidade em movimento. Para os Guarani contemporâneos os *Kesuitas* seriam xamãs que teriam alcançado o estado de *aguidjire*, “perfeição” e, por consequência *Kandire*, “imortalidade” (literalmente “ossos preservados”). Portanto Nhanderu Mirim é um ser humano que alcançou *Kandire*. Os jesuítas e sua proposta de redução não é algo condenável pelos Guarani contemporâneos, justamente porque atualizam permanentemente seus mitos e assim se expressaram no Documento Final (2006)

Nosso grande herói, Sepé Tiaraju, liderou a resistência de nosso povo e por isso foi assassinado no dia 07 de fevereiro de 1756. Pouco tempo depois, cerca de 1500 guerreiros de nosso povo foram massacrados pelos exércitos invasores nos campos de Caiboaté. Durante estes dias, em que relembramos todos estes episódios de luta e dor da nossa História, homenageamos o inesquecível Sepé Tiaraju e fomos até os campos de Caiboaté, chorar e homenagear nossos mortos, 250 anos depois do terrível massacre.

Além da referência a figura do *Kesuita*, o lugar também tem importância singular para a ação Guarani. Nesse local é acionada a consciência mítica e histórica. Seguimos a análise de Litaiff (2009, p. 145) que observa a importância do lugar para os Guarani, não apenas do ponto de vista simbólico, mas do ponto de vista prático, das migrações e definição de espaços de usos:

com o mesmo valor simbólico de acidentes geográficos (...), para os Mbya as ruínas são memórias materializadas, monumentos que contam a história dos Guarani, demarcam o seu território, e que provam definitivamente a existência do Kesuita.

Após relacionar a memória com o evento, o Documento Final tece comentários sobre a realidade atual das comunidades Guarani nos três países:

realimentados e fortalecidos pelo espírito e pelo sangue de nossos antepassados, conscientes de que esta terra sempre pertenceu ao nosso povo e que dele foi roubada, nos dirigimos às sociedades e aos estados Brasileiro, Argentino e Paraguaio.

Apresentam a pauta de demandas aos Estados, tendo como referência a legislação existente em cada país e a legislação internacional. Não propõem ações para além da esfera legal, porque compreendem que o simples cumprimento das regras normativas poderia significar avanços diante da realidade atual.

Por fim, percebem-se herdeiros do legado de Sepé, pela sua ação de enfrentar os exércitos de Espanha e Portugal e seu discurso de que “esta terra tem dono”, mais do que pelo fato dele ser também Guarani. “Sepé Tiaraju continua vivo na luta dos povos indígenas da América Latina. Nos 250 anos de sua morte, Sepé Tiaraju multiplicou-se em milhares de lutadores e lutadoras do Povo Guarani, dos Povos Indígenas e todos os Povos Latino-americanos”.

Compreendemos que esse primeiro Encontro Continental Guarani incidiu sobre a memória coletiva na reconstrução do espaço territorial a partir do mito Sepé e da ação protagonizada pelos Guarani históricos. Fundamentados na noção da memória podemos afirmar que da mesma forma que os Guarani atualizam o Kesuita, o fazem com Sepé.

Podem ser vistos aqui como “proposições axiomáticas não demonstráveis” (...). Como assinalam os próprios Mbya mesmo que quase ninguém tenha visto, todos acreditam no Nhanderu Mirim. Se nós considerarmos que dentro de uma sociedade sempre estamos em relação proposicional uns com os outros, no caso Guarani, eles negociam o sentido do mito num contexto de justificação, a fim de convencer os participantes e unificar as suas práticas. Logicamente, o que eles questionam não são os aspectos estruturais ou a armadura do mito - no sentido de Lévi-Strauss (1958) - mas antes a mensagem e o código, que são necessariamente imanentes ao contexto (LITAIFF, 2009, p. 156).

O segundo Encontro Continental ocorreu em abril de 2007 no parque Harmonia em Porto Alegre, com mais de 800 pessoas. O Documento Final produzido pelos Guarani é marcado pela análise da realidade em que vivem. Iniciam o documento focando para o aspecto fundiário, denunciando os problemas provocados pela não demarcação das terras.

Não vivemos sem a terra e a terra não vive sem o nosso povo, formamos um único corpo. A falta de terra não permite que vivamos de acordo com

nossa cultura. Nossos jovens são obrigados a buscar trabalho em outros locais não sobrando tempo para aprender com nossos velhos.

Mereceu discussão e ficou registrado no Documento Final (2007) o aspecto ambiental, não apenas do ponto de vista de sua preservação, mas da relação que os Guarani estabelecem com o meio:

Hoje percebemos, com profunda tristeza, que restam poucas matas verdadeiras, que os rios foram poluídos e os animais foram extintos. Além disso, o que resta de matas verdadeiras, foram transformadas em reservas e parques ambientais, estes para nós são lugares sagrados, mas os não-indígenas nos impedem de os ocupar. Isto se deve à ganância do não-indígena que precisa destruir tudo para dizer que está trazendo progresso. Hoje até os não-indígenas estão percebendo que a própria terra está esquentando e pode desaparecer.

A educação escolar também mereceu crítica dos participantes. Segundo o documento final, apesar da legislação ter avançado para uma educação específica e diferenciada a escola continua sendo uma imposição de valores e práticas não indígenas.

Apesar de termos conquistado leis que garantam a implantação de escolas diferenciadas em nossas aldeias, com nossas próprias pedagogias, em nossa própria língua, percebemos que em alguns países e estados os Governos não assumem o compromisso político de desenvolver uma educação escolar diferenciada, e não seguem as leis de diretrizes e bases, no caso do Brasil.

Por fim, o documento menciona o problema do território, cortado pelas fronteiras nacionais dividindo os Guarani e levando-os a historicidades distintas:

Nosso território, Ywy Rupá, foi cortado, várias vezes, por fronteiras entre países e estados. Fizemos guerras para roubar nossas terras. Por isso, hoje, nosso povo ficou dividido entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Para nós não existem fronteiras. Continuamos visitando nossos parentes e tentando andar livremente, como fazíamos em tempos passados. No entanto, percebemos que cada vez mais estes países desenvolvem políticas que nos impedem de viver ao nosso modo. Em alguns países, nos chamam de estrangeiros, de forasteiros, e dizem que não podem reconhecer o direito a nossas terras por que elas não nos pertencem. Mesmo assim, nós continuamos lutando por nosso território e pelo fim de todo tipo de fronteira que impede de vivermos livremente.

Sobre o III encontro, conforme dito acima, demandou mais tempo de preparação e envolveu em seu processo representantes dos 4 países. Talvez por este motivo, o documento final foi mais emblemático na crítica a realidade e na afirmação da identidade como algo político, na perspectiva da fronteira étnica (BARTH, 1969), ao se perceber como “nação Guarani”. A presença de uma significativa delegação de Guarani da Bolívia, com maior acúmulo de participação política e interlocução junto ao Estado boliviano, possivelmente favoreceu a elaboração de um documento com conteúdo mais incisivo e crítico sobre a realidade.

No cabeçalho do Documento Final fica expressa a representatividade política dos participantes do encontro ao se intitularem representantes de organizações locais: “nós, representantes de diferentes organizações indígenas da Nação Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai”, ou seja, não era um encontro de indivíduos, mas de organizações Guarani.

Diferentemente dos dois encontros anteriores que não havia um tema pré-definido, esse III Encontro debateu sobre “Terra-Território, Autonomia e Governabilidade”.

No corpo do documento tecem considerações sobre aspectos culturais e apontam para a dimensão do sagrado, enfatizando a terra sem mal, comum a todos os subgrupos linguísticos, associando-a aos elementos da natureza e a terra quanto espaço físico habitável. Enfatizam a estratégia adotada pelo povo Guarani de não se confrontarem com os não-indígenas, como concepção de mundo, um *ethos* social.

espaço territorial próprio o “Yvy maraê’y” ou Terra Sem Mal” (...) desde a cosmovisão da Nação Guarani, parte de nossas milenárias culturas: o fogo, o ar, a terra e a água, constituem uma unidade e são elementos vitais para a vida; a Terra Sagrada é a vida para nossos povos (...) a Nação Guarani a partir da sua cosmovisão sempre buscou evitar confrontações com os que se apropriaram de seu Território, de forma violenta na maioria das vezes.

Esse aspecto merece uma importante consideração de Melià (2001), ao observar que o “povo Guarani é muito

moderno, quase pós-moderno. Por quê? Porque o povo Guarani, embora sua especificidade, a singularidade, sabe entrar em diálogo conosco”. Agrega também a episteme Guarani, sua forma de pensar o mundo

não está tão distante do nosso pensamento utópico. Pela sua linguagem, pelo seu modo de ser, pela sua palavra, pela sua paciência mais que pela agressividade, o povo Guarani é um particular universalizável.

O documento tece severas críticas a divisão do território Guarani, enfatizando que as fronteiras fragmentaram também o povo Guarani

desde a demarcação das fronteiras nacionais a Nação Guarani ficou fragmentada e dividida geopoliticamente em etnias, comunidades, aldeias, famílias, condição esta que enfraqueceu significativamente seu projeto espiritual, cultural e linguístico como Nação (Doc. Final, 2010).

Mas, as críticas às práticas dos Estados Nacional de fragmentação territorial não se limitam a um passado remoto, mas continua presente através das empresas

transnacionais e/ou multinacionais, com o apoio dos diferentes governos no poder não respeitam os direitos consuetudinários e coletivos da Nação Guarani, destruindo territórios, expulsando comunidades.

Não poupam críticas as hidrelétricas de Itaipu e Yaceretá, por estarem no centro do território e terem

destruídos espaços sagrados Guarani nas margens dos rios.

Por fim, apresentam suas propostas de ação, destacando que “a Terra e o Território são direitos inalienáveis da Nação Guarani, são a vida de nossas cosmovisões; condição que nos permite ser livres e autônomos “Iyambae””. Se propõem criar um “Conselho Continental da Nação Guarani para a articulação com Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai em suas demandas reivindicatórias”.

E por fim se percebem inseridos numa escala planetária/global, ao conclamar pela defesa da mãe terra:

nos unimos na defesa de nossa mãe terra ante a contaminação progressiva do ambiente provocado pelas atividades de exploração do subsolo e hidrelétricas que vulneram os direitos à culta e participação da Nação Guarani.

O IV Encontro Continental, abordou o tem “Yvy Marãe’y: território, justiça e liberdade”. Ocorreu Tekoa Ka’akupe, município de Ruiz de Montoya, Misiones Argentina, em setembro de 2015. O documento final destina-se especialmente aos governos e autoridades públicas.

Nesse IV encontro, o documento é assinado como Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA). Tanto o encontro como o estatuto aprovado no referido encontro, há uma definição de Nação Guarani para toda essa população que ocupa os 5 países do cone sul, e a

definição de povos para os grupos linguísticos específicos.

A concepção de fronteiras nacionais que cortou o território Guarani foi questionado pela assembleia:

...Nação Guarani que, apesar de ter seu território cortado por fronteiras políticas violentamente impostas pelos Estados, mantém sua profunda relação com a mãe natureza da qual somos parte como o pindo e o kochi'i e nos sentimos irmanados numa única Nação.

Chamam atenção para a participação Guarani no processo de pensar outras relações sociais e com o meio ambiente. Afirmam que a partir da sabedoria de seus antepassados e anciões presentes, podem

contribuir com a diversidade de pensamento, com novas relações entre a sociedade e com o meio ambiente, sempre tendo como princípio nossa forma de concepção de vida, de gestarmos nossa saúde e educação que deve ser respeitada pelos governos.

Afirmam o processo de resistência até os tempos presentes, através da qual mantém a língua, espiritualidade e cultura, e exaltam que “as mulheres são os grandes guardiães” dos conhecimentos culturais. Na segunda parte do documento apresentam uma série de demandas históricas e atuais em cada região e pedem providências dos governos:

exigimos que nossos direitos sejam respeitados, sejam aqueles direitos contemplados nas

Constituições de cada um dos países, sejam os direitos internacionais consagrados na Convenção 169 da OIT e na Declaração das Nações Unidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a invasão ibéricas foram sendo construídas fronteiras geográficas, culturais, simbólicas a partir de mecanismos de violência. Houve diferentes tentativas de usar os Guarani de acordo com os interesses coloniais, pelos encomendeiros, bandeirantes, jesuítas e toda sorte de aventureiro e colono. Os Guarani não foram passivos na história, reagiram de diferentes maneiras, desde guerras declaradas a aceitação de manter-se em reduções em troca da proteção. Porém, muitos buscaram outros caminhos, ocuparam territórios que poderiam manter-se livres dos males coloniais, fugas, enfrentamentos, migrações e uso das forças espirituais fizeram parte do processo xamanístico de romper as fronteiras coloniais.

Pela memória resistiram ao processo e construíram seus próprios caminhos, sempre dentro das condições dadas e criadas nos diferentes momentos. Desconstruíram a memória oficial de que estariam integrados, camponeses, caboclos ou seria estrangeiro. Através da diferentes mecanismos reafirmam a dimensão da territorialidade, transfronteiriça, mesmo estando presente em diferentes países, manifestam-se como nação e povos e exigem dos governos locais o respeito a essa concepção histórica.

A criação de canais de comunicação e diálogo, como o CCNAGUA, são tentativas de buscar na diversidade e particularidade de cada região afirmar que na dimensão cosmológica e linguística são um mesmo povo. A ação política associada com a dimensão religiosa, mantém essa nação viva e atuante. Sua concepção de mundo difere-se completamente do conceito das sociedades ocidentais. Conforme afirmou Werá Roque Timóteo, não importa se nasceu no Brasil, no Paraguai, na Argentina, porque tudo é Paraguai, Brasil e Argentina. A terra não tem cores de bandeira, porque ela não pertence aos humanos. Deus criou para todos, porque mesmo que existam rios, por baixo é a mesma terra. “Porque a água, por exemplo, esse rio é grande, mas só em cima está correndo, por baixo é o mesmo, a terra. Yvy Rupa é tudo isso aqui, o mundo” (TIMÓTEO, 2003, s/p).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BERNARD, Carmen. Los indígenas y la construcción del Estado-Nación. Argentina y México, 1810-1920 y antropología de un enfrentamiento. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

BRIGHENTI, Clovis A. Estrangeiros na Própria Terra: Presença Guarani e Estados Nacionais. Chapecó-Florianópolis: Argos/EdUFSC, 2010.

BENGOA, Jose. Historia del Pueblo mapuche (siglo XIX y XX). Santiago: Ediciones Sur, 1985.

BONOMO, M.; ANGRIZANI, R.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S.
A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, v. 356, p. 54-73, 2015.

CÁRDENAS. Linda Osiris González; BRIGHENTI, Clovis Antonio.
Educação escolar guarani em contexto transfronteiriço
In: LANDA, Mariano Báez; HERBETA, Alexandre Ferraz (Org.). Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político– bilíngue – Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

CHAMORRO, Graciela. A espiritualidade Guarani: Uma teologia ameríndia da palavra. São Leopoldo: SINODAL, (Série teses e dissertações, v. 10), 1998.

CLASTRES, Hélène. Terra sem mal. O profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COMITÊ DO ANO DE SEPÉ TIARAJU (org). Sepé Tiaraju: 250 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CUNHA, Manuela C. da. org. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. Sexta edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub, 1996

Documento Final. I Assembléia Continental do Povos Guarani. Guarani. São Gabriel – RS: 07 de fevereiro de 2006.

Documento Final. II Assembléia Continental do Povo Guarani. Porto Alegre – RS: 14 de abril de 2007.

Documento Final. III Encontro Continental do Povo Guarani. Assunção – PY: 19 de novembro de 2010.

Documento Final. IV Encontro Continental do Povo Guarani. Tekoa Ka`akupe, Ruiz de Montoya, Argentina, setembro de 2015.

Documento Guarani. Aldeia Massiambu, Palhoça-SC, novembro de 1989.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

LITAIFF, Aldo - O “kesuita” guarani: mitologia e territorialidade. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 142-160, jul./dez. 2009.

MAYBURY-LEWIS. David. Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado. Anuário antropológico. UNB, Brasília, v. 8 n. 1, 1984.

MELIÀ, Bartomeu. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, Manuel M. O Rosto Índio de Deus. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 293-357. (Col. Teologia da Libertação, série VII, v. 1).

MELIÀ, Bartomeu. Palestra proferida no Seminário sobre territorialidade guarani. A questão da ocupação tradicional. Organização: Conselho Indigenista Missionário e Museu Universitário/Universidade Federal de Santa Catarina. Apoio: Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (Florianópolis/SC). Morro das Pedras – Ilha de Santa Catarina. 10 e 11 de setembro de 2001.

MELIÀ, Bertomeu. et al. O Guarani: Uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: Fundames, 1987.

MELIÀ, Bartomeu. Mundo Guarani. Asunción: BID; Ministerio de hacienda. 2011.

NOELLI, Francisco S. Silva. Curt Nimuendajú e Alfred Métraux: a invenção da busca da “terra sem mal”. Suplemento Antropológico, Asunción, 34 (2): 123-166, dez.1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

SAGUIER, Rubén Barreiro. Literatura Guaraní del Paraguay. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

SUSNIK, Branislava. Los Aborígenes del Paraguay. Etnohistória de los Guaranies. Época colonial. II. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-1980.

PREZIA, Benedito. História da Resistência Indígena: 500 anos de luta. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

TIMÓTEO, Roque. Entrevista Concedida a Maria Dorothea Post Darella. Florianópolis, 2003.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

A cooperação na Tríplice Fronteira em face às novas ameaças

Flávia Carolina de Resende Fagundes

Bruna Azevedo

Daphne Castilhos Prigol

Gabriela Sitta Cappellaro

Leticia Marcarini Costa

Roberta Dalan

1 INTRODUÇÃO

As faixas de fronteiras são regiões geográficas que se distinguem das demais principalmente pelo fato de que nelas o fluxo de relações interações internacionais é cotidiano, abrangendo um fluxo grande de pessoas, mercadorias, culturas e outros recursos diariamente, fato que pode ter grande impacto para os países, dependendo do investimento e atuação de ambos na região.

A concepção moderna quanto a fronteira foi estabelecida, assim como outras concepções cabíveis a disciplina de Relações Internacionais, foi concebida a partir da paz de Vestefália (1648), movimento que cessou os

conflitos religiosos na Europa e fundou a predominância do Estado soberano como entidade política principal. Desta forma, as fronteiras, sendo elas naturais ou não, são entendidas como o limite territorial estabelecido com o intuito de dividir os elementos de cada Estado soberano.

O Brasil é o maior país da América do Sul, ocupando 8.5 milhões de km² de área (BRASIL, 2011), o equivalente a cerca de 47% de todo território sul-americano, sendo o quinto maior país do mundo. Uma de suas características principais é a vasta extensão de suas fronteiras, que totalizam 23.636 km, dos quais 16.145 km de fronteira terrestre e 7.491 km de fronteiras marítimas (CIA, 2019). Esta que abarca 11 Unidade da Federação, 588 municípios e mais de 10 milhões de habitantes. A extensão de suas fronteiras e o número de países em sua divisa trazem à região papel principal na integração regional sul-americana.

Analisando as relações do triângulo Argentina-Paraguai-Brasil, especialmente após a queda de Vargas e Perón, com a ascensão do governo de Lonardi na Argentina, de Juscelino Kubitschek no Brasil e Stroessner no Paraguai, o intuito de cooperação começa a aparecer - as relações bilaterais entre os países citados, além da atuação do Brasil como mediador entre Paraguai e Argentina. Assim, relações fronteiriças são evidenciadas pela sua semelhança política interna e pela tentativa de cooperação externa, principalmente econômica, com o advento do petróleo na região do Gran Chaco.

O presente artigo tem o intuito de compreender a cooperação Brasil-Argentina-Paraguai no combate ao narcotráfico e ao tráfico humano na região da chamada Tríplice Fronteira, levando em consideração o fato de que esta é uma região transfronteiriça em que são nítidos os padrões de interdependência de seus problemas de segurança. Será evidenciado durante a construção deste artigo, o conceito de fronteira, o processo e os atores da transfronteirização, os principais aspectos da Tríplice Fronteira, assim como a importância do papel da região transfronteiriça dentro dos blocos regionais da América do Sul, frente ao combate às chamadas “novas ameaças”.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o processo de cooperação da Tríplice Fronteira e como esta se posiciona para enfrentar as novas ameaças. O presente artigo terá como base pesquisas qualitativas, com extensa bibliografia acadêmica, pesquisa documental e análise dos fatos históricos. Além da pesquisa histórica, apresentar-se-á uma projeção de cenário para os próximos anos e potenciais comportamentos dos países em relação às ameaças à segurança internacional, os padrões de interdependência de seus problemas de segurança e como a colaboração mútua pode melhorar as condições de segurança na região, tendo em vista que se trata de ameaças transnacionais. Assim sendo, a análise do tema será dividida em contextualização, onde serão abordados os fatos históricos que levam os países à uma cooperação, o processo de transfronteirização, assim como os aspectos

da Tríplice Fronteira. Após a abordagem inicial, o trabalho versa sobre as ameaças transnacionais - narcotráfico e tráfico humano - finalizando com a projeção de cenário. Esperamos, com este trabalho, contribuir para os estudos que envolvem as questões de fronteira na área de relações internacionais e em áreas correlatas.

2. CONCEITUANDO FRONTEIRA E O PROCESSO DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Para a Geografia Política, fronteira apresenta-se como um conceito clássico, estudada e discutida por muitos teóricos devido sua importância representando uma área marginal de domínio territorial e limítrofe para o exercício de poder do Estado. Muitos conflitos no mundo tiveram como motivação a conquista de territórios e a expansão das fronteiras dos países. Na análise construtivista, temos que o Estado é ator e o sistema internacional é sua estrutura, que influenciam-se concomitantemente.

Para Raffestin, as fronteiras são zonas de grande relevância devido ao seu valor histórico, a possibilidade de intenso intercâmbio de pessoas e produtos, o limite da integridade territorial e da soberania de um Estado. Na contemporaneidade, o fenômeno da globalização possibilitou avanços nas ciências, nas técnicas e tecnologias, nos transportes e circulação, nos sistemas produtivos e financeiros, dentre outras transformações que provocaram mudanças na relação tempo-espço e nas condições das fronteiras.

Adler e Barnett (1998), incitam que as fronteiras são voláteis as mudanças de acordo com a alteração de seu meio político, cultural, militar e econômico. Entre o final do século XIX e início do século XX havia um foco na posse física e o controle do território, bem como as suas visões sobre os benefícios advindos deste controle. Essas ideias começaram a emergir em especial a partir do momento em que a Convenção da Liga das Nações, e posteriormente a Carta das Nações Unidas, reafirma o princípio da não-intervenção. Os fluxos de pessoas, foram facilitados no século XIX, uma maneira de dificultar este fluxo foi com as barreiras de entrada colocadas pelos Estados. Essa concepção sobre território tornou a alterar apenas no advento da era nuclear, a partir da qual os Estados começaram a reconhecer sua vulnerabilidade estratégica.

Essas mudanças na importância do território e o ressignificado das fronteiras refletiu implicações importantes nas relações internacionais. Embora ainda existam conflitos pela conquista de territórios específicos, não se busca mais alcançar a hegemonia por conta da extensão territorial, motivo esse de grande fonte de conflito entre as grandes potências.

O local das fronteiras entre esses espaços é às vezes contestado, é claro, sendo a guerra uma prática por meio da qual os estado negociam os termos de sua individualidade. Mas isto não muda o fato de que é somente em virtude do reconhecimento mútuo que os estados têm “direito à propriedade territorial”.

Este reconhecimento funciona como uma forma de “encerramento social”, que desempodera atores não estatais e empodera e ajuda estabilizar a interação entre estados. (WENDT, 1992)

Pode-se dizer que o processo de transfronteirização na Tríplice Fronteira se deu de duas formas, primeiramente pelo processo advindo do turismo nas cataratas do iguaçu e da Usina de Itaipu, assim como o turismo de compras e também o contrabando, resultando um grande fluxo econômico e populacional, além das relações culturais na região da fronteira de Argentina-Brasil-Paraguai. Seguidos pelo processo desenvolvidos pelos funcionários públicos, IBAMA, movimentos sociais, resultando em infraestruturas comuns e as institucionalidades interestatais.

2.1 Breve contexto sobre a fronteira Brasileira

O Brasil é o país da América Latina com maior extensão territorial e por consequência, sua fronteira também se encontra como a maior do subcontinente. Atualmente, sua região de fronteira terrestre se estende por 16.145 km, fazendo divisa com dez países - Argentina (1.263 km); Bolívia (3.403 km); Colômbia (1.790 km); Guiana (1.308 km), Paraguai (1.371 km), Peru (2.659 km), Suriname (515 km), Uruguai (1.050 km), Venezuela (2.137 km) e o departamento ultramarino francês, a Guiana Francesa (649 km) - já sua fronteira marítima é representada por 7.491 km (CIA, 2019).

A sua extensão não é a única coisa que chama atenção na faixa de fronteira brasileira, mas sim a sua profundidade adentrando o país, sendo 150 km de largura, totalizando em 1.415.611,46 km², o que representa 16,6% do território brasileiro. Desta forma, o Brasil possui 586 municípios como parte da faixa de fronteira, sendo assim, 11 estados da federação fazendo fronteira com outros 10 países. Em 2010, cerca de 10,9 milhões de habitantes se encontram dentro desta área (IBGE, 2018).

A defesa da fronteira brasileira sempre foi uma preocupação intermitente, desde o processo colonial, com a preocupação do colonizador português com as incursões espanholas e de outras potências coloniais. Ao ter sua independência, o território brasileiro ainda não estava totalmente unificado, sendo apenas um reflexo do processo de colonização. Assim, a fronteira se constitui com a visão de limite, controle territorial e separação, sendo uma área de atenção especial do Estado, assim como uma região de grande presença militar.

Pela Lei 601, de 18 de setembro de 1850, o Brasil passou a definir que a Faixa de Fronteira fosse uma área geográfica de regime jurídico particular, reservando a esta área uma faixa de 10 léguas (66 km). Nesta faixa, terras que estivessem desocupadas poderiam ser concedidas pela União. Com a constituição de 1891, a União passou somente a cuidar da defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas e não mais como desenvolvimento desta área geográfica. Na década de 1930, a Faixa de Fronteira

foi para 100 km na constituição de 1934 e após, em 1937, para 150 km. O poder de concessão de terras ou de vias de comunicação na Faixa passava para o Conselho de Segurança Nacional, que seria responsável também por garantir o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais na fronteira. Já em setembro de 1955, com a Lei 2.597, a Faixa de Fronteira foi definida como zona indispensável à defesa nacional. A União passou a aplicar anualmente 60% de sua arrecadação para desenvolvimento social e econômico desta região.

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura da Faixa foi sendo modificada desde o Segundo Império (60 km) por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km. A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a vocação “atlântica” do país, as grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005)

Os principais instrumentos legais que definem e regulamentam a ocupação da faixa de fronteira são, até

hoje, a Lei 6.634, de 2 de maio de 1979 e o Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, que considera a Faixa de Fronteira como área indispensável à Segurança Nacional. Um polígono foi definido a partir da linha limítrofe do território nacional, numa largura de 150 km, estabelecendo-se uma série de restrições ao uso da terra e a realização de uma série de atividades na Faixa. Na Constituição de 1988, a Faixa de Fronteira aparece em quatro artigos, sem alterações no estabelecido pela lei anterior. Desde 2000, o desenvolvimento da

Faixa de Fronteira é de incumbência da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional através do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Em 2005, com a “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” foi proposta a divisão da faixa de fronteira de acordo com suas particularidades, sendo estes Arco Norte; Arco Central e Arco Sul. Se analisarmos a questão da segurança, percebe-se que a situação do Arco Sul é menos crítica que a do Arco Central - bastante afetada pelo tráfico e crime organizado - e o Arco Norte que além de estar afetada pelo tráfico, a mesma compõe a região Amazônica, ponto crítico para a defesa do território nacional devido as suas riquezas naturais.

A zona de maior risco para a segurança se encontra na região de fronteira do Paraguai e Argentina, chamada de Tríplice Fronteira. Região crítica principalmente por conta

de ser a porta de entrada do tráfico no país. Os principais ilícitos advindos desses pontos são cigarros, cocaína e sua pasta base, maconha, além de eletroeletrônicos e produtos de informática contrabandeados. Nota-se que este pedaço do território é tratado de forma periférica, com políticas públicas diferenciadas para a região. As características corriqueiras para os municípios que se encontram nesta faixa de terra é de baixa densidade demográfica, cidades pequenas, grande diversidade, baixo desenvolvimento, primordialmente agrícolas e grande concentração de pobreza (IPEA, 2010).



FONTE: Cable News Network (CNN)¹

3. RELAÇÕES ARGENTINA-BRASIL-PARAGUAI

As relações fronteiriças entre Brasil-Argentina-Paraguai sempre existiram, desde os tempos do Império

¹ Disponível em: <<https://edition.cnn.com/interactive/maps/world/dateline.terror.triborder/frameset.exclude.html>>

Brasileiro, com as disputas territoriais que apenas se resolveram após à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) - a união de Brasil, Argentina e Uruguai contra Paraguai (FAGUNDES, 2018). Contudo, após a queda de Vargas e Perón, com a ascensão do governo de Lonardi na Argentina, de Juscelino Kubitschek no Brasil e Stroessner no Paraguai, o intuito de cooperação começa a aparecer: o Paraguai queria sair da esfera de influência argentina que Strossner conseguiu para a sua ascensão, afinal após a descoberta de petróleo na região de Gran Chaco, o Paraguai poderia iniciar seu processo de industrialização e maior inserção no comércio internacional. Assim, as negociações bilaterais entre Brasil-Paraguai têm início, segundo Cervo:

o que era de se esperar por parte do Brasil, perguntava Jobim, para concretizar a transição de órbita ou, ao menos, o equilíbrio de presenças de Argentina, Estados Unidos e Brasil? A conclusão e a pavimentação das rodovias com que se tornaria efetivo o convênio de comércio fronteiriço e um tratado econômico que amarrasse a produção e o escoamento do petróleo paraguaio aos interesses brasileiros, como ocorrera com o tratado firmado entre Brasil e Bolívia (CERVO, 2015, p. 152)

A pressão estadunidense se dava no governo argentino, para conseguir a posição para suas petrolíferas na região do Chaco, além da presença de um representante das empresas americanas, Henry Holland, que fazia a ponte entre Buenos Aires e Assunção para deixar claro

ao Paraguai que a Argentina “não aceitaria sem luta que o Paraguai saísse da órbita de influência de seu país” (CERVO, 2015, p. 152). Apenas da década de 1980 que o projeto de cooperação, que fora deixado de lado para considerar as relações bilaterais, teve sua real capacidade de execução. Dois fatores, segundo Cervo, explicam essa mudança estratégica:

[...] por um lado, a herança do pensamento político e a ação diplomática que [...] promoveram entendimento e cooperação, embora de alcance limitado; por outro, a superação de entraves históricos e a consequente remoção de entulhos ao movimento de integração dos países da América Latina (CERVO, 2015, p. 197).

Na virada do século, sob a égide do neoliberalismo, Carlos Menem, presidente Argentino teve um parâmetro em sua política externa para criar, por fim, a genuína estratégia de cooperação e integração latino-americana. Esperava que a influência de Washington, parceiro especial argentino, chegasse a América Latina e auxiliasse Menem a substituir a geopolítica pela integração sub-regional, em especial o Cone Sul. Além disso, a cooperação com o Brasil:

[...] modificaria o jogo de duas maneiras: primeiro ao contrabalancear aquela que se buscava com os Estados Unidos e, segundo, ao relançar a relação cooperativa com os vizinhos da América do Sul e com as grandes potências, de modo a romper a política de isolamento em que o país vivera mergulhado no passado. (CERVO, 2015, p. 224).

O principal objetivo que norteia as relações de cooperação na tríplice fronteira pode ser resumido em: “[...] a garantia de paz [...] seria fornecida pelo fortalecimento da segurança, decorrente da criação da zona de paz [...] o sul do continente” (CERVO, 2015, p. 224), ou seja, com o fortalecimento da segurança na região, o comércio interno e externo dos países pode vir a desenvolver-se de forma exponencial. Especialmente ao se levar em conta o perfil demográfico da região, além de sua infraestrutura.

Sem embargo, o perfil demográfico de Foz do Iguaçu se constitui bem diverso, tendo recebido imigrantes de diversas partes do globo. Atualmente, a população deste espaço é formada por mais de 70 nacionalidades, sendo as mais numerosas (para além da brasileira), a paraguaia, síria, libanesa e chinesa. Isto posto, na região são falados vários idiomas dentre eles, o árabe, coreano, espanhol e o portunhol (CARNEIRO, 2016), o que faz com que a região tenha laços com várias partes do globo. Neste sentido, a partir da construção da Usina de Itaipu, a região experimentou um exponencial crescimento. Desta forma, diferentemente da maior parte da faixa de fronteira, a Tríplice Fronteira – se caracteriza por ser uma área de forte dinamismo econômico, por conta do fluxo turístico, sendo o terceiro destino mais procurado no Brasil, e a presença de duas zonas francas – Puerto Iguazú e Ciudad del Este – a região polariza o núcleo logístico que integra o Noroeste Argentino, o Leste do Paraguai e o Oeste Paranaense. Ciudad del Este é a terceira maior zona franca comercial do mundo, sendo assim uma receita importante para o Paraguai. Ademais, esta área conta com uma boa infraestrutura com redes aeroportuária, portuária e viária. (FAGUNDES, p. 217)

Contudo, a integração apenas é possível com os “meios que o Brasil se dispõe a acionar no bojo de seu projeto regional: empresas, capitais e tecnologia” (CERVO, 2015, p. 252), além do envolvimento indispensável da Argentina, que respalda o projeto.

Na América do Sul, o Brasil atua em prol do estabelecimento de uma “comunidade de segurança” no subcontinente, em função de compartilhar, com seus vizinhos, experiências históricas comuns e desafios de desenvolvimento semelhantes.²

Assim, os motivos pelos quais a integração regional tem seus entraves desde os primórdios das independências americanas, “advém da segurança regional, do desempenho econômico nacional, do comércio exterior e da competitividade sistêmica” (CERVO, 2015, p. 253), motivos quais que influenciam na capacidade nacional de cada país a se colocar em uma cooperação transfronteiriça de combate às novas ameaças internacionais, ameaças que obrigam o Estado a reconhecer sua interdependência e agir em conjunto.

La globalización y liberalización de las fronteras, así como el desarrollo de la tecnología, han afectado la capacidad de respuesta de los Estados, diseñados para lidiar con enemigos con menos poder económico y movilidad internacional. Hasta ahora las respuestas estatales han resultado insuficientes, porque ni el marco institucional nacional ni el

2 MINISTÉRIO DA DEFESA. Cooperação Internacional. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional>> Acesso 15 jun 2019

internacional están preparados para enfrentar esta amenaza (CHABAT, 2010, *apud* AVELLANEDA; GARZÓN, 2017)³.

4 NARCOTRÁFICO

A partir do final da Guerra Fria, a ampliação da agenda de segurança sul-americana identificou o tráfico internacional de drogas como uma “nova ameaça” e como um assunto securitizado na região (DIAS, 2013). O narcotráfico é, sem dúvidas, a maior adversidade que permeia a Tríplice Fronteira atualmente. A atividade está fortemente ligada a grupos terroristas, especialmente de origem libanesa, como o Hezbollah e a Máfia Libanesa, tendo como motivo a forte presença de imigrantes árabes que habitam na região. Além disso, a produção e consumo nos três países que compõem a Tri-Border Area (TBA, em inglês) é fator de extrema relevância para compreender a problemática.

O Narcotráfico é um sistema de comércio ilícito de drogas e/ou substâncias psicotrópicas e compreende um conjunto de ações para produzir, armazenar, distribuir e comercializar esses narcóticos com o propósito de obter um benefício econômico ou material. Como um empreendimento criminoso de alta rentabilidade, o narcotráfico é uma expressão

3 Tradução livre: “A globalização e liberalização das fronteiras, bem como o desenvolvimento da tecnologia, afetaram à responsabilidade dos estados, projetado para lidar com inimigos com menos poder econômico e mobilidade internacional. Até agora as respostas do estado resultaram insuficiente, porque nem o quadro institucional nacional nem o internacional são preparados para enfrentar essa ameaça (CHABAT, *apud* AVELLANEDA; GARZÓN, 2017)”.

do crime organizado e, como tal, deve ser entendido como “a continuação do comércio por meios ilegais”(WILLIAMS, 2011). (GAMES, 2018, p. 645)⁴.

Segundo o *International Narcotics Control Strategy Report* elaborado pelo *Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs*, organismo dependente do Departamento de Estado dos Estados Unidos, divulgado em março de 2019, o Brasil é um país de trânsito e também de destino final da cocaína, sendo o segundo maior consumidor de cloridrato de cocaína. O Paraguai é, por sua vez, o país de origem de grande parte maconha no Hemisfério Sul além de ser um Estado de trânsito para a cocaína andina. A Argentina, além de ser um país de trânsito como os outro dois, vem tendo um crescimento contínuo no consumo de pasta base de cocaína.

Mathias e Guzzi (2009) apontam um relativo bloqueio na cooperação latino-americana nas áreas de defesa e segurança, pois a ameaça é subjetiva, ou seja, depende daquele que se sente ameaçado (DIAS, 2013 p. 17).

Os países sul-americanos tendem a atuar de forma individual na resolução do problema das novas ameaças, visto que a região tem disparidades políticas individuais, além da existência de dois blocos com agendas de segurança diferentes – Comunidade Andina de Nações (CAN) e Mercosul (Mercado Comum do Sul) – que,

⁴ SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Unesp, 2018. 1037 p.

frequentemente, dialogam via UNASUL (DIAS, 2013). No tópico a seguir abordaremos a questão de securitização das novas ameaças na agenda Sul-Americana, além da contextualização histórica do narcotráfico na região da Tríplice Fronteira.

4.1 Conceituações e Histórico

No presente artigo, utilizamos o conceito de securitização para o assunto do narcotráfico, pois é o tratamento mais bem aceito da questão nos países da Tríplice Fronteira, em suas legislações internas e também, por fazer parte da agenda de segurança do Mercosul.

Assim, Dias discorre sobre o conceito e apresenta o caso brasileiro:

Buzan, Waever e Wilde (1998) [...] já os assuntos securitizados representam uma ameaça existencial, sendo necessário utilizar-se de medidas extremas e emergenciais para lidar com a situação, ainda que seja necessário violar leis e regras, pois justificam ações além das medidas políticas comumente adotadas. A ameaça existencial deve legitimar a quebra de regras; o discurso securitizador deve criar uma necessidade e direito de tratar a questão com meios extraordinários, bem como o público deve aceitar tais medidas para que ocorra o processo de securitização [...] ao aplicar o conceito de securitização no objeto de estudo deste trabalho, verifica-se que o narcotráfico pode ser considerado um assunto securitizado na América do Sul após o final da Guerra Fria, embora haja diferenças no tratamento da questão nos diversos países. O combate ao narcotráfico na região tomou grandes proporções

e consequências devido aos enfrentamentos entre governos e guerrilhas narcotraficantes [...] (DIAS, 2013, p. 18-19).

A respeito do caso brasileiro, para demonstrar a securitização da questão do narcotráfico, onde a Lei do Abate – Decreto 5.144 regulamenta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 303 da Lei 7.565, de 19 de dezembro 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que diz respeito a aeronaves suspeitas de tráfico de entorpecentes e drogas afins. A Lei do Abate legitimou a utilização de medidas extraordinárias para o combate ao tráfico de drogas, como apresentado no art. 3º, caput, § 1º, § 2º, § 3º, art. 4º e art. 5º do Decreto 5.144/04, que dispõe sobre os procedimentos que devem ser realizados (DIAS, 2013):

Art. 3º As aeronaves enquadradas no art. 2º estarão sujeitas às medidas coercitivas de averiguação, intervenção e persuasão, de forma progressiva e sempre que a medida anterior não obtiver êxito, executadas por aeronaves de interceptação, com o objetivo de compelir a aeronave suspeita a efetuar o pouso em aeródromo que lhe for indicado e ser submetida a medidas de controle no solo pelas autoridades policiais federais ou estaduais.

§ 1º As medidas de averiguação visam a determinar ou confirmar a identidade de uma aeronave, ou, ainda, a vigiar o seu comportamento, consistindo na aproximação ostensiva da aeronave de interceptação à aeronave interceptada, com a finalidade de interrogá-la, por intermédio de comunicação via rádio ou sinais visuais, de acordo com as regras de tráfego aéreo, de conhecimento obrigatório dos aeronavegantes. § 2º As medidas de intervenção seguem-se às medidas de averiguação e consistem

na determinação à aeronave interceptada para que modifique sua rota com o objetivo de forçar o seu pouso em aeródromo que lhe for determinado, para ser submetida a medidas de controle no solo.

§ 3º As medidas de persuasão seguem-se as medidas de intervenção e consistem no disparo de tiros de aviso, com munição traçante, pela aeronave interceptadora, de maneira que possam ser observados pela tripulação da aeronave interceptada, com o objetivo de persuadi-la a obedecer às ordens transmitidas.

Art. 4º A aeronave suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins que não atenda aos procedimentos coercitivos descritos no art. 3º será classificada como aeronave hostil e estará sujeita à medida de destruição.

Art. 5º A medida de destruição consiste no disparo de tiros, feitos pela aeronave de interceptação, com a finalidade de provocar danos e impedir o prosseguimento do voo da aeronave hostil e somente poderá ser utilizada como último recurso e após o cumprimento de todos os procedimentos que previnam a perda de vidas inocentes, no ar ou em terra (BRASIL, 2004^a) (DIAS, 2013, p. 19-20).

O Decreto levou a debates acerca da violação dos art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (princípios das relações internacionais brasileiras, especialmente em seus incisos (II) prevalência dos direitos humanos e (VII) solução pacífica de controvérsias) e art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que versa sobre os direitos individuais, alguns listados abaixo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...] III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
[...] XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;
[...] XLVII – não haverá penas:
a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; [...] LII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
[...] LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (BRASIL, 2010a, p. 18-22 *apud* DIAS, 2013, p. 20)

Assim, os critérios de securitização são cumpridos, na legislação brasileira. Apesar disso, um tema que é securitizado em um país, pode não ser no outro. Contudo, trataremos o narcotráfico como uma ameaça à segurança nacional e sua resposta por meio de medidas extraordinárias. O mesmo é tratado como tema securitizado na América do Sul no pós-Guerra Fria. Desde então, a abordagem em relação às drogas mudou de foco como descrito abaixo:

A temática das drogas, historicamente, foi tratada no âmbito da segurança internacional através de uma abordagem repressora de redução da oferta, com foco na produção, distribuição e tráfico ilícito de drogas, além dos crimes conexos. Recentemente, pode-se perceber o tratamento da questão visando

à redução da demanda ao considerar a prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários e desenvolvimento alternativo de áreas vulneráveis. Assim, a problemática passa a representar não apenas uma ameaça à segurança nacional, mas também às estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais dos Estados (DIAS, 2013, p. 22).

Com o crescimento do trabalho da UNODC, que agora abrange Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, em 2011 a mesma programou em relação ao narcotráfico e crime organizado:

1) monitoramento da implementação da Convenção; 2) desenvolvimento e promoção da melhor prática em ações estatais de inteligência contra os crimes organizados; 3) facilitação dos meios de troca de informação, de cooperação jurídica e assistência legal mútua entre agentes da lei; 4) determinação da forma mais efetiva para coletar dados e utilizá-los para o desenvolvimento de projetos. (KALIL, 2011 *apud* NASCIMENTO, 2015)

Nos últimos anos, com o advento da ampliação da agenda de segurança do Mercosul, a cooperação dos países da Tríplice Fronteira se baseia em pontos político-econômicos, transformações socioeconômicas e perda de importância estatal e a falta de políticas reais na região em que as nações e governos sofrem influência de planos externos de resposta ao tráfico (NASCIMENTO, 2015). Assim, os pontos político-econômicos são o arcabouço da luta contra narcotráfico, por se tratar da clássica disputa por terras - Estado versus Crime Organizado - além da 'perda

territorial estatal' há a perda da importância, ou seja, o narcotráfico atinge o soft power do país e o desacredita em frente à comunidade internacional, levando à uma reação estatal de combater as ameaças à sua soberania nacional e à sua imagem internacional. Outrossim, podemos ver as transformações sociais em Sorj e Martuccelli:

Em todo caso, o impacto do crescimento do tráfico de drogas na região significou em muitos países o fortalecimento dos grupos armados que passaram a controlar espaços urbanos e rurais, gerando um quadro desestabilizador que desafia à capacidade do Estado de assegurar a sua função básica de monopolizar o uso dos instrumentos de violência. (SORJ; MARTUCCELLI, 2008, p. 171)

Assim, a cooperação dos países Argentina-Brasil-Paraguai se dá, em sua grande maioria, por acordos bilaterais, como a Declaração de Iguazu de 1985 entre Argentina e Brasil. Além de acordos multilaterais, especialmente, pela região, por meio do MERCOSUL (NASCIMENTO, 2015). Outro fator de influência na cooperação, são os regimes internacionais que, por meio de convenções internacionais, regulam as diretrizes dos países ao redor do globo, como por exemplo a Convenção Contra Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 da ONU⁵. Contudo, na região existe a prevalência de acordos bilaterais, conforme explicitado por Nascimento, levando a cooperação entre os países da Tríplice Fronteira:

5 Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/entorpecentes.htm>> Acesso 15 jun 2019

Os acordos bilaterais mostram que política governamental para as regiões de fronteira tem privilegiado negociações com cada país, em lugar de criar normas gerais que regulam as interações na faixa de fronteira como um todo, sendo a geografia e os diferentes graus de interações econômicas e sociais, fatos que influenciam e evidenciam o tratamento diferenciado na legislação [...] Os regimes de cooperação para o combate ao tráfico internacional de drogas observam não somente os acordos, que tem intuito de demonstrar a capacidade de sensibilidade dos países na infraestrutura e mecanismos de repressão ao tráfico internacional de drogas. Assim os países buscam um modelo de acordo que vise identificar as dificuldades dos países parceiros, que possibilitam as reais possibilidades de confronto a esse ilícito. (NASCIMENTO, 2015)

5 TRÁFICO HUMANO

De acordo com o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças - Protocolo de Palermo -, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, o tráfico de pessoas consiste em:

(a) “Trafficking in persons” shall mean the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the giving or receiving

of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation. Exploitation shall include, at a minimum, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs; (c) The recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of a child for the purpose of exploitation shall be considered “trafficking in persons” even if this does not involve any of the means set forth in subparagraph (a) of this article. (United Nations Convention against Transnational Organized Crime, 2001)⁶.

Segundo Verônica Teresi, o tráfico de pessoas constitui hoje “[...] a terceira modalidade criminosa mais lucrativa no mundo, ultrapassada apenas pelo tráfico de armas e de drogas” (TERESI, 2012, p. 42). Em virtude disso, as três cidades fronteiriças em questão têm grande destaque demográfico e econômico (esse é um dos pontos que as diferencia das outras tríplices fronteiras brasileiras) e, por esse motivo, possui um grande fluxo econômico e humano (AMARAL, 2010). Dentro desta última movimentação está

⁶ Tradução: a) Por “tráfico de pessoas” entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos; c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração deverão ser considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo.

o tráfico humano. Por se tratar de uma região de divisa, esse tipo de atividade é facilitada e, em grande parte dos casos, auxiliada por autoridades conivente.

A perda completa de vínculos sociais tende a serem maiores em regiões de fronteiras, principalmente onde elas são permeáveis, ou seja, onde não existe um rígido controle migratório, como exemplo pode-se citar o Paraguai, onde pessoas (inclusive crianças) circulam entre os países livremente, pelo inócuo controle migratório ou de repressão policial, facilitando a impunidade ao cruzar de uma ponte, por exemplo, se algum delito ocorreu em um dos lados. (PATRUNI, 2018, p. 64)

De acordo com o texto de Patruni (2018), a América Latina está sendo fortemente atingida pela exploração do outro; indicando que, o tráfico humano está se tornando uma prática “comum” e frequente, o que resulta em números crescentes de flagrantes dessa ilegalidade a cada ano. O tráfico de humanos é cometido para inúmeros fins, entre eles, os principais motivos são a exploração do trabalho e exploração sexual. Patruni (2018) aborda a nossa forma de colonização, escravização, a ação de tirar proveito do outro por considerá-lo inferior, como justificativa inapelável para cometer tal ato em tempos modernos.

Embora, como já citado acima, a região tenha grande importância econômica, grande parte dela está baseada em atividades ilegais, o que reflete em insegurança para a população, que em sua maior parte é de baixa renda.

Esse fato contribui demasiadamente para que o tráfico humano ocorra, a alta criminalidade atrelada a baixa renda, assim como o atrativo do turismo sexual, geram uma maior subjugação da população periférica a maneiras alternativas para sua sobrevivência, como prostituição, viabilizando esse tipo de exploração.

Segundo pesquisa realizada em 2002, Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), está entre as rotas internacionais de tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual, como é mostrado na imagem abaixo.



FONTE: PESTRAF

Do ponto de vista jurídico, dos três países, o Paraguai é o único que não possui legislação específica para combater o tráfico de pessoas, porém vem desenvolvendo ações para suprimir o problema. A Argentina, por sua vez, homologou em 2008 a política de Prevención y Sancion de La Trata de Personas y Asistencia a sus Víctimas. O

Brasil é o Estado mais avançado em termo de políticas públicas. Depois da informações divulgada pela PESTRAF o governo brasileiro começou a dar devida atenção a questão e, desde 2003, o tema passou a ser prioridade do Plano Plurianual. Em 2006, foi estabelecida a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SOUZA; SOARES, 2011). E obteve avanços significativos no que diz respeito ao tráfico de pessoas, com o advento da Lei 13.344/2016, sendo um marco regulatório para o crime de tráfico de pessoas no Brasil, um significativo avanço quanto à prevenção e repressão deste ilícito penal, pois se diferencia do texto antigo do Código Penal que abordava apenas a modalidade de tráfico para exploração sexual, a lei modifica a redação do CP incluindo o Art. 149-A e as modalidades de tráfico para fins de exploração de trabalho escravo, remoção de órgãos e adoção ilegal. Por fim, segundo Patruni:

Se por um lado a ideia de que o tráfico deixe de ser apenas proibido e seja enfim erradicado, parece distante e utópico, claro e necessário se mostra a urgência que somente através de um trabalho integrado, no qual as políticas públicas estejam pautadas na dignidade humana e nos direitos fundamentais proclamados internacionalmente, consiga ao menos desenvolver meios mais eficientes de minimizar as vítimas expostas a esse crime (PATRUNI, 2018).

Assim, a região ainda carece de cooperação transfronteiriça para tratar do tema. Em especial, é necessário uma mudança sociológica para que o tráfico

se torne mais pessoal e os países o vejam como um tema também securitizado, como é o narcotráfico, para que a questão obtenha o nível de tratamento que um assunto securitizado possui e a região possuir um aumento no nível de segurança, tanto interna quanto fronteiriça.

6 CONCLUSÃO: PROJEÇÃO DE CENÁRIO

Levando em consideração o histórico de cada país, assim como o histórico de sua cooperação no combate às novas ameaças, levantamos três cenários respondendo à pergunta: “como a Tríplice Fronteira coopera na resolução de ameaças transfronteiriças?”. Começamos pelo cenário realista, passando para o pessimista e por último, o otimista.

6.1 Cenário Realista

Conforme o histórico analisado, e as recentes políticas dos dois países mais influentes no bloco Mercosul - Brasil e Argentina - de fazer uma limpeza ideológica e retornar ao espírito comercial do início dos acordos multilaterais, em uma tentativa de flexibilizar o bloco e o despolitizar, que foram frustradas logo no início por questões econômicas internas dos países, além de o Mercosul representar de acordo com

um relatório da CEPAL, apresentado em dezembro, estabeleceu que quase 60% do total das exportações

e aproximadamente dois terços das importações realizadas pelo Mercosul na região ocorrem dentro do próprio bloco.

Assim, o cenário realista para a cooperação seria à do investimento interno de cada país no Mercosul, os acordos bilaterais que determinariam as regras para a conduta dos oficiais de cada país transfronteiriço, no entanto, maiores progressos não seriam feitos, apenas uma relativa estabilidade - que é o que tem se visto nos últimos anos.

6.2 Cenário Pessimista

De uma ótica pessimista, haveria a piora no cenário geral, o Mercosul acaba com a sua extensão na agenda de segurança, os acordos bilaterais não são cumpridos e os traficantes 'ganham terreno', invadindo a soberania estatal levando a uma situação de insegurança da população civil, o que resultaria em uma 'guerra ao tráfico' por meios de força abusiva, como podemos ver em ações militares dentro do Brasil: no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2018, teve início a intervenção militar no combate ao crime organizado que colonizou áreas onde o Estado era deficiente, assim resultando em um aumento do número de mortes, insegurança, devido ao combate urbano entre as forças armadas e o crime organizado. O Estado perde a soberania interna quando negligencia sua população mais pobre deixando-a à mercê de atores não estatais que

provêm os bens necessários ao bem estar, como água, eletricidade e cuidados médicos (SAMPO, 2018).

6.3 Cenário Otimista

Analizando a questão por uma ótica otimista, tem-se a expectativa de que políticas públicas serão acatadas, bem como às resoluções da ONU, como o Protocolo de Palermo. Cada país envolvido criaria leis específicas para o problema, que seriam rigorosamente fiscalizadas, assim como a má conduta de agentes federais e indivíduos que estariam ligados ao governo seriam punidos de forma severa. Tratando-se de uma perspectiva continental, o Mercosul seria fortalecido e auxiliaria fortemente no combate ao narcotráfico e ao tráfico humano, buscando unir os Estados, facilitar conversações acerca do tema e uma forma de simplificar e agilizar o julgamento dos criminosos.

Além disso, é indispensável a melhora na questão social e econômica que permeia a região. Aumento de oportunidades de trabalhos lícitos e formais, a supervisão dos Estados para que as crianças e adolescentes tenham compromisso com o ensino, bem como a conscientização das famílias. Nesse contexto, projetos, tanto governamentais, quanto de ONGs são imprescindíveis. O Mercosul seria de grande importância também neste ponto, incentivando os governos, realizando pesquisas e

verificando constantemente o cumprimento das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel e BARNETT, Michael. *Security Communities*. Cambridge University Press, 1998. 462 p.

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. 5 dados sobre a fronteira do Brasil com outros países. *Nexo Jornal*, [S. l.], 23 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/03/23/5-dados-sobre-a-fronteira-do-Brasil-com-outros-pa%C3%ADses>>. 01 jun. 2019.

AMARAL, Arthur Bernardes do. *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. 1.ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

AVELLANEDA, Dina Alejandra Ortega; GARZÓN, Camilo Andrés Devia. *Crimen Transnacional Organizado en la Triple Frontera Argentina-Paraguay-Brasil*. Montevideo, 2017.

BRASIL, LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016. Prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Processo de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013. 254 p.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook: Brazil*. <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>>. Acesso em 23 mai. 2019.

CERVO, Amado. Relações Internacionais da América Latina. São Paulo, Saraiva, 2015, 275 p.

DIAS, Michelle. Cooperação Sul-Americana no Combate ao Tráfico de Drogas. Porto Alegre: UFRGS, 2013, 98 p.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. As políticas de segurança e defesa para a fronteira brasileira como estratégia territorial estatal: uma abordagem institucional de seu processo decisório. 2018. Tese (Doutorado) (Programa de Pós - Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERNANDES, Dalvani. Território e Territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. Perspectivas em Políticas Públicas | Vol. II | N° 4, Belo Horizonte, p. 59-68, jun/dez de 2009. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/954/674>>. 01 jun. 2019.

IBGE. Municípios da faixa de fronteira. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>> . 01 jun. 2019.

IBGE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Território nacional tem cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. 31 out. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/territorio>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Cooperação Internacional. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional>> Acesso em: 15 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Faixa de Fronteira. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF. Brasília, Fev. 2009. Disponível em: <<http://ois>.

sebrae.com.br/wp-content/uploads/2013/06/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria De Programas Regionais. Programa De Desenvolvimento Da Faixa De Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005. Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=comdocman&view=download&alias=697-proposta-reestruturacao-do-programa-desenvolvimento-da-faixa-fronteira-7&category_slug=merc-sul-162&Itemid=965> Acesso em: 10 jun. 2019.

MOLINA, Frederico. Bolsonaro e Macri atuam por Mercosul com mais negócios e menos à esquerda. El País, 23 abr 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/internacional/1555613012_338098.html> Acesso 15 jun 2019.

NASCIMENTO, Tiago Sant Ana. A Cooperação de combate ao narcotráfico entre os Países Fronteiriços (Brasil, Argentina e Paraguai) na Tríplice Fronteira de 1988-2013. 2015. Tese (Especialização) (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PATRUNI, Anna Paula Cardoso de Paula. O tráfico de pessoas no contexto da exploração econômica neocolonial: dilemas, ações e solidariedade na região da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). Foz do Iguaçu, Paraná: 2018, 159 p. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3812/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

PESTRAF. Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/2003pestraf.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2019

SAMPO, Carolina. Why Military Intervention in Rio de Janeiro is not Solving Violence. The Globe Post, 11 set 2018. Disponível

em <<https://theglobepost.com/2018/09/11/intervention-rio-de-janeiro/>> Acesso em 15 jun 2019

SOARES, Mário Lúcio Quintão; SOUZA, Mércia Cardoso de. O Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Âmbito do Mercosul. Seqüência, Florianópolis, v. 63, p. 185-212, dez. 2011.

SORJ, Bernardo e MARTUCCELLI, Danillo. O Desafio Latino-Americano: Coesão Social e Democracia. Editora Record, Rio de Janeiro, 2008, p. 307.

TERESI, Verônica Maria. Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2012. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf> . Acesso 14 jun 2019.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. International Narcotics Control Strategy Report. Volume I: Drug and Chemical Control. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. March 2019. Disponível em: <<https://www.state.gov/2019-incsr-volume-i-drug-and-chemical-control-as-submitted-to-congress/>> Acesso em: 03 jun 2019.

Mapeamento e análise da paisagem da bacia hidrográfica Águas do Papagaio - Campo Mourão - PR

Taila Lorena de Souza

1 INTRODUÇÃO

Descrever e conhecer uma bacia hidrográfica vai além do entendimento de sua dinâmica e funcionamento, mas também traz consigo a importância de compreender os aspectos que causam suas transformações, os mesmos, geralmente estão associados ao fator antrópico que as cercam.

Levando em consideração Colavite (2008), a análise da paisagem deve conglomerar a observação do ambiente e da sociedade, sendo uma ligação de distintos elementos do meio biótico, físico e social, dos quais agem diretamente sobre o ambiente, alterando-o em diferentes graus de intensidade, as variadas combinações entre os elementos citados resultam em diferentes paisagens.

Considerando que as atividades urbanas desde os primórdios da sociedade se desenvolvem em torno da área

de drenagem de bacias hidrográficas, a maioria das áreas urbanas utilizam e necessitam de recursos hídricos para auxiliar as atividades econômicas que as impulsionam. Tal necessidade e por sua vez utilização gera alterações em seus aspectos naturais, elucidando a importância de mapear e conhecer a mesma para uma ocupação e utilização bem planejada.

As análises presentes neste artigo são realizadas buscando integrar a dinâmica de distintos elementos ambientais e sociais para representar a paisagem presente no recorte geográfico estudado, através dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), e observações a campo.

É denominada bacia hidrográfica a área de captação e drenagem de águas para um canal, rio ou qualquer outro corpo hídrico. Consiste em um conjunto de sistemas ambiental bastante complexo que durante sua dinâmica interage com diversos elementos desde o meio natural, físico e social, pode se dizer que as bacias hidrográficas permitem uma visão conjunta das atividades humanas nelas desenvolvidas, Cunha & Guerra (1996), interação esta, que quando em desacordo pode trazer modificações irreparáveis ao corpo hídrico, sendo também de grande valor para a gestão do território e seu planejamento, influenciando desde o cultivo de subsistência até a economia da região.

O estudo da paisagem está integrado ao planejamento regional em diversos países, um fator determinante na implantação ou não de projetos ou obras de engenharia, a

fala de Landovsky *et. al.* (2006, p.189) mostra a importância de mapear e conhecer as bacias hidrográficas, pois a partir do mesmo possibilita-se efetuar planejamentos adequados de diversas vertentes para o desenvolvimento sustentável em suas proximidades.

As bacias hidrográficas têm sido utilizadas em diversas áreas de pesquisas como unidade básicas para os estudos ambientais, em virtude de permitir avaliar os diferentes elementos que a compõem, como solos, geologia e relevo, de forma integrada (COSTA *et al.*, 2015), considerando que tais elementos estão interrelacionadas e coexistem interagindo em meio à sua dinâmica natural, as interferências de cunho antrópico são refletidas em seu ecossistema, sabendo disto, a álgebra de mapas permite a obtenção e extração de importantes informações, isto devido aos valores qualitativos e quantitativos proveniente dos mapas temáticos, ao relacionar determinados elementos é possível obter além de importantes informações sobre o meio, determinar o uso conservacionista da área baseado em elementos como a susceptibilidade à erosão, recarga de aquífero e potencial de uso agrícola (CÂMARA *et al.*, 2001; ROVANI; VIERA, 2016).

A criação e/ou aprimoramento de ferramentas e metodologias de análise integrada da paisagem permitem aumentar a eficiência do gerenciamento ambiental estratégico em bacias hidrográficas (PORTO; PORTO, 2008; RODRIGUES; LIMA, 2017), principalmente considerando que o intenso processo urbanização tem

como resultado loteamentos e casas em situações precárias construídas antes da existência de uma legislação que definisse as exigências mínimas para a qualidade urbanística dos mesmos, sendo construídos em pontos problemáticos como os fundos de vale (JABUR *et. al*, 2007), Tais construções irregulares podem afetar os rios alterando a qualidade das águas, podem ser citados além do crescente depósito de lixo às margens dos rios os esgotos domésticos e industriais não tratados e a água de drenagem que transporta vários tipos de poluentes resultantes da “lavagem” das áreas impermeabilizadas. (KRESSE, 1997).

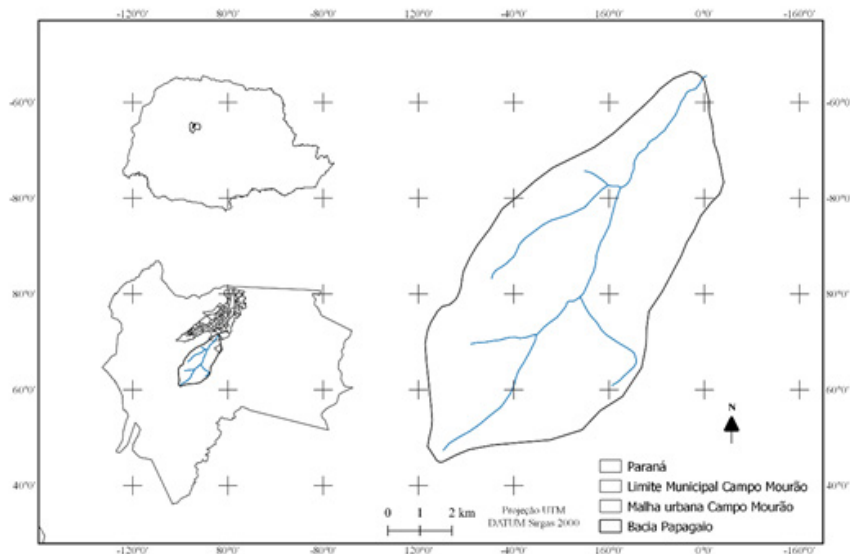
As técnicas cartográficas estão cada vez mais ganhando espaço devido sua grande aplicação para estudos que buscam a compreensão da paisagem, além da constante modernização de equipamentos para a realização do mesmo, sendo assim esta pesquisa busca através de tais tecnologia levantar informações e analisar a paisagem da bacia hidrográfica dos papagaios, através de técnicas cartográficas.

2 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA AREA DE ESTUDO

A sub-bacia hidrográfica água dos Papagaios, se localiza no do município de Campo Mourão entre as coordenadas 24°03'00" latitude sul e 52°22'00" longitude oeste (MAPA 01), os rios dos quais compõem a bacia possuem extensão de 18,5 km², e perímetro de 24,93 km²,

a partir da classificação de Strahler (1952) é considerada uma bacia de terceira ordem, sendo uma bacia média, compreendendo uma área de 30,93 km².

MAPA 01 – Localização da área de estudo



Campo Mourão, assim como grande parte da mesorregião Centro-Ocidental Paranaense possui como principal atividade econômica a agricultura, cultivo de soja, milho e trigo, tais atividades ocupam maior parte da área que circunda a bacia, utilizando a técnica do plantio direto, prática da qual utiliza materiais orgânicos, como palha para a cobertura do solo, é possível ser encontrado decorrer da extensão da bacia pontos com erosões e ravinas o que evidencia a falta de manutenção e conservação do solo em sua vertente.

O solo removido é carregado para as partes mais

baixas do terreno assoreando as bacias de contenção podendo chegar até os rios causando alta turbidez e comprometendo a qualidade da água (SILVA, 2014), além de sua compactação com o uso de maquinários, existe também o uso de fertilizantes nas lavouras em conjunto com o desrespeito às vegetações ripárias, fazem com que grande quantidade de sólidos suspensos sejam carregados ao corpo hídrico, os mesmos geralmente possuem em sua composição substâncias prejudiciais à sua qualidade.

Justificamos a escolha desta bacia devido principalmente à sua importância em meio ao contexto econômico do município de Campo Mourão, pois sua demanda de utilização vem crescendo em conjunto com as práticas tanto rurais quanto urbana ao seu redor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da análise integrada da paisagem buscou-se entender que a mesma se configura a partir da relação antrópica e o meio, sendo uma interação que gera alterações, provenientes de diferentes formas pontuais e difusas.

Grande parte da alteração causada ao meio, ocorre principalmente devido à sua forma de utilização, sendo assim, buscar entender a dinâmica de uma bacia hidrográfica é essencial para o estudo da paisagem, que é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua

organização social, o seu grau de cultura, o seu aparato tecnológica, “a paisagem é, portanto, um espaço em três dimensões: “natural”, social e histórica” (PASSOS, 1998), aqui será realizada através do método sistêmico onde buscaremos entender as partes para compor o todo. Sendo assim, estudaremos os elementos que compõe a paisagem sendo físicos, humanos e bióticos.

Entender os elementos de forma separada com suas interações faz com que possamos compreender a forma que os mesmos influenciam na paisagem, esta análise será realizada através das técnicas cartográficas digitais, para que seja possível o entendimento do conjunto dos elementos da paisagem presente no recorte geográfico de estudo. Os produtos cartográficos aqui utilizados para interpretação na pesquisa são aspectos da rede hidrográfica e da bacia de drenagem, hipsometria, declividade e uso do solo.

A realização da análise foi feita em três etapas das quais se constituem em levantamento de informações para a elaboração de produtos cartográficos com auxílio de carta topográfica, imagens de satélites além da observação á campo.

Para a primeira etapa foi realizado a seleção do material para a base cartográfica, sendo ele Carta Topográfica Campo Mourão - PR, folha SG.22-V-B-I-1, Ministério do Exército, escala de 1:50.000, projeção Universal Transversa de Mercator, *datum* horizontal SAD-69, 1990, da qual com o auxílio do programa de geoprocessamento Qgis foi

georreferenciada e vetorizada, ou seja, a carta que estava em formato de raster, passou a ser vetorial.

Com a transformação em vetor as possibilidades para desenvolver produtos cartográfico se estendem, como para a delimitação da bacia hidrográfica (MAPA 03) onde foi possível obter os dados de perímetro, área, número de canais, comprimento, e cálculo de drenagem da bacia.

Para a altimetria foi feito uma grade retangular gerando o produto de hipsometria (MAPA 04), neste mesmo produto foi feito uma subdivisão a partir da variação da altitude da bacia a cada 100 metros, proposta por Ross (2011) onde o mesmo compara a declividade com a fragilidade do terreno as subdividindo a declividade em cinco classes, gerando os dados para o mapa de declividade (MAPA 05).

Para a hipsometria foi feito o cálculo da área da bacia verificando sua altitude e por sua vez os índices de declividade do terreno, além do cálculo de área para a análise do predomínio das classes presentes no decorrer da bacia. Foi realizado também a captura de imagens de satélite, para ser feito o geoprocessamento, buscando tornar a imagem o mais nítido possível, para tal processo é necessário aplicar contraste por transformação linear, com tal processo foi possível ser feito o mapa de uso e ocupação da bacia (MAPA 02).

A etapa final do trabalho foi feita após a confecção dos produtos cartográficos, onde a partir de sua análise assim como verificação a campo do mesmo, objetivando

finalizar a análise o integrada da paisagem com os aspectos interrelacionados de seus diversos elementos.

4 RESULTADOS

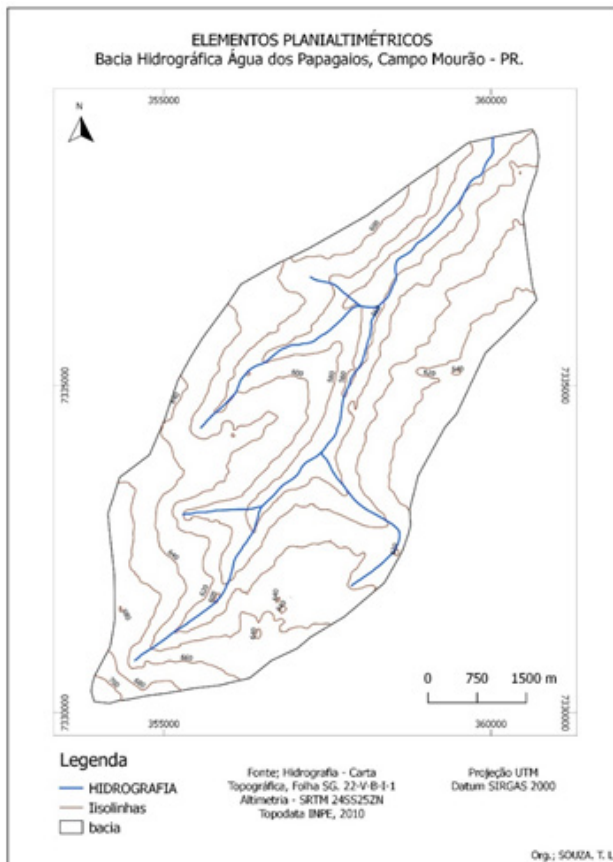
A paisagem é fruto da ação antrópica ao meio natural, isto ocorre de diferentes formas, tal uso e ocupação varia de acordo com as propriedades físicas do terreno, alterando as culturas e produção de acordo com as tecnologias disponíveis para a produção em grande escala, sendo assim podemos considerar que os fatores físicos de determinado recorte geográfico pode ser considerado tanto como fator estimulante para a produção assim como limitador, voltado principalmente a questões ligadas a economia da região estudada (PASSOS, 1998).

Podemos visualizar duas formas de representação de altimetria, por meio das isolinhas e pela hipsometria, a primeira pode também ser chamada de curvas de níveis (MAPA 03), sendo estas linhas traçadas em uma carta representando pontos de mesma altitude. Quanto mais próximas estiverem às linhas mais declivoso é o terreno e quanto mais distante mais plano será a área representada.

O relevo está ligado a utilização do solo pois, dependendo de suas características principais podem favorecer a agricultura na região, permitindo que seja feito o uso de maquinários agrícolas ampliando a produção de grãos, uma cultura bastante comum que apesar de impulsionar a economia do município pode favorecer

a erosão além de intensificar o escoamento artificial transportando consigo materiais contaminantes como de metais pesados, provenientes de fertilizantes e agrotóxicos presentes nas áreas rurais.

MAPA 03. Elementos Planialtimétricos Bacia Hidrográfica Água dos Papagaios – Campo Mourão – PR.



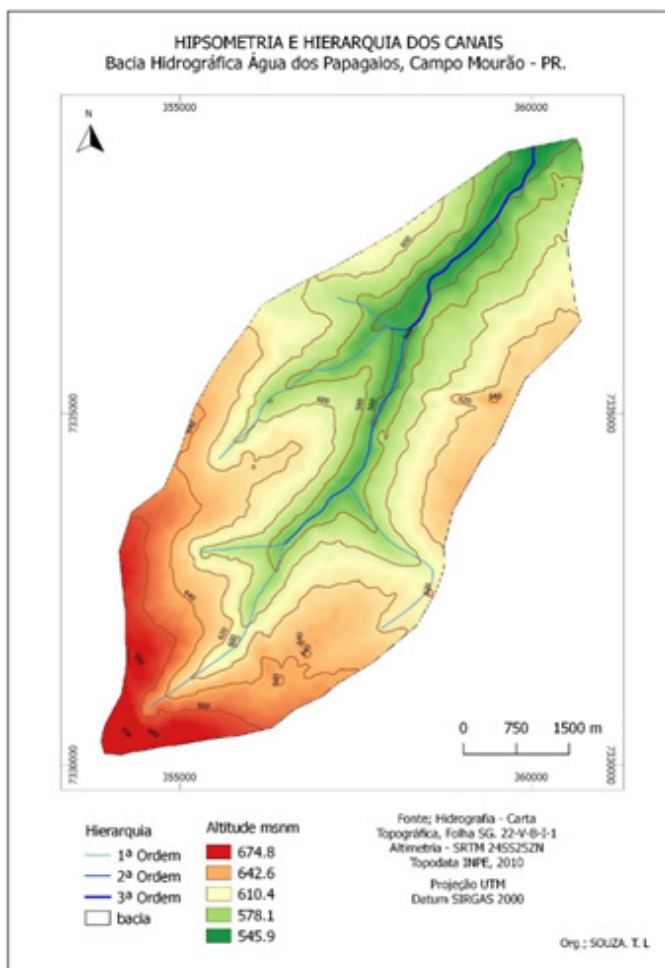
A hipsometria é a forma representativa do relevo por meio de cores (MAPA 04). A grande vantagem deste

modelo representativo é a visualização das cores, enquanto curvas de níveis é necessário observar cada valor dos pontos de altitude de cada linha. As cores hipsométricas correspondem a um padrão que variam em gradiente decrescente como destacado no mapa, é importante lembrar que as áreas mais baixas correspondem ao local onde corre o corpo hídrico.

A bacia hidrográfica estudada possui 30,93 km² com perímetro de 24,93 km², possuindo uma altitude média de 600 metros, variando entre 700 metros a montante da bacia e 560 metros, sendo o menor índice encontrado próximo ao corpo d'água principal, ao analisarmos o terreno da região concluímos que possui a característica de suave ondulado.

MAPA 04. Hipsometria e hierarquia dos canais da Bacia Hidrográfica

Água dos Papagaios – Campo Mourão – PR.



FONTE – Souza, T, L 2018.

Conceitua-se como declividade a inclinação da superfície do terreno em relação a horizontal, ou seja, é a relação entre diferença de altura de dois pontos e a distância horizontal entre os mesmos. Ela pode ser considerada um importante ponto de observação em estudos relacionados à fragilidade ambiental de um

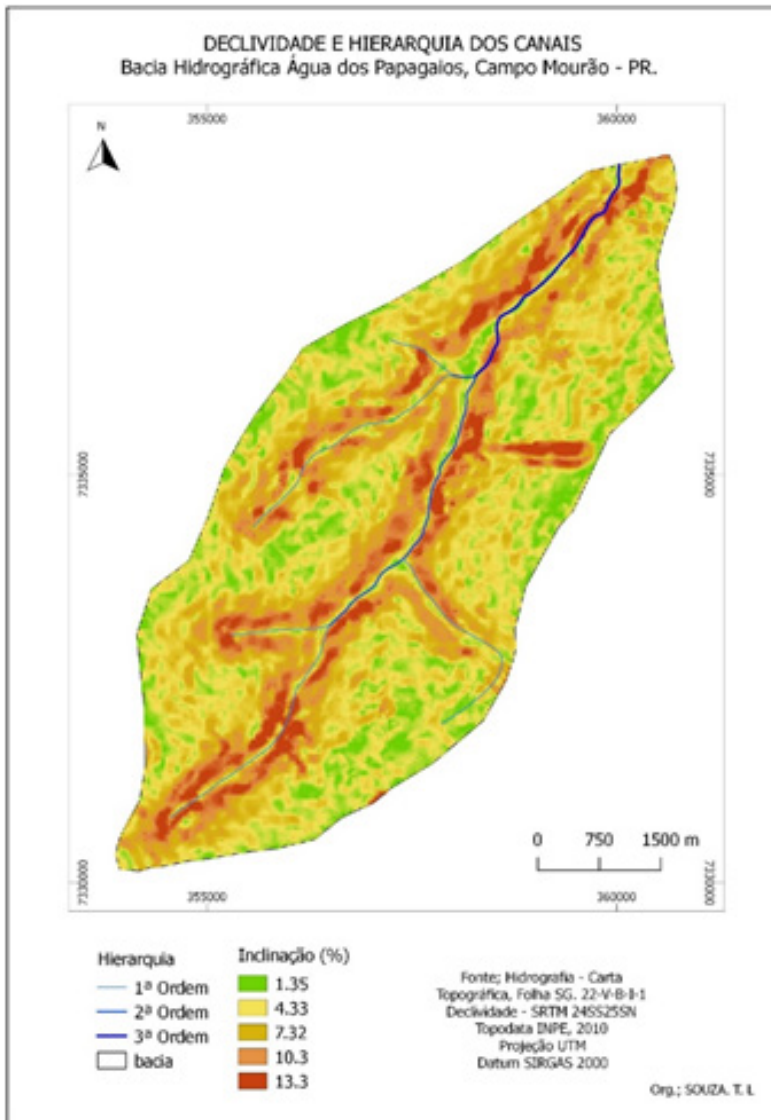
local, pois, os processos erosivos podem ser acelerados de acordo com o grau de inclinação da bacia, no entanto, esse fator deve ser observado de forma ampla, incluindo tipo de ocupação e uso local do solo.

A declividade do terreno também indica a relação de velocidade em que se dá o escoamento superficial, influenciando no tempo levado para a água da chuva concentrar-se nos leitos que constituem a rede de drenagem das bacias, sendo esse processo, o principal responsável por problemas erosivos que venham ocorrer na bacia.

De acordo com Ross (2011) os valores de declividade indicam características do relevo que geram energia potencial para a ocorrência de processos geomorfológicos, como erosão laminar e deslizamento. Sendo assim com base nas informações de declividade da bacia pode-se dizer que o relevo da área de estudo por ser suave ondulado em grande parte da área de estudo possuem uma topografia pouco acidentada, este cenário se modifica apenas nas áreas próximas aos corpos hídricos onde a declividade se torna média.

Levando em consideração as características físicas do relevo da bacia, é possível compreender que o mesmo favorece a produção agrícola em grande escala, com auxílio de máquinas agrícolas nas culturas de soja, milho e trigo de acordo com suas estações de cultivo.

MAPA 05. Declividade e hierarquia dos canais da Bacia Hidrográfica Água dos Papagaios – Campo Mourão – PR.

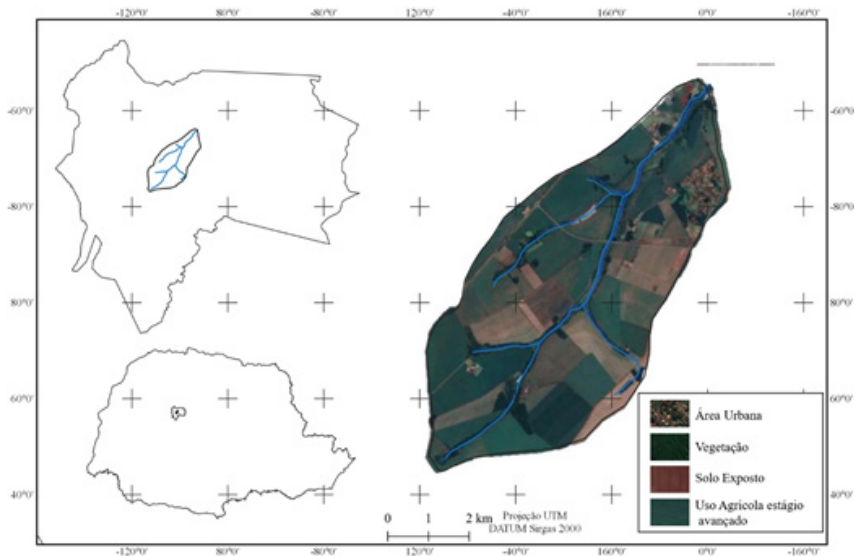


As características físicas da região influenciam na forma de utilização antrópica, sendo assim, ao observarmos o mapa de uso do solo (MAPA 06), podemos visualizar que a bacia possui pequenas áreas de vegetação, se

concentrando principalmente próximo aos corpos hídricos, vegetação ripária, da qual exerce importante papel na preservação dos corpos hídricos e na ação do escoamento artificial, estas áreas são regidas por leis, sendo de proteção permanente das quais devem ser respeitadas. Além das áreas protegidas por lei o restante da área da bacia existe pequenas concentrações de vegetação, da qual perdeu espaço para o plantio agrícola.

É perceptível tanto através da imagem de satélite quanto a campo a predominância da coloração rosada, em grande parte da área de drenagem da bacia, esta corresponde a áreas de cultivo agrícola, isto em determinadas épocas do ano, onde o solo se encontra exposto, momento de preparação para o plantio de uma nova cultura, pode também ser visualizado áreas de coloração verde claro, da qual tanto através de interpretação quanto em campo observou-se que se trata de culturas de cunho agrícola em estágio avançado.

MAPA 02. Uso solo Bacia Papagaio



É nítida a presença de curvas de nível nas diversas propriedades localizadas sobre a área de drenagem da bacia, existindo também estradas que facilitam a visualização e até mesmo delimitação da bacia, possuindo poucas áreas de vegetação, das quais podem ser caracterizadas de grande porte, em áreas com fragmentadas ou nas proximidades dos corpos hídricos pode ser observado certa diversidade nas espécies encontradas.

Entre diversas espécies ali distribuídas podemos contabilizar a presença de vegetação por vezes em processo de recuperação e até mesmo a presença de espécies exóticas na vegetação ombrófila mista, como *Ocotea puberula* (Canela-guaicá), *Araucaria angustifolia* (Pinheiro do Paraná), *Ingavirens* (Ingá), *Campomanesia xanthocarpa* (Guabirobeira), *Sebastiania brasiliensis* (Branquilho), *O. pulchella* (Canela-lageana), *Myrrhinium*

atropurpureum (Pau-ferro), *Etuerpe edulis* (Palmito), *Caesalpinia peltophoroides* (sibipiruna), *Tabebuia spp.* (Ipê).

A inclinação da bacia atinge a porcentagem máxima de 13%, sendo assim, pode se dizer que sua rede de drenagem não suporta intensas concentrações de água em épocas de grandes precipitações, fator que propicia a elevação do nível dos canais fazendo os transbordar, fator que causa modificações principalmente do solo na região alagada, pois tal processo faz com que ocorra um desgaste maior no solo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a partir da análise de uma bacia hidrografia proporciona a possibilidade de entendermos quão integrada a diversos aspectos como questões antrópicas e econômicas ela se encontra, incluindo fatores que modificam sua dinâmica.

Se tratando da Bacia Água dos Papagaios, podemos considerar como uma bacia urbana, integrada tanto com bairros da cidade quanto com as estradas e rodovias, tal proximidade proporciona uma maior facilidade para seu uso, mas também maiores possibilidades à sua degradação, ambos os fatos ocorrem e estão nítidos no decorrer da bacia.

Realizar análise da paisagem a partir de produtos cartográficos se mostram eficientes principalmente para

um maior conhecimento da área, este tipo de estudo pode ser aplicado em diferentes recortes, onde cada pesquisador buscará o foco principal para seu estudo, o trabalho aqui realizado buscou explicar através dos aspectos físicos as características principais da bacia e seus reflexos na forma de ocupação e uso,

O município de Campo Mourão vem crescendo e muitos de seus novos bairros, não são bem planejados, este crescimento desordenado causa a falta de infraestrutura básica para a população, sendo as mesmas obrigadas a viver em locais precários, causa também impactos ambientais como a ocupação de fundo de vale e a contaminação da água com dejetos e entulhos despejados em locais irregulares.

Seus aspectos físicos propiciam a pratica de agricultura intensiva, por ter características plana, porém tais atividades devem ser conciliadas com práticas ecológicas das quais podem contribuir com o equilíbrio entre a produção e a preservação tanto da vegetação nativa quanto dos corpos hídricos. A área de drenagem merece atenção especial, principalmente devido crescente demanda de utilização.

Realizar levantamentos com auxílio de mapas e análises á campo como apresentada neste artigo, permite o conhecimento mais aprofundado do recorte geográfico, possibilitando o conhecimento de áreas passíveis à ocupação, evitando problemas com as épocas de cheias dos rios principalmente pelo fato de que a bacia

possui formato circular, sendo assim, mais predisposta a enchentes, além de conscientizar a população sobre a conservação ambiental voltada principalmente para agricultura mostrando a importância do uso das curvas de nível e respeito ao limite das vegetações ripárias para preservar a qualidade da água dos córregos e evitar o intenso processo de escoamento artificial.

Entender a dinâmica, apontar seus problemas e buscar as soluções para os mesmos é de grande importância para uma bacia da qual tem grande valor para o município, principalmente pelo seu uso que é constante por parte da comunidade, a partir de pequenas ações buscando sua preservação. Um bom planejamento se torna efetivo no recorte, onde a partir de práticas conservacionistas a mesma possa se recuperar, principalmente considerando que sua vegetação se encontra em estágio de recuperação, fato que pode trazer aspectos positivos para que futuramente a análise desta mesma bacia traga resultados melhores, tanto se tratando da qualidade de suas águas sua ocupação e principalmente sua composição de paisagem.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, G., BARBOSA, C., CORDEIRO, J. P., LOPES, E., FREITAS, U. D., E LUCENA, I. Álgebra de mapas. Introdução à Ciência da Geoinformação. São José dos Campos. INPE-10506-RPQ/249, 2001b, p. 221-240, 2001.

COLAVITE, A. P. Cartografia aplicada à análise ambiental da bacia hidrográfica do Rio do Campo – PR. 2008. 52f.

Monografia (Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Urbanos e Rurais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

COSTA, A.M.; OLIVEIRA, A.R.; VIANA, J.R.M. Sem manejo do solo a vida deixa de correr. Revista Manuelzão. n. 75, p. 22-23. dez. 2015.

CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 337-380, 1996.

CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T.; Degradação Ambiental. In. GUERRA, A.J.T; JABUR, A S; GASPARINI, R. R. Avaliação da drenagem pluvial urbana na cidade de Pato Branco / Paraná. Synergismus scyentifica, UTFPR. Pato Branco, 2007.

JABUR, A S; GASPARINI, R. R. Avaliação da drenagem pluvial urbana na cidade de Pato Branco / Paraná. Synergismus scyentifica, UTFPR. Pato Branco, 2007.

KRESSE, K. Água potable y saneamiento: Los avances en los últimos años son insuficientes. Desenvolvimento e Cooperação. Berlin, n. 2, p. 26-29, 1997.

LANDOVSKY, Geraldo S.; BATISTA, Daniela B.; ARAKI, Hideo. Análise da qualidade visual da paisagem da região de Tibagi, PR, aplicando o sensoriamento remoto. In: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola Ambiental. Campina Grande, PB. v.10, n.1, p. 188–195, 2006.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Carta Topográfica: Campo Mourão - PR. Folha SG.22-V-B-I-1. Escala de 1:50.000. Projeção Universal Transversa de Mercator, datum horizontal SAD-69. São Paulo, 1990.

PASSOS, Messias Modesto dos. Amazônia: Teledetecção e Colonização. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PORTO, M. F.; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. Estudos avançados, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008.

RODRIGUES, J. M. D.; LIMA, E. C. Análise dos Sistemas Ambientais da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bom Jesus: Diretrizes para o Planejamento e Gestão Ambiental. Espaço Aberto, v. 6, n. 2, p. 89-102, 2017.

ROSS, J. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais antropizados. Revista Do Departamento De Geografia, 8, 63-74, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47327/51063/>>. Acesso em março, 2019.

ROVANI, F. F. M.; VIERA, M. Natural Soil Vulnerability of Silveira Martins-RS. Floresta e Ambiente, v. 23, n. 2, p. 151-160, 2016.

SILVA, Valquiria Brilhador. A qualidade da água no alto curso do rio do campo, município de Campo Mourão-pr. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual De Maringá, Maringá, 2014.

Sobre os organizadores

Júlio da Silveira Moreira

Professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA/UNILA). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, com estágio na Universidad Nacional Autónoma de México, apoiado pelo Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES/MEC/Brasil). Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento. Bacharel em Direito. Membro do Conselho Editorial da Revista Crítica Jurídica Nueva Época. Membro do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). Autor e organizador de obras acadêmicas e do livro de poesias “Na Beira do Rio”.

E-mail: juliomoreira@riseup.net

Lavínia Raquel Martins de Martins

Possui graduação em Tecnólogo em Hotelaria pela Universidade de Caxias do Sul (1995). Especialista em Planejamento e Gestão em Turismo pela Universidade Dinâmica das Cataratas (2006). Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (2010). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-

Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Atuante nos grupos de pesquisa: GEOS (Grupo de Estudos em Organizações Sociais) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural e Turismo. Professora Assistente do Curso de Hotelaria da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Foz do Iguaçu. Desenvolvendo pessoas nas áreas de gestão, com treinamentos administrativos na linha de serviços tanto teóricos, técnicos e práticos. Atuando na análise de talentos durante as orientações de estágio e monografias de curso. Desenvolvendo as necessidades de conhecimentos no presente, através da pesquisa no passado, totalmente comprometida com a formação do humano para as futuras gerações.

Email: lavinia.raquel@gmail.com

Sobre os autores

Bruna Azevedo

Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).

E-mail: bruna.hunnie@gmail.com

Bruno Rogerio Silva Cavalcante

Docente do Instituto Federal do Amapá (IFAP), Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Especialista em Gestão Agroindustrial (UFLA) e Graduado em Administração com Habilitação em Gestão Ambiental (IESAM). Doutorando do Programa de Stricto-Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteira da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Foz do Iguaçu.

E-mail: cavalcante@ifap.edu.br

Cibele Lessa Alves

Docente no Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ). Especialista em Psicologia Clínica pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO). Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental pela Faculdade Franssinette do Recife (FAFIRE). Graduada em Psicologia pela Faculdade Integrada do Recife (FIR). Aluna Especial do Programa de Stricto-Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteira da Universidade Estadual do Oeste do

Paraná (UNIOESTE) Foz do Iguaçu.

E-mail: cibelessa@gmail.com

Clovis Antonio Brighenti

Professor de História das Sociedades Indígena na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2012). Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo - USP (2001). Pós-graduado em comunicação social, pela Universidade São Francisco - SP (1996). Pós-graduado em ecumenismo e Diálogo Inter-religioso, pelo Instituto Teológico de Santa Catarina (2009). Doutor em História Indígena, professor de História na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Possui graduação em História - licenciatura plena - UNOESC - Campus Chapecó (1995).

E-mail: clovisbrighenti@hotmail.com

Daphne Castilhos Prigol

Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).

E-mail: daphne.prigol@gmail.com

Eric Gustavo Cardin

Professor nos cursos de graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação “Sociedade, Cultura e Fronteiras” da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). É membro do Grupo de Pesquisa “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” e coordenador do LAFRONT (www.gpfronteras.com). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNaM/Argentina).

E-mail: eric.cardin@unioeste.br

Flávia Carolina de Resende Fagundes

Professora do Curso de Bacharel em Relações Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela mesma universidade.

E-mail: fagundes.flaviacr@gmail.com.

Gabriel Antonio Camarão

Acadêmico do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Atua no Programa de Iniciação Científica da Instituição. Membro do Laboratório de pesquisa em fronteira, estado e relações sociais (LAFRONT).

E-mail: gabriel.camarao@unioeste.br

Gabriela Sitta Cappellaro

Acadêmica do 6º semestre de Relações Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG). Contato: cappellarogabriela@gmail.com

Ivanilda da Silva Mongelos

Estudante de Graduação no Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e bolsista de Iniciação Científica IC/AF - UNILA do Projeto “Aprender a viver juntos: Ensino de História e Educação Intercultural na América Latina”.

E-mail: nena_mongelos@hotmail.com

Juliana Pirola da Conceição Balestra

Professora Adjunta da área de História na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), onde coordena o curso de História Licenciatura e o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação na América Latina (EducAL). Licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/2007), Mestre em

Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2010). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/2015).

E-mail: juliana.balestra@unila.edu.br

Júlio da Silveira Moreira

Professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA/UNILA). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, com estágio na Universidad Nacional Autónoma de México, apoiado pelo Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES/MEC/Brasil). Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento. Bacharel em Direito. Membro do Conselho Editorial da Revista Crítica Jurídica Nueva Época. Membro do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (LAFRONT). Autor e organizador de obras acadêmicas e do livro de poesias “Na Beira do Rio”.

E-mail: juliomoreira@riseup.net

Leticia Marcarini Costa

Acadêmica do 5º semestre de Relações Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).

E-mail: leticiamarcarinii@gmail.com

Manoela Marli Jaqueira

Professora Adjunta Mestre, no Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ). Professora na Faculdade de Foz do Iguaçu (FAFIG). Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, 2016). Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, 2017) e atualmente cursa Doutorado em Relações Internacionais pela Puc-Rio. Integrante do Grupo de Pesquisa em Estado, Sociedade, Trabalho e Educação (GPESTE). Integrante do LAFRONT.

E-mail: manoelajaqueira@hotmail.com

Osmarina de Oliveira

Geógrafa, mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-

americana (UNILA). Membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

E-mail: osmarina66@gmail.com

Paola Stefanutti

Docente da área de Gastronomia do Instituto Federal do Paraná - IFPR. Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE. Doutora em Beni Culturali, Formazione e Territorio pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata (cotutela). Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE. Especialista em Docência da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica de Nível Médio. Especialista em Gestão Pública, com Habilitação em Gestão de Pessoas. Graduada em Gastronomia pelo SENAC/Águas de São Pedro.

E-mail: paola.stefanutti@ifpr.edu.br

Roberta Dalan

Acadêmica do 4º semestre de Relações Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG).

E-mail: robertadalan23@hotmail.com

Sambite Santos Cabi

Graduado em Humanas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB) 2017. Membro de Diretoria Central Estudantil (DCE), Representante discente no Conselho Universitário (CONSUNI) da UNILAB durante o ano 2017-2018. Especializado em Gestão Pública em 2018 (UNILAB) e licenciado em Sociologia em 2019 (UNILAB). Mestrando na área de Sociedade, Cultura e Fronteiras em Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Foz do Iguaçu. E-mail: sasacaguine@hotmail.com

Taila Lorena de Souza

Mestranda do programa de pós-graduação Stricto Sensu Espaço de fronteira: território e ambiente da Universidade do Oeste do Paraná UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon. Participa do grupo de estudos Multidisciplinares de estudos Ambientais GEA / Unioeste Marechal Cândido Rondon. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, Hidrografia, Geografia física e meio ambiente. Possui graduação em Geografia Licenciatura (2018) pela Universidade Estadual do Paraná UNESPAR, Campus de Campo Mourão. E-mail: tailalorenasouza@gmail.com

Valdir Gregory

Atualmente é professor Aposentado e professor Sênior do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras mestrado e doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Graduado em Estudos Sociais pela Escola Superior de Estudos Sociais Fundação Educacional de Brusque (1982), mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1988) e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997). Pós-doutor em História na Universidade Federal do Paraná.

E-mail: valdirmacgregory@gmail.com

Trata-se de uma colaboração aos estudos de fronteira, focando em aspectos e dinâmicas próprias da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Aborda o cotidiano da vida transfronteiriça, das identidades dos sujeitos locais e das dinâmicas territoriais. Traz temas como as feiras gastronômicas, o trabalho informal, o plurilinguismo nas escolas; perspectivas contraditórias de turismo e desenvolvimento local; cooperação internacional em matéria de segurança pública; o território transfronteiriço e a mobilidade das comunidades indígenas Guaraní. Uma coletânea originada de pesquisas de alto nível em instituições universitárias do Oeste do Paraná, onde foi realizado, em 2019, o 17º Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano.